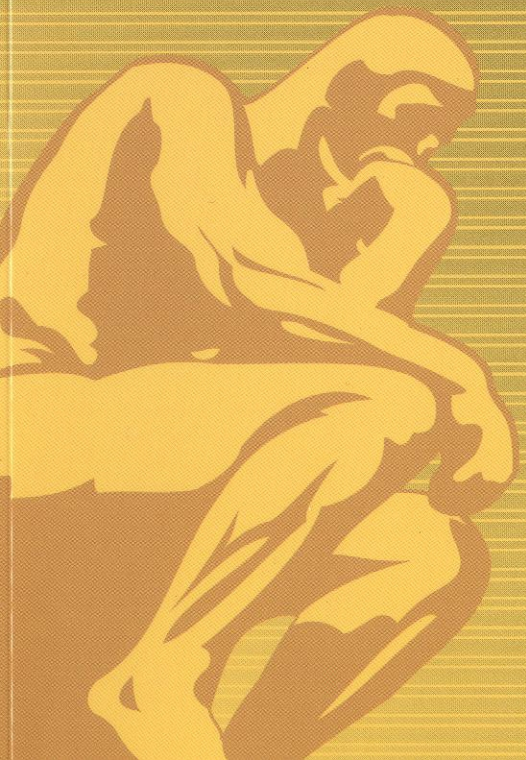
II CONGRESSO

de Ensino, Pesquisa e Extensão

& II ENCONTRO de Iniciação Científica do UniCEUB

Caderno de resumos



UniCEUB
Centro Universitário de Brasília

Formando profissionais de verdade

II CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
& II ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA DO UniCEUB

CADERNO DE RESUMOS

OUTUBRO DE 2004

CENTRO UNIVERSITARIO DE BRASILIA

II CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
& II ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA DO UniCEUB

CADERNO DE RESUMOS

BRASÍLIA
DE 26 A 28 DE OUTUBRO DE 2004

Reitor:
Dr. Getúlio Américo Moreira Lopes
Vice-Reitor:
Prof. Edevaldo Alves da Silva
Pró-Reitora Acadêmica:
Dr.a Elizabeth Regina Lopes Manzur
Pró-Reitor Administrativo-Financeiro:
Dr. Eduardo Elias Alves da Silva
Pró-Reitor de Legislação e Normas:
Ministro Lauro Franco Leitão
Secretário-Geral:
Dr. Maurício de Sousa Neves Filho
Diretor Acadêmico:
Prof. Carlos Alberto da Cruz
Diretor Administrativo-Financeiro:
Dr. Eduardo Cláudio de Leão Bastos

Comissão organizadora do Congresso:

Adrienne de Paiva Fernandes

Célia Laís Tahan Bittencourt

Dirce Mendes da Fonseca

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho

Sérgio Missiaggia

Produção Gráfica:
Agência de Comunicação do UniCEUB – ACC

SUMÁRIO

Apresentação .....

Programação do II Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão & .....
II Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB .....

II Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão do UniCEUB

Projetos Sócio-educativos .....
Núcleo de Defesa do Consumidor .....
Projeto Qualidade de Vida .....
Ética e Pesquisa .....
Grupos de pesquisa do UniCEUB .....
Comunicações de pesquisa de professores do UniCEUB .....
Erradicação do analfabetismo .....
Voluntariado em ação .....
Educando para a conservação do cerrado .....
Programa de assistência à comunidade .....
Painéis de extensão .....

II Encontro de iniciação Científica do UniCEUB

Resumos de Iniciação Científica .....

APRESENTAÇÃO

Com o intuito de analisar as políticas do ensino superior e de reunir a comunidade acadêmica com a sociedade, o Centro Universitário de Brasília – UniCEUB promoveu o II Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão & II Encontro de Iniciação Científica no período de 26 a 28 de outubro de 2004.

Foram apresentadas 82 palestras e mesas-redondas, 44 comunicações de grupos de pesquisa institucionais e de pesquisas de professores do UniCEUB. Foram distribuídas no *campus* da instituição painéis de projetos de extensão, de pesquisas da iniciação científica e de projetos sócio-educativos totalizando 63 trabalhos expostos.

Diversas personalidades participaram como palestrantes. Dentre elas, o presidente do Conselho Nacional de Educação, Dr. Roberto Cláudio Bezerra, o presidente da Comissão do Programa Nacional de Pós-graduação, Prof. Francisco de Sá Barreto, a coordenadora de avaliação institucional e das condições de oferta do INEP, Prof.a Iara Xavier e o Secretário de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do GDF, deputado Izalci Lucas.

O II Encontro de Iniciação Científica reuniu representantes dos programas de iniciação científica do UniCEUB, da Universidade de Brasília – UnB e da Universidade Católica de Brasília – UCB-DF e foram apresentadas pelos alunos do UniCEUB 38 pesquisas desenvolvidas no Programa de Iniciação Científica – PIC/UniCEUB.

Diretoria Acadêmica / Comissão Organizadora

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

26/10/2004

Manhã

ABERTURA DO CONGRESSO
Dr. Getúlio Américo Moreira Lopes – Reitor do UniCEUB
CONFERÊNCIA: Dilemas e desafios do ensino superior
CONFERENCISTA: Dr. Roberto Cláudio Frota Bezerra – Presidente do CNE
LOCAL: auditório do bloco 1
HORÁRIO: das 9h30 às 12h

Tarde

ABERTURA: 2° Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB
PALESTRANTES: Profª Adelaide dos Santos Figueiredo – UCB, Prof. Carlos Alberto Gurgel – UnB e Profª. Dirce Mendes da Fonseca – UniCEUB
LOCAL: auditório do bloco 2
HORÁRIO: das 14h30 às 16h

Noite

MESA REDONDA: Projeto UniCEUB na rede pela erradicação do analfabetismo
PARTICIPANTES: Profª.Adrienne de P. Fernandes, Profª.Ana Regina M. Salviano, Profª.Maria das Dores Brigagão, Profª.Regina Claudia C. Netto
COORDENADORA DA MESA: Profª.Norma D'Albuquerque Augusto
LOCAL: auditório do bloco 1

HORÁRIO: das 19h30 às 21h

MESA REDONDA: Voluntariado em ação
PARTICIPANTES: alunos do curso de Pedagogia do UniCEUB
COORDENADORA DA MESA: Profª.Gilvaci Azevedo Pinho
LOCAL: auditório do bloco 1
HORÁRIO: das 21h às 22h

PIC – Programa de Iniciação Científica: apresentação de alunos
COORDENADORA DA MESA: Profª.Dalva Guimarães dos Reis – Diretora da FACE/UniCEUB
CURSOS: Geografia, Historia e Pedagogia
LOCAL: auditório do bloco 2
HORÁRIO: das 19h30 às 22h

MESA REDONDA: Tecnologia empresa e pesquisa
TEMA: Gestão de resíduos sólidos
PALESTRANTES: Dário de Souza Clementino – Vice-presidente da FIBRA e Profª. Raquel Blume Chein – UnB
TEMA: Tecnologia da Embrapa disponível à incubação de empresas
PALESTRANTE: Sr. José Manuel Cabral de Sousa Dias – Chefe-geral de recursos genéticos e biotecnologia da EMBRAPA
COORDENADOR DA MESA: Prof. João Bosco Ribeiro
LOCAL: auditório do bloco 3
HORÁRIO: das 19h30 às 22h

27/10/2004

Manhã

MESA REDONDA: Ética e pesquisa
PALESTRANTE: Profª.Marília de Queiroz Dias Jácome
DEBATEDORES: Prof. Oswaldo Ponce Alvares e Prof. Ronald Ayres Lacerda
LOCAL: auditório do bloco 1
HORÁRIO: das 9h30 às 12h

PIC – Programa de Iniciação Científica: apresentação de alunos
COORDENADOR DA MESA: Prof. Paulo Roberto M. Thompson Flores – Diretor da FAJS/UnICEUB
CURSOS: Direito
LOCAL: auditório do bloco 2
HORÁRIO: das 9h30 às 12h

PALESTRA: Fomento e financiamento à pesquisa
TEMA: Plano de ciência e tecnologia do Distrito Federal
PALESTRANTE: Deputado Izalci Lucas – Secretário de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Governo do Distrito Federal
TEMA: Políticas e ações da FAP/DF
PALESTRANTE: Prof. Emir José Suaiden – Diretor-presidente da FAP/DF
TEMA: O CNPq e o apoio à pesquisa nas Instituições de Ensino Superior privadas
PALESTRANTE: Dr. José Roberto Drugowich de Felício – Diretor de Programas Horizontais e Instrumentais do CNPq
COORDENADORA DA MESA: Drª. Elizabeth Regina Lopes Manzur – Pró-Reitora Acadêmica do UniCEUB
LOCAL: auditório do bloco 3
HORÁRIO: das 9h30 às 12h

COMUNICAÇÃO DOS LÍDERES DOS GRUPOS DE PESQUISA DO UniCEUB
ÁREAS: Ciências Biológicas e da Saúde

GRUPOS:

Citogenética aplicada – Profª.Fernanda Costa Vinhaes de Lima

Estudo dos transtornos invasivos do desenvolvimento – Profª.Simone Roballo

Grupo de analistas de resíduos de compostos orgânicos – GARCO – Profª.Maria Hosana Conceição

Ultra-estrutura de células germinativas – Profª.Adrienne de Paiva Fernandes

Educação ambiental, conservação e sustentabilidade do cerrado – Prof. Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril

COORDENADORA: Profª.Adrienne de Paiva Fernandes

LOCAL: auditório 3 do Labocien

HORÁRIO: das 9h30 às 12h

Tarde

COMUNICAÇÃO DOS LÍDERES DOS GRUPOS DE PESQUISA DO UniCEUB

ÁREA: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

GRUPOS:

Grupo de estudos e pesquisa em História Oral – Profª. Regina Coelly Fernandes Saraiva

Os processos culturais das Relações Internacionais – Profª. Renata de Melo Rosa

Propagando a pesquisa em Comunicação na graduação – Profª. Renata Innecco Bittencourt de Carvalho

Integrando a universidade à escola – Profª. Suzana Schwerz Funghetto

Diálogo: grupo interdisciplinar – Prof. José Bizerril Neto

Práticas docentes e discentes – Profª.Clara Lila Gonzalez de Araújo

Sociedade política e educação superior – Profª. Dirce Mendes da Fonseca

A prática pedagógica do curso de Pedagogia – Profª. Maria Eleusa Montenegro

Literatura, história e sociedade – Profª. Patricia Peterle Figueiredo Sant'Anna

Profissão docente – Profª. Ilma Passos de Alencastro Veiga

Núcleo de pesquisas teórico-práticas para conscientização e capacitação de professores com a EAD – Profª. Maria da Glória N. Serpa
Cultura, currículo e aprendizagem – Profª. Odiva Silva Xavier
COORDENADORA: Profª. Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
LOCAL: auditório do bloco 1
HORÁRIO: das 14h15 às 16h30

COMUNICAÇÃO DOS LÍDERES DOS GRUPOS DE PESQUISA DO UniCEUB
ÁREA: Ciências Jurídicas e Sociais
GRUPOS:
Consolidação do Tribunal Penal Internacional como instrumento de repressão aos crimes – Prof. Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros
O Ministro Marco Aurélio e os direitos fundamentais – Prof. Luís Carlos Martins Alves Júnior
Lei e sociedade – Prof. Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
Grupo de Pesquisa do Núcleo de Estudos Constitucionais – GPNEC – Profª. Christine Oliveira Peter da Silva
Grupo de estudo e pesquisa em Hermenêutica e Direito do Consumidor – Prof. Roberto Freitas Filho
Grupo de estudos em Direito internacional econômico e integração – Prof. Marcelo Dias Varella
Epistemologia e tópicos metodológicos – Profª. Dirce Mendes da Fonseca
Grupo de estudos do Mercosul – Profª. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
Direito e multiculturalismo: internacionalização e tensões nacionais – Profª. Rosana Ulhôa Botelho
Grupo de pesquisa Novos Direitos – Profª. Sandra Lima Alves Montenegro
COORDENADORA: Profª.Dirce Mendes da Fonseca
LOCAL: auditório do bloco 1
HORÁRIO: das 16h30 às 18h20

PIC – Programa de Iniciação Científica: apresentação de alunos
COORDENADOR DA MESA: Prof. Joel Jorge Filho – Diretor da FASA/UniCEUB

CURSOS: Comunicação Social e Arquitetura
LOCAL: auditório do bloco 2
HORÁRIO: das 14h30 às 17h30

PALESTRA: Educando para a conservação do cerrado
PALESTRANTE: Professor Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril
LOCAL: auditório do bloco 3
HORÁRIO: das 16h30 às 18h

Noite

PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS
Estacione seu lixo – Geografia – Profª. Satsuqui Wada
Como eu sou: desenvolvendo valores – Pedagogia – Profª.Nair da Araújo Casamayor
O caminho da cidadania pelas letras – História – Profª. Maria Inês Malta Castro
Criatividade e auto-estima – Psicologia – Profª. Neuza Garbin
Matemática e movimento – Matemática – Profª. Marizete Siqueira
Valores na educação Infantil – Letras – Profª. Mara Lúcia Castilho
Brincando com textos – Letras – Profª. Maria José Leotti
Projeto de orientação vocacional – Pedagogia – Profª. Celeida Belchior G. Cintra Pinto
COORDENADORA DA MESA: Profª. Neuza Garbin
LOCAL: auditório do bloco 1
HORÁRIO: das 19h30 às 22h

PIC – Programa de Iniciação Científica: apresentação de alunos
COORDENADOR DA MESA: Prof. José Pereira da Luz Filho –Diretor da FAET/UniCEUB
CURSOS: Engenharia da Computação, Matemática e Relações Internacionais
LOCAL: auditório do bloco 2
HORÁRIO: das 19h30 às 22h

PALESTRA: Código de Defesa do Consumidor: sua eficácia social
PALESTRANTES: Prof. Márcio Cruz Nunes de Carvalho e Prof. Walter José Faiad de Moura
COORDENADOR DA MESA: Prof. Adilson de Lizio – Coordenador do Curso de Direito do UniCEUB
DEBATEDORES: Profª. Alessandra Camargos e Prof. Leonardo Roscoe Bessa
LOCAL: auditório do bloco 3
HORÁRIO: das 19h30 às 22h

28/10/2004

Manhã

Políticas e tendências da pós-graduação no ensino superior
TEMA: Plano Nacional de Pós-Graduação
PALESTRANTE: Prof. Francisco César de Sá Barreto – Presidente da Comissão do PNPG
COORDENADOR DA MESA: Dr. João Herculino de Souza Lopes Filho – Diretor executivo do ICPD
DEBATEDORES: Prof. Marcelo Dias Varella e Profª. Ilma Passos de Alencastro Veiga
LOCAL: auditório do bloco I
HORÁRIO: das 9h30 às 12h

PIC – Programa de Iniciação Cientifica: apresentação de alunos
COORDENADOR DA MESA: Prof. Abib Ani Cury – Diretor da FACS/UnICEUB
CURSOS: Biomedicina e Fisioterapia
LOCAL: auditório do bloco 2
HORÁRIO: das 9h30 às 12h

MESA-REDONDA: Relato de experiências do programa de assistência à comunidade
PALESTRANTES:

Profª.Rosângela Azevedo Corrêa – Gestão Ambiental e desenvolvimento comunitário na Estrutural
Profª.Rosemary Fonseca – Ensino, cidadania e creches
Profª.Tatiana Borges – Atendimento à creche Casa de Estevão – avaliação laboratorial e epidemiologia
Profª.Carla Sarmento – Alimentação saudável na escola
Profª.Jacqueline Linhares – Enfermagem em ação
Prof.Abiézer Amarília Fernandes – Inclusão digital de portadores de deficiência auditiva
COORDENADORA: Profª. Adrienne de Paiva Fernandes
LOCAL: auditório do bloco 3
HORÁRIO: das 9h30 às 12h

Tarde

COMUNICAÇÕES DE PESQUISAS DE PROFESORES DO UniCEUB
PARTICIPANTES:
Nível de atividade física e hábitos alimentares de estudantes do 3° ao 5° semestre da área de saúde-UnB – Profª.Priscilla Marcondelli
Evidência de ansiedade induzida pelo MK-212 no labirinto em cruz, elevada em ratos... – Prof. Sérgio Henrique de Souza Alves
Pesquisa motivacional nas organizações e empresas de Brasília – Prof. Luiz Antônio Pasquetti
As representações sociais da identidade do servidor público nas décadas de 60 e 80 – Profª.Nancy Aparecida Campos Muniz
Gestão do ensino de Biociências e a responsabilidade institucional na prática da biossegurança – Profª.Norma Chemin
Professores do UniCEUB no curso de Mestrado em Direito de Relações Internacionais no UniCEUB
LOCAL: auditório do bloco 1
HORÁRIO: das 14h30 às 18h

PIC – Programa de Iniciação Científica: apresentação de alunos
COORDENADORA DA MESA: Profª. Neide Fonseca de Oliveira – Diretora do Ciclo Básico
CURSOS: Psicologia e Biologia
LOCAL: auditório do bloco 2
HORÁRIO: das 14h30 às 17h30

Noite

ENCERRAMENTO DO CONGRESSO
LANÇAMENTO DO PROJETO: “Qualidade de vida” no UniCEUB
RESPONSÁVEL: Profª. Célia Laís Tahan Bittencourt - UniCEUB
CONFERÊNCIA: A avaliação nas instituições de ensino superior
CONFERENCISTA: Profª. Iara Moraes Xavier – Coordenadora-geral de Avaliação Institucional e das Condições de Oferta do INEP
COORDENADOR DA MESA: Prof. Carlos Alberto da Cruz – Diretor Acadêmico do UniCEUB
LOCAL: auditório do bloco 1
HORÁRIO: das 20h às 22h

Atividades Permanestes

EXPOSIÇÃO DE PAINÉIS DO II PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/UniCEUB
LOCAL: Saguão do Bloco 2

EXPOSIÇÃO DE PAINÉIS E STANDS DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO
LOCAL: Saguão do Bloco 1

EXPOSIÇÃO DE PAINÉIS DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

LOCAL: Saguão do Bloco 1

PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

BRINCANDO COM TEXTOS

Rafaela Rocha – Faculdade de Ciências da Educação - Letras

rafaelarocha25@bol.com.br

O presente trabalho foi uma proposta de educação continuada oferecida a 25 funcionários da creche *Sonho de Criança,* mantida pela instituição *Lar da Criança Padre Cícero* em Taguatinga. O objetivo geral era de que as educadoras conscientizassem-se da importância do trabalho com textos aliados ao lúdico para melhor trabalhar o imaginário infantil. Contribuir para o letramento e o aprendizado da criança, além de reforçar aspectos cognitivos, afetivos e sociais do universo infantil. Figuraram como objetivos específicos a visualização do papel do educador na formação intelectual da criança; a leitura e a produção de gêneros discursivos do tipo literário; a aprendizagem de diferentes técnicas de trabalho com textos que envolviam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da motricidade infantil com atividades artísticas e a socialização por meio de dinâmicas de grupo. Metodologicamente, o projeto foi desenvolvido durante seis encontros (realizados aos sábados), nos quais as alunas aprenderam dinâmicas de apresentação, socialização e encerramento, técnicas para se trabalhar o prenome, discutiram a respeito do papel do educador na formação de bons leitores, confeccionaram diferentes materiais pedagógicos para contar histórias, aprenderam dobraduras e técnicas de produção oral de texto. Por fim, tanto o objetivo geral quanto os específicos foram alcançados de forma satisfatória. E no decorrer do projeto, atividades foram adaptadas e outras inseridas para melhor atender a clientela do Projeto Socioeducativo, sem perder de vista o trabalho com textos infantis de maneira lúdica. No encerramento do projeto, as funcionárias da Creche receberam do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB- a declaração de participação no projeto com 24 horas de atividades realizadas.

Palavras-chave: capacitação, leitura e lúdico.

COMO EU SOU: DESENVOLVENDO VALORES

Cristiane Domingues Vaz, Ieda Alves de Oliveira, Marina Ramos Bezerra Furtado e Roberta Guimarães Fonseca – Faculdade de Ciências da Educação - Pedagogia

cristiane-vaz@bol.com.br

O projeto Socioeducativo foi desenvolvido em Vargem Bonita no Centro de Desenvolvimento Social-CDS atendendo a clientela de adolescentes de 11 a 16 anos, de 5ª a 8ª séries. As ações desenvolvidas foram: diagnóstico da realidade da comunidade, definição com a assistente social do CDS para delimitação da área do projeto; elaboração do projeto e o estabelecimento com a assistente social do cronograma de execução do projeto. O objetivo geral foi de estimular o autoconhecimento dos adolescentes com vistas ao desenvolvimento de comportamentos sociais, cooperativos e de interação, fundamentais ao relacionamento interpessoal. Os objetivos específicos foram de propiciar oportunidades de vivências voltadas para o desenvolvimento da auto-estima, promover atividades de socialização e cooperação entre os adolescentes e valorizar o relacionamento interpessoal. A metodologia utilizada foi a de dinâmica de apresentação, gincana, jogos, palestras e debates. As atividades desenvolvidas foram: dinâmica da teia de aranha para apresentação; gincanas esportiva, jogos: tangran, dominó e jogo da memória. Utilizou-se livros de literatura, poesias, poemas, palestras sobre relacionamentos interpessoais e debates sobre respeito mútuo. A execução do projeto exigiu esforço coletivo e comprometimento do grupo, oportunizando aos adolescentes situações que lhes permitiram aprender a pensar e a realizar o processo de interação e respeito mútuo. A vivência do projeto Socioeducativo para nós significou enfrentar o desafio da mudança e da transformação. O objetivo do projeto ficou claro para os adolescentes da comunidade de Vargem Bonita que participaram do mesmo. O projeto atendeu nossas expectativas e finalidades pedagógicas.

Palavras-chave: autoconhecimento, auto-estima, relacionamento interpessoal.

PROJETO CRIATIVIDADE E AUTO-ESTIMA

Bárbara Lessa Nogueira e Nilce Rodrigues de Lima Severino. Orientadora: Neuza Garbin Santos. Faculdade de Ciências da Educação – Psicologia - Licenciatura:

barbara_lessa@yahoo.com.br e nilcedf@yahoo.com.br

O Projeto foi realizado no CEAR (Centro de Abrigamento Reencontro), Unidade Operativa da Secretaria de Estado de Ação Social do governo do Distrito Federal, localizada em Taguatinga Norte, cuja a função é o abrigamento e estudo de caso de crianças e adolescentes de zero (0) a dezoito (18) anos do sexo feminino. O projeto foi realizado com um grupo de quatro adolescentes que contavam com idades entre 15 e 18 anos. Teve como objetivo primordial possibilitar às adolescentes a oportunidade de trabalhar a auto-estima e a criatividade como estratégias para a superação de problemas e valorização pessoal. Além de ampliar as potencialidades criativas das adolescentes, o projeto visou facilitar às adolescentes o reconhecimento de seus próprios talentos e habilidades, levando, conseqüentemente, ao desenvolvimento da auto-estima a uma possível inserção destas no mercado de trabalho. Dentre as atividades desenvolvidas no decorrer do projeto estão: entrevista com os responsáveis pela instituição para levantar as principais demandas do grupo; dinâmica de apresentação com a finalidade de promover a integração entre as participantes e as facilitadoras; oficinas de bijuterias para confecção de pulseiras, brincos e colares; exposição do material confeccionado na Feira Artesanal do UniCEUB; retorno das vendas do material às adolescentes participantes do projeto e avaliação, junto às adolescentes, sobre a relevância do projeto para as mesmas. Durante a aplicação do projeto, foi possível observar nas jovens um desenvolvimento gradual da criatividade na medida em que essas usavam satisfatoriamente a imaginação e apresentavam idéias inovadoras frente aos modelos de bijuterias propostos. Verificou-se uma forte motivação para o aprendizado, levando-as a apresentarem atitudes que demonstravam curiosidade e o desejo de que a oficina fosse continuada. A cada encontro promovido entre as facilitadoras e as participantes, percebia-se a confiança que as jovens adquiriam em relação as suas próprias potencialidades. Quanto à questão da auto-estima, o projeto também obteve êxito. Constatou-se que a forma como as adolescentes referiam-se a si mesmas melhorou satisfatoriamente, sendo este fato evidenciado pela admiração expressa pelo material confeccionado por elas e pela percepção de si como sujeito capaz de produzir. No que diz respeito à relevância do projeto para a vida das participantes, observou-se um grande envolvimento destas com relação ao

trabalho realizado, inclusive em termos ocupacionais. O retorno financeiro oferecido a elas também despertou grande entusiasmo para continuar a confecção das bijuterias. Pôde-se concluir com a execução do projeto que todo ser humano pode ser criativo, o que veio a endossar as teorias estudadas sobre este posicionamento que embasaram tal projeto. Por fim, os resultados obtidos com a execução do projeto evidenciaram sua importância não só para as adolescentes que dele participaram, mas também para as facilitadoras, que por meio deste obtiveram um enriquecimento pessoal e profissional muito satisfatório, tendo a oportunidade de presenciar fenômenos tais como a mudança de posicionamento das pessoas frente a si mesmas e ao mundo a partir do desenvolvimento de sua auto-estima e a de reavaliar a relevância do seu trabalho para a comunidade. Palavras-chave: Trabalho, criatividade, auto-estima.

MATEMÁTICA EM MOVIMENTO

Daniel Andrade Simon, Daniela Amâncio Lucas, Débora Kethy de Carvalho Varques Lemos, Edmar de Lima e Silva Hoerhan Júnior e Hamilton Pereira Silva – Faculdade de Ciências Exatas e de Tecnologia – Matemática

O projeto socioeducativo: Matemática em Movimento aplicado na Escola de Ensino Fundamental 13 de Ceilândia Sul com alunos da 7ª série do Ensino Fundamental, teve como objetivo o desenvolvimento do pensamento geométrico explorando situações de aprendizagem que levaram os alunos a resolver situações, problemas de localização e deslocamento de ponto no espaço, de ângulos, paralelismo e perpendicularismo. As atividades propostas foram desenvolvidas em 4(quatro) momentos em Oficinas de Matemática: Modelagem, Quebra-Cabeças, Mosaicos e Arte Visual. Na Oficina de Modelagem foram construídas figuras espaciais, identificados os polígonos da face e construídos os conceitos de vértices, arestas, bases e suas aplicações no dia-a-dia. Na Oficina de Quebra-Cabeças foram identificados os polígonos de acordo com o número de lados ou de ângulos. Na Oficina de Mosaico, os polígonos foram reconhecidos na malha escolhida. Na oficina de Arte Visual os trabalhos artísticos dos alunos foram expostos valorizando a criatividade e o espaço físico da instituição. O resultado foi bastante satisfatório, pois os alunos puderam aprender de forma lúdica as figuras geométricas, identificando seus lados e ângulos, observando os polígonos da face. As atividades propostas foram muito bem aceitas e a medida que elas foram desenvolvidas, os alunos demonstraram mais interesse; a aprendizagem foi concretizada com muito entusiasmo e criatividade. Verificando-se, portanto, que os objetivos foram alcançados, dentre eles o raciocínio lógico em relação a Matemática. Com certeza a participação dos alunos de 7ª série do Ensino Fundamental 13 de Ceilândia Sul contribuiu para o sucesso do projeto!

Palavras-chaves: formas, polígonos e movimento.

PROJETO DE ENSINO E EXTENSÃO – ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

Claudia Valéria M. P. Couto, Eneida R. de Siqueira, Eunice dos S. Lapa, Gleciane M. A. da Cruz, Khênia Maria A. Carvalho, Marinalva M. de Oliveira, Raquel M. Diniz, Régia Maria da S. Bezerra, Shirley Mara Ximenes de Melo, Valéria Moram Pereira.
Orientadora: Celeida B. Garcia Cintra Pinto – Faculdade de Ciências da Educação – Pedagogia
celeidacintra @ uol.com.br

O Projeto Orientação Vocacional tem como finalidade atender às exigências curriculares das disciplinas - Estágio Curricular Supervisionado e Orientação Vocacional - oportunizando o conhecimento de tal prática, o que possibilitará um atendimento mais seguro, por parte do futuro Orientador Educacional, na orientação vocacional do educando.

Atualmente, observa-se que a escolha profissional, por parte do jovem, atende mais a fatores externos a ele que propriamente a fatores de dimensão interna. Tal fato se deve à falta de informações sobre as profissões e campos de atuação, além de desconhecimento sobre si mesmos. Por isso, a orientação vocacional deve começar cedo, oportunizando aos jovens orientação adequada e eficiente possibilitando-lhes descobrir habilidades e competências pessoais e a definição de sua opção profissional.

A profissão representa um aspecto significativo na vida da pessoa, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico e social e permitindo-lhe ser útil à comunidade na qual vive. Quando realiza uma atividade compatível com suas habilidades e potencialidades, num ambiente favorável, satisfaz sua necessidade de auto-realização, expressa sua personalidade e atinge sua satisfação pessoal. No contexto atual, essa escolha tornar-se cada vez mais difícil, exigindo orientação especializada e eficiente.

O projeto de orientação Vocacional proposto vem sendo desenvolvido junto a cinco turmas de terceiro ano do Ensino Médio do Centro de Ensino Médio Setor Leste – Secretaria de Educação do Distrito Federal, que ainda têm dúvidas quanto à escolha de uma profissão, em conseqüência das constantes mudanças do mundo atual, fazendo com que o indivíduo esteja sempre buscando informações sobre as oportunidades de formação, decorrentes das transformações sociais, culturais e

tecnológicas e o surgimento de novas profissões e especializações. A escolha profissional é decisiva na vida dos jovens e fundamental para que os mesmos, ao longo de sua carreira, obtenham elevados níveis de realização e satisfação profissional. Para isso é necessário que tenham o acompanhamento de profissionais especializados e motivados, que por meio de técnicas adequadas e atualizadas, forneçam subsídios para a identificação de seus reais interesses e aptidões, oportunizando-lhes orientação adequada e eficiente, possibilitando-lhes a identificação de interesses, habilidades e competências pessoais e a definição de sua opção profissional, com maiores probabilidades de acerto diante das exigências pessoais e sociais. Tem como objetivo proporcionar apoio e orientação aos alunos do terceiro ano do Ensino Médio para uma escolha profissional mais precisa, por meio da análise de seus interesses, aptidões e limitações e informações sobre os diversos campos de atuação profissional, oportunizando ao jovem refletir sobre a importância do trabalho, sua função na sociedade e a satisfação que ele pode trazer.

O desenvolvimento do Projeto teve início no mês de maio, por meio de dinâmicas de grupo para sensibilização e atividades de orientação vocacional, tendo em vista o autoconhecimento, a definição de aptidões, interesse pelas disciplinas escolares, preferências, tipos de inteligência e critérios de escolha. Seu encerramento está previsto para novembro, com orientação e avaliação final.

Palavras chave – Orientação vocacional, Autoconhecimento, Opção profissional.

VALORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alessandra Mota Rocha. Orientadora: Mara Lúcia Castilho – Faculdade de Ciências da Educação – Letras

alesmr@hotmail.com e mara.castilho@uniceub.br

A integralização da carga horária da disciplina Estágio Supervisionado do curso de Letras do Centro Universitário de Brasília está vinculada às atividades propostas pela Supervisão de Estágio das Licenciaturas. Entre elas está a elaboração e execução de um projeto socioeducativo cuja finalidade é propiciar ao aluno vivenciar situações-problema e buscar possíveis soluções para as mesmas. O projeto socioeducativo *Valores na educação infantil* foi desenvolvido no âmbito da disciplina Estágio Supervisionado do Curso de Letras do Centro Universitário de Brasília, no turno noturno do primeiro semestre de 2004. O projeto foi desenvolvido visando a suprir as dificuldades de leitura e socialização apresentadas pela classe do terceiro período vespertino, do Colégio Santa Dorotéia. A escolha dos livros a serem utilizados no projeto levou em consideração a incipiente habilidade de leitura da turma, na faixa etária de 5 a 6 anos, e os valores identificados como os mais adequados para serem trabalhados, conforme o diagnóstico inicial. A metodologia utilizada no projeto foi a de leitura dos livros selecionados, a discussão dos valores neles contidos e o desenvolvimento de atividades lúdicas. Os livros selecionados e trabalhados no projeto foram, *Tudo bem ser diferente* (PARR, 2002), *Amor* (MONCURE, 1998), *Maria vai com as outras* (ARTHOF, 1997) e *Olhim: um lugar para morar* (MATTOS, 1995). Foram desenvolvidos debates após a leitura de cada livro e realizadas atividades de desenho e escrita específicas, de acordo com os valores trabalhados. Entre as atividades, podemos citar a confecção do auto-retrato das crianças e a identificação das diferenças e semelhanças entre as pessoas; a confecção de desenhos que ilustrassem a demonstração de amor por parte de alguém da família das crianças, a produção de massinha caseira para confecção de escultura em folha de papel e a ilustração de como deve ser feita a higiene pessoal diária das crianças. Os resultados foram satisfatórios. Ao final do projeto as crianças praticavam os valores trabalhados e cobravam uns dos outros sua prática. Concluiu-se que as crianças, quando estimuladas a qualquer espécie de trabalho coletivo, respondem positivamente a ele, demonstrando grande interesse e facilidade de assimilação.

Palavras-chave: educação infantil, valores, projeto socioeducativo.

NUCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE GRUPO DE TRABALHO DO UNICON – AULA

Daniel Santa Rosa Bitencourt. Orientação: Márcio Cruz Nunes de Carvalho e Walter José Faiad de Moura – Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais – Direito

danielsrbitencourt@yahoo.com.br

O UniCON surgiu como um grupo de estudos do curso de Direito, porém com um diferencial, que era o repassar à comunidade, os frutos advindos desses estudos.

O grupo, dirigido pelo Prof. Walter Moura e, Posteriormente pelo Prof. Márcio Cruz, começou com palestras aos sábados de renomados juristas que se dispunham a repassar suas experiências na área e lecionar a matéria.

Paralelamente, veio a parte social do projeto. Buscando uma melhora na realidade social de nossa cidade e talvez futuramente de nosso País, procuro-se fazer ciência de forma integrativa, para que todos pudessem se beneficiar dela ao mesmo tempo.

O grupo, então, foi divido em quatro subgrupos de trabalho, aos quais denominamos GT's (grupos de trabalho), eram eles responsáveis por:

- Produzir uma cartilha sobre os direitos básicos do consumidor, direcionada aos usuários de planos de saúde.
- Organizar julgados a respeito da matéria Direito do Consumidor, de forma a colaborar com o trabalho dos Procons e Defensorias de Direitos do Consumidor (MP).
- Analisar e proferir pareceres em Projetos de Lei em tramite na Câmara Legislativa do DF.
- Ministrar aulas sobre os Direitos Do Consumidor para alunos do ensino fundamental e médio, visando uma maior difusão social desses direitos.

Eu, particularmente, participei do grupo que se propôs a ministrar aulas de direito do consumidor.

Além das palestras aos sábados, nos reuníamos para discutir como seria concretizada essa tarefa. Nessas reuniões começamos a desenvolver todo um projeto de pesquisa científica pois como estudantes de direito não tínhamos a menor noção de Pedagogia e outras proficiências necessárias para se ministrar uma aula.

Resolvemos então seguir uma ordem lógica, estudar, planejar, ensaiar e concretizar.

Com o auxilio do Prof. Walter que era o coordenador desse grupo de trabalho, começamos os estudos, e vimos que não bastava apenas estudar direito, teríamos de estudar também varias matérias relacionadas ao magistério e produção científica. Foram então indicadas, pelo professor orientador, bases bibliográficas em todas essas matérias.

Após estudarmos com afinco a matéria Direito do Consumidor, partimos para aquelas que seriam necessárias para a implantação do projeto. Tivemos então que aprender, antes de tudo, a idealizar um projeto cientifico corretamente, produzir um cronograma de atividades, um plano de curso e, finalmente um plano de aula.

Para idealizar o projeto tivemos de pesquisar e diagnosticar, dentro da vasta área de Direito do Consumidor, quais seriam as demandas que atenderiam a demanda de conhecimento dos jovens a quem seriam ministradas as aulas, e quais soluções seriam propostas a eles.

No cronograma de atividades, tivemos de pré-visualizar toda a construção do projeto e nos organizar no tempo para que o projeto fosse implantado com sucesso e dentro do prazo. Para isso tivemos de dividir tarefas entre os integrantes do grupo e determinarmos prazo para cumprimento das mesmas.

Na produção do plano de aula, tivemos de montar toda a estrutura de condução da aula, que contava com mais de um interlocutor, o que de certa forma dificultava sua montagem, nos programar para fatos inesperados durante a aula (tais como perguntas desconexas com a matéria, bagunça, entre outros), e ainda preparar alguns atrativos diferenciados pois se tratava de uma aula não convencional (tais como questionários, brincadeiras, distribuição de brindes, entre outros).

Por fim, fomos ao colégio GISNO para a apresentação da primeira aula. A aula foi realizada no auditório do colégio para 150 alunos que cursavam a 7ª e a 8ª séries. Com duração de aproximadamente duas horas, a aula foi um sucesso.

Superando expectativas, vimos que o que foi ensinado ali, além de utilidade imediata para aqueles alunos, trouxe a eles um maior sentimento de inserção social, se sentindo potencialmente mais ativos e expressivos dentro de nosso contexto social.

Enfim, transmitimos a eles CIDADANIA algo que, a princípio não deveria ser o carro chefe da aula, mas dada sua importância e o anseio daqueles jovens por esse sentimento passou a ser o foco das aulas, tendo o Direito do Consumidor como uma poderosa ferramenta.

Como conclusão do projeto, podemos dizer que é muito importante na vida acadêmica termos oportunidade de participar de um projeto de cunho científico como esse que, com certeza, nos auxiliará em inúmeras etapas de nossa vida pós-acadêmica. E ainda, me cabe aqui ajudar a derrubar o estigma de que fazer ciência é ficar sentado atrás de uma mesa pensando sozinho pela eternidade, ou que somente algumas matérias são objetos de criação científica. Não! Todos nós podemos fazer ciência, e de uma forma integrativa, de forma que possamos permear o conhecimento pela sociedade e faze-la assim mais justa.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE GRUPO DE TRABALHO DO UNICON - CARTILHA

Luciana Gomes França. Orientação: Márcio Cruz Nunes de Carvalho e Walter José Faiad de Moura – Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais – Direito
lugf@linkexpress.com.br

Minha primeira experiência com o pessoal do Núcleo de Estudos de Direito do Consumidor se deu no 2.º semestre do ano de 2003, quando o grupo ainda estava sendo formado. No 1.º semestre de 2004 participei do processo seletivo para poder participar do Unicon – uma parceria agora já firmada entre o BRASILCON e o UniCEUB.

De início, todos os integrantes do Núcleo foram divididos em grupos de trabalho para que fosse possível a cada um desses grupos desenvolver algum projeto. Não tive dúvidas em optar novamente pelo GT da Cartilha, pois queria dar continuidade às pesquisas e ao trabalho que havíamos começado no semestre anterior.

O GT Cartilha é orientado pela prof.ª Alessandra Camargos, diretora do Departamento Jurídico do Procon/DF. A Dr.ª Alessandra foi fundamental em todas as etapas do processo de construção e somos muito gratos a ela por seu comprometimento com o processo. Em especial pelo seu entusiasmo, o qual esteve sempre a renovar nossas forças.

Desde a formação do grupo já tínhamos uma meta estabelecida: produzir uma cartilha que trouxesse os direitos de pacientes com câncer nacionalmente e dentro do DF.

Inicialmente, preocupamo-nos em elaborar um organograma para dar objetividade aos nossos trabalhos. Se você não estabelece metas e prazos, dificilmente se chega ao resultado pretendido.

Pesquisamos a legislação, alguns modelos de cartilha de outros estados e saímos em busca de informações específicas, objetivando viabilizar direitos aos pacientes com câncer aqui no DF.

Em visita à Coordenadoria do Câncer, da Secretaria de Saúde do GDF, percebemos um grande interesse pelo trabalho que estávamos desenvolvendo. A

colaboração dos integrantes desta coordenadoria foi muito importante porque conhecem as necessidades e dificuldades desses pacientes.

Destaque-se também a importância da Dr.ª Luci, oncologista e presidente da ABAC (Associação Brasileira de Apoio ao Câncer), fonte de inspiração para todos nós.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE GRUPO DE TRABALHO DO UNICON – JURISPRUDÊNCIA

Andréa Rebellatto Adorno. Orientação: Márcio Cruz Nunes de Carvalho e Walter José Faiad de Moura – Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais – Direito

andrea@sorcil.com.br

O Grupo de Trabalho de análise de jurisprudência, do 1º semestre do ano letivo de 2004, criado no âmbito do Centro de Estudos de Direito do Consumidor do UNICEUB (UNICON) e coordenado pelo Professor Leonardo Roscoe Bessa, teve por objeto realizar pesquisa de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios relativamente às causas entre empresas de telefonia e consumidor. A razão da escolha do referido tema decorreu, entre outras razões, dos altos índices de reclamações de consumidores registrados pelos órgãos de defesa do consumidor.

O grupo teve dois objetivos fundamentais quais sejam: analisar os acórdãos colacionados e verificar sua fundamentação de acordo com a doutrina estuda pelo UNICON e, cotejar estes acórdãos com os dados obtidos junto aos órgãos de defesa e proteção do consumidor.

Para o desenvolvimento do trabalho fez-se necessário estabelecer alguns parâmetros de análise. Os tribunais escolhidos primeiramente foram do DF, São Paulo e Rio de Janeiro. Ao final delimitamos a análise somente ao DF, por encontrarmos um grande numero de acórdãos, o que impossibilitaria um trabalho mais detalhado e proveitoso.

Todos os estudos foram orientados e dirigidos pelo promotor de direito do consumidor Dr. Leonardo Roscoe Bessa, por meio de discussões de grupo quinzenal, e elaboração de conclusões finais acerca dos acórdãos colacionados.

Quanto ao aproveitamento dos alunos, este foi de fundamental importância, principalmente aos alunos que curavam no 8º semestre, a disciplina direito do consumidor. O núcleo de pesquisa proporcionou além dos trabalhos desenvolvidos, aulas teóricas sobre diversos temas tratados no âmbito do direito do consumidor.

A experiência de ter participado do UniCON foi bastante proveitosa, principalmente por ser este direito considerado como um modelo atual de lei. Proporcionou uma nova visão do direito do consumidor diferente daquela vista em sala de aula, permitindo uma ampla abordagem acerca do tema com aulas dinâmicas, aberta a discussões permitiu ao aluno desenvolver o raciocínio critico a acerca dos acórdãos proferidos, com análise baseada na hermenêutica jurídica.

A orientação com pessoas qualificadas permitiu o desenvolvimento dos trabalhos com maior segurança. Os orientadores do UniCON, como os dos grupos de trabalho sempre estiveram a disposição dos alunos para dirimir dúvidas, e ainda hoje depois do desligamento continuam sempre abertos a nos atender.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE GRUPO DE TRABALHO DO UNICON – PROJETO DE LEI

Giselle Cristina Pereira R. Pinheiro. Orientação: Márcio Cruz Nunes de Carvalho e Walter José Faiad de Moura – Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais – Direito
gisellepinn@yahoo.com.br

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa desenvolvido pelo GT **Projetos de Lei** do Núcleo de Estudos do Direito do Consumidor- UniCON. No primeiro semestre de 2004, a equipe formada pelo orientador, Dr. Cláudio Péret, por mim e mais duas outras alunas, se propôs a pesquisar propostas de lei enviadas pelo Poder Legislativo para o DPDC, órgão federal encarregado de analisar, sob o aspecto jurídico, as proposições que regulem matéria relativa ao Direito do Consumidor. O objetivo do trabalho consistia em examinar de maneira crítica os fundamentos e a pertinência jurídica de cada propositura legislativa. Cada uma das alunas ficou responsável pela elaboração de 30 pareceres. No meu caso, tive a oportunidade de analisar diversos temas do Direito do Consumido, desde cláusulas abusivas, oferta de produtos e serviços, regulação de planos de saúde, direito à informação em serviços de concessionárias/permissionárias de serviços públicos, contratos de seguros, até bancos de dados.

A metodologia utilizada abrangeu basicamente três fases: pesquisa legal, jurisprudencial e doutrinária. Como resultados, encontrei uma grande sede legiferante, que em parte me levou a uma outra constatação, a do desconhecimento das diversas leis existentes que passam a se tornar inóquas, porque excessivas. Por outro lado, encontrei propostas atentas aos anseios da população como a referente à não variação de contraprestações nos contratos de planos de saúde. Como também propostas inovadoras: a primeira relativa à divulgação de dados cadastrais positivos, como perfil financeiro e patrimonial, de clientes por bancos de dados, tema este até o momento ainda não regulado no direito brasileiro (Projeto de Lei 4.397/01); a segunda prevista no projeto de lei 4.459/01 que trata da extinção da fiança, instituto tradicional do direito brasileiro.

Com a realização deste trabalho, pude acompanhar mais de perto a tendência legislativa na área de direito do consumidor, como também desenvolver um espírito

mais crítico acerca da pertinência e dos efeitos das leis. Por outro lado e especificamente acerca das relações de consumo, pude perceber que, sob o aspecto jurídico há uma forte tendência à criação de sanções, em especial a criação de multas ou a utilização da via penal como forma de resguardo ao direito do consumidor. Notei também a presença de uma regulação legal bastante específica, que tende a se tornar defasada. Acredito que nesse aspecto, verifica-se uma involução ao que foi conquistado pelo CDC com a estipulação de normas dinâmicas porquanto de caráter abstrato e genérico.

PROJETO QUALIDADE DE VIDA

Profª. Célia Laís Tahan Bittencourt

O projeto Qualidade de Vida UniCEUB nasceu com o intuito de desenvolver a formação do profissional cidadão, capaz de interagir com a sociedade na busca de soluções para os problemas que afetam a comunidade acadêmica.

O objetivo geral é articular ações que envolvam as diferentes áreas da Instituição para garantir o exercício dos direitos sociais e econômicos, o direito ao trabalho, à saúde, à educação e ao bem estar social.

Valorizamos o conhecimento do aluno e do professor e propomos estratégias didáticas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. O tempo é a escola em que nos instruímos e a nossa escola é o somatório de várias experiências. A multiplicidade de tempos corresponde a uma multiplicidade de espaços que articulados apresentam o processo de constituição da sociedade.

Queremos aproveitar melhor o nosso tempo e os nossos espaços educativos, conscientizando a nossa comunidade acadêmica e a comunidade externa para a qualidade de vida.

Estimular o estudo de cidadania é importante para que a comunidade acadêmica seja capaz de estabelecer relações entre a sua vida cotidiana e a estrutura social em que vivemos. Assim, vamos construindo um processo cumulativo de competências e habilidades para que cada um adote uma postura crítica diante da história.

O UniCEUB contitui-se num grande pólo de difusão e produção de conhecimento, por isso o projeto Qualidade de Vida UniCEUB foi lançado no II Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão e terá uma duração prevista de dois anos: 2005 e 2006.

Propões inicialmente os seguinte temas:

- Uso racional da água
- Coleta, reciclagem e aproveitamento do lixo
- Prevenção e redução do fumo
- Campanha contra drogas lícitas e ilícitas
- Uso racional de energia elétrica
- Conhecimento dos direitos trabalhistas e do consumidor
- Educação para a saúde, etc.

Está previsto o desenvolvimento de parcerias com os diversos seguimentos da Instituição visando o comprometimento com ações de capacitação de agentes e multiplicadores para a disseminação do conhecimento produzido pelo Centro Universitário para a melhoria de vida da comunidade local.

A troca de conhecimento e saberes no âmbito da comunidade acadêmica e entre esta e a comunidade externa e fundamental para o sucesso do projeto e atendimento à comunidade para a promoção da Qualidade de Vida.

ÉTICA E PESQUISA

ÉTICA E PESQUISA CIENTÍFICA

Marília de Queiroz Dias Jácome; Presidente do Comitê de Bioética do UniCEUB;
mariliajacome@uol.com.br.

Quando nos referimos às pesquisas com seres humanos lembramos daquelas realizadas nos laboratórios, nos hospitais ou em locais considerados como apropriados para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

No entanto, as pesquisas com seres humanos são realizadas em muitas áreas do conhecimento humano, como a psicologia, a sociologia, a economia e a educação.

O desenvolvimento científico e tecnológico do século XX, deu um grande incentivo à pesquisa nas mais diversas áreas das ciências. Muitas delas destinadas ao conhecimento dos processos biológicos, psíquicos e sociais, dos seres humanos.

De início as pesquisas científicas com seres humanos eram realizadas em escravos e prisioneiros de guerra. Porém as religiões, as instituições jurídicas e os questionamentos filósóficos intercederam na defesa das “cobaias” humanas contra os abusos cometidos em tais pesquisas. No entanto essas pesquisas nunca deixaram de ser realizadas.

Mas foi no século XX que a utilização humana em pesquisas foi bastante contestada. Alguns fatos podem ser considerados como desencadeadores. O mais emblemático deles foram as experiências “científicas” realizadas pelos médicos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, nestas experiências tais cientistas provocaram doenças para acompanhar seu curso sem realizar qualquer tipo de tratamento, realizaram uma série de experiências genéticas criando seres monstruosos e submeteram suas “cobaias” a condições físicas mais extremas par o ser humano, como ficar de molho em água gelada. Tais práticas eram realizadas principalmente com judeus. Também realizaram experimentos com homossexuais e deficientes mentais.

Outros casos de grande impacto social foram descobertos nos Estados Unidos. O que mais chamou atenção foi a realização de um estudo, no estado do Alabama, que tinha como objetivo o acompanhamento da evolução da sífilis em

pessoas negras sem que houvesse tratamento. Quando esse caso veio a público houve muita repercussão, porém ninguém foi punido.

Houve ainda a descoberta de experiências realizadas com prisioneiros e crianças portadoras de deficiência mental. Mais uma vez a humanidade chocava-se com a capacidade de desrespeito aos seres humanos nas atividades científicas, justamente o setor que propunha trabalhar no sentido de nos proporcionar uma melhor qualidade de vida.

Essas experiências escandalizaram o mundo principalmente por terem sido realizadas após as descobertas das pesquisas nazistas.

Desde o final da Segunda Guerra já havia documentos que visavam controlar as pesquisas com seres humanos. Em 1947 após o julgamento dos criminosos nazistas foi elaborado o Código de Nüremberg, propondo normas básicas para pesquisas com seres humanos.

Em 1964 ao realizar sua 18ª Assembléia a Associação Médica Mundial (AMM) revisou o Código de Nuremberg e aprovou a Declaração de Helsinque, com as regulamentações para as pesquisas biomédicas. Desde então, essa Declaração tem sido revisada nas Assembléias posteriores.

Na década de setenta do século XX surgiu a disciplina bioética, com a intenção de acrescentar dimensões morais no estudo das ciências biológicas e biomédicas, numa proposta de trabalho interdisciplinar.

Em 1993 foi elaborada pelo Conselho para Organizações Internacionais de Ciências Médicas (CIOMS) em colaboração com a Organização Mundial de Saúde (OMS) as Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas envolvendo Seres Humanos. Essas Diretrizes consideram como fundamental nas pesquisas o respeito à autonomia da pessoa e a proteção das pessoas com autonomia alterada ou diminuída.

Mesmo com a existência de um grande número de documentos regulamentadores das pesquisas com seres humanos o debate mundial tem sido grande, com repúdio àquelas que violam as diretrizes internacionais.

Essa discussão não tem sido em vão e continua bastante atual. A revista inglesa *Bioethics* na sua última edição de 1998 apresentou um artigo que trazia denúncia de ensaios clínicos que estavam sendo realizados em países “em

desenvolvimento" para estudar a transmissão vertical do vírus da imunodeficiência adquirida (HIV) de mulheres grávidas para seus bebês, cujo grupo controle foi tratado com placebo, desrespeitando frontalmente as recomendações éticas de se evitar o uso de placebo em pacientes cuja doença tem tratamento conhecido na literatura médica. Além do desrespeito aos vários aspectos éticos, essas pesquisas são realizadas com populações vulneráveis, aquelas mais frágeis do ponto de vista econômico e social, isto é com menor autonomia..

Já existe uma movimentação de pesquisadores no sentido de aumentar a flexibilidade dos critérios éticos das pesquisas propostos na Declaração de Helsinque, dependendo do país onde seja realizada, defendem seus autores que os padrões éticos dependem das condições sócio-econômicas dos países onde serão realizadas. Na verdade tais pesquisas somente serão realizadas em países pobres, onde existe uma grande parcela de pessoas desinformadas e vulneráveis. Talvez esse seja o maior desafio para a bioética no século XXI.

No Brasil a primeira regulamentação de normas para pesquisas envolvendo seres humanos se deu com a publicação da resolução 01/88 pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão do Ministério da Saúde.

Em 1996 essa resolução foi substituída pela de número 196, um documento, mais atualizado e abrangente.

Alguns pontos destacam-se na atual resolução:

Ampara-se em disposições legais.

Uso dos referenciais da bioética.

Deve ser seguida em toda e qualquer pesquisa com seres humanos.

Necessidade do consentimento livre e esclarecido dos participantes. Confidencialidade e proteção à vulnerabilidade visando respeito total à dignidade humana.

Criação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP): "uma instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa, independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde", do Ministério da Saúde (MS).

Aprovação das pesquisas com seres humanos por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). As instituições que realizam este tipo de pesquisa devem constituir seus Comitês.

Submissão dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) à CONEP.

Neste sentido foi criado o Comitê de Bioética do UniCEUB (CB-UniCEUB) em setembro de 2004, com as seguintes atribuições: atuar como Comitê de Ética em

Pesquisa; apreciar documentos norteadores da ação pedagógica; promover ações educativas e formativas na área de bioética.

Palavras-chave: ética, bioética e pesquisa.

GRUPOS DE PESQUISA do UniCEUB

A RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO CURSO DE PEDAGOGIA/FACE/UNICEUB

Maria Eleusa Montenegro (responsável) maria68006@uniceub.br; Dalva Guimarães dos Reis dalva.reis@uniceub.br ; Marlene Emília Pinheiro de Lemos; Vitorina Angélica Montelo Zinato vzinato58@ig.com.br. ESTUDANTES: Sebastião Francisco da SIlva serfrancisco@ibest.com.br ; Elin Mary de Lima Nolasco – Faculdade de Ciências da Educação - FACE

O objetivo geral dessa pesquisa é buscar a compreensão da relação teoria-prática na prática pedagógica do Curso de Pedagogia-Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, do turno noturno, da FACE/UniCEUB. O problema central da pesquisa é verificar a ocorrência e a que ponto a relação teoria-prática, está sendo trabalhada ao longo do currículo desse curso, propondo, se necessário, ações que possam contribuir para o desenvolvimento do curso. Este problema se desdobrará nas seguintes questões específicas: A relação teoria-prática desenvolvida pelos professores nas disciplinas do Curso de Pedagogia está ocorrendo na concepção de unicidade? Quais são as contribuições e os limites encontrados nessa relação? Que ações podem contribuir para o estabelecimento da relação teoria-prática? Portanto, seus objetivos específicos são: levantar as situações de ocorrência e a forma da relação teoria-prática nos conteúdos apresentados; analisar as situações de viabilização das finalidades das disciplinas do Curso no que se refere à relação teoria-prática; analisar as contribuições e os limites com relação à questão teoria-prática nas disciplinas do Curso; propor ações para o enriquecimento da relação teoria-prática no Curso.

Essa pesquisa baseia-se na relação indissociável entre teoria-prática, que devem se manifestar através da *práxis*, conceituada por Vasquez como “a atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano”. Dessa forma, buscar-se-á neste trabalho verificar a relação que se está estabelecendo nas disciplinas do curso de Pedagogia no que tange aos seus objetivos previstos em documentação da instituição, tomando como base o caráter inseparável entre teoria-prática. Este trabalho encontra-se definido em forma de Pesquisa Qualitativa do tipo Estudo de Caso Etnográfico e será realizado no local de trabalho das pesquisadoras, sendo que as mesmas são professoras no referido

curso. O grupo, constituído de quatro professoras e dois alunos, foi formado com a preocupação de que todos os envolvidos, inclusive os discentes, tivessem experiência docente, e que as professoras pesquisadoras possuíssem experiência em disciplinas relacionadas à Didática e à pesquisa voltada para a prática pedagógica; que tivessem participado de pesquisa e produção na área. Dois dos professores envolvidos ocupam cargos de coordenação na área, sendo, portanto, profundas conhecedoras da documentação do referido curso.

Os instrumentos a serem utilizados para obtenção dos dados da pesquisa serão um questionário semi-estruturado a ser realizado com todos os alunos do 3º e 4º semestres, desse curso, e a análise documental da produção de todos professores desses períodos (planos de ensino; bibliografia utilizada; roteiros de trabalhos e/ou atividades realizadas em sala; e avaliações), e que estejam atuando como docentes, no momento da pesquisa. Os docentes poderão ser entrevistados, posteriormente, em caso de complementação de informações. O tempo total de realização deste trabalho será de 12 meses, podendo ser prorrogado, de acordo com as necessidades.

No momento, a referida pesquisa encontra-se em fase de pesquisa bibliográfica, elaboração do referencial teórico e definição de diretrizes para a construção dos instrumentos de coleta de dados.

Palavras-chave: Prática Pedagógica/Relação Teoria-Prática/Formação de professores.

A REGRA BRASILEIRA DE RECEPÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS E A PROPOSTA ARGENTINA DE VIGÊNCIA DIRETA E APLICAÇÃO IMEDIATA DA NORMATIVA MERCOSUL.

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha – Mestrado em Direito das Relações Internacionais do UniCEUB

elizabethgtr@terra.com.br - elizabeth.rocha@planalto.gov.br

O equacionamento jurídico entre o Direito Internacional Público e o direito positivo do Estado remonta, há pelo menos, quatro séculos, quando o aforismo *International law is part of the of the land*, norteava os tribunais ingleses.

Duas clássicas distinções dividem a doutrina jurídica: a concepção monista e a dualista.

Sob a ótica dualista, pode-se falar de recepção do Direito Internacional Público pelo direito interno, mas não de integração entre os dois sistemas normativos, na medida em que, do Direito Internacional Público ao qual o Estado se encontra comprometido emanam, tão-somente, diretrizes de natureza política endereçadas às instituições responsáveis pela produção das normas de direito interno.”Por outras palavras, a concepção dualista pressupõe a total separação entre as instituições e fontes jurídicas do direito internacional e do direito nacional, pelo que a validade de uma norma aplicável no âmbito interno resulta da atividade legislativa do Estado, sendo irrelevante verificar-se sua adequação aos compromissos formais e políticos assumidos internacionalmente. Nesta linha de entendimento, inexiste conflito entre norma interna e norma internacional simplesmente porque não há interseção entre ambas. Disciplina a norma internacional as relações entre Estados e, entre estes e os demais protagonistas da sociedade internacional e, o direito interno as inter-relações no interior do Estado. Decorre daí que, um ato internacional somente operará efeitos *interna corporis* se uma “ordem de execução” vier a incorporá-lo no ordenamento pátrio.

Em contraposição, a concepção monista, como a própria denominação indica, assume a perspectiva da unidade de ambas as ordens jurídicas. Hildebrando Accioly ao defendê-la, entende que “em princípio, o direito é um só, quer se apresente nas relações de um Estado, quer nas relações internacionais. A ordem jurídica é una e nela não cabe sistemas jurídicos distintos mas, sim, duas esferas de ação: uma

interna e outra externa; a primeira regulada, em cada Estado, pelo respectivo direito positivo; a segunda regida pelo direito internacional.

O mecanismo da recepção, tal como disciplinado pela Carta Política brasileira, atesta que a norma produzida externamente não dispõe, por autoridade própria, de exeqüibilidade e de operatividade imediatas no âmbito interno, vez que, para tornar-se eficaz e aplicável depende, essencialmente, de um processo de integração normativa que se acha delineado nos artigos 49, I, combinado com art. 84, IV.

Efetivamente, a regra de regência acerca da recepção e integração dos tratados internacionais na ordem jurídica interna brasileira privilegia determinados procedimentos que, sinteticamente, podem ser assim descritos:

1- o Tratado vincula internacionalmente o Estado brasileiro quando de sua ratificação ou adesão por ato do Presidente da República ou plenipotenciário, precedido da aprovação congressual;
2- seus efeitos produzem-se *interna corporis* a partir da vigência assinalada no decreto editado pelo Chefe de Estado, que deve conter a íntegra do texto convencionado internacionalmente;
3- com a publicação do decreto o tratado é incorporado ao Ordenamento Positivo, sem a necessidade de norma legal que lhe reproduza o conteúdo.

O Supremo Tribunal Federal em acórdão prolatado no Agravo Regimental em Carta Rogatória nº8.279-4, ponderou que “o exame da Carta Política promulgada em 1988 permite constatar que a execução dos tratados internacionais e a sua incorporação à ordem jurídica interna decorrem, no sistema adotado pelo Brasil, de um ato subjetivamente complexo, resultante da conjugação de duas vontades homogêneas: a do Congresso Nacional, que resolve definitivamente, mediante decreto legislativo, sobre tratados, acordos ou atos internacionais (CF, art. 49, I), e a do Presidente da República, que, além de poder celebrar esses atos de direito internacional (CF, art. 84, VIII), também dispõe – enquanto Chefe de Estado que é – da competência para promulgá-los mediante decreto.” (DJ, 10.08.2000).

Com efeito, preceitua a Constituição Brasileira em seu em seu art. 49, I, *verbis:*

“É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I- resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional."

Por seu turno, estabelece o art. 84, VIII,

litteris:

"Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII- celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional."

Infere-se, portanto, da *ratio* constitucional, estar a vinculação do Estado Brasileiro a tratados, acordos ou atos internacionais, condicionada ao exercício de competência de dois Poderes: o Executivo e o Legislativo. Ao Presidente da República cabe a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo remetendo ao Parlamento mensagem que encaminha: 1- texto de tratado celebrado pelo Chefe do Poder Executivo em nome do país, 2- texto de tratado multilateral que, mesmo não tendo contado com a participação do país no ato inicial de celebração mereceria apreciação congressual para eventual adesão, e 3- texto de tratado oriundo de organização internacional.

Uma vez ratificado pelo Congresso Nacional, que deve manifestar-se pelo voto da maioria relativa dos membros de cada Casa – art. 47 da Lei Maior - é promovido o retorno do Ato Internacional à Casa Presidencial, a fim de que o Chefe de Estado promova sua internalização na positividade jurídica.

Concernente à paridade normativa entre atos internacionais e normas infraconstitucionais, o Supremo Tribunal Federal tem mantido o entendimento de que os tratados, uma vez recepcionados, têm o *status* de lei ordinária. Isso ficou evidente no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1480-3/DF, que teve por objeto a Convenção nº 158 da OIT, segundo a qual "os tratados ou convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, havendo, em conseqüência, entre estas e os atos de direito internacional público, mera relação de paridade normativa."

Estabeleceu, portanto, a jurisprudência da Corte Constitucional equivalência entre a norma brasileira de produção doméstica e a norma brasileira de produção

internacional. O conflito, quando suscitado, entre uma e outra, resolve-se de regra pelo mecanismo tradicional da *lex posterior derogat legi priori.*Todavia, há de se ter presente que a lei posterior não revoga o tratado anterior, mas simplesmente afasta, enquanto em vigor, as normas do tratado com ela incompatível. Assim, revogada a lei que afastou a sua aplicação, voltará o tratado a ter eficácia. Prevalece, outrossim, o critério da especialidade em face da lei geral.

De se notar, então, ter a Suprema Corte afirmado que o sistema constitucional brasileiro revela-se como dualista moderado, já que, apesar de não exigir a edição de lei para o efeito de incorporação do ato internacional ao direito interno – visão dualista extremada – exige a adoção de um *iter* procedimental, que compreende a aprovação congressual e a promulgação executiva do texto convencionado.

Ocorre que o Estado Brasileiro está ciente que a cooperação intergovernamental é uma necessidade; os Estados não são auto-suficientes, mas sim inter-relacionados. Esta cooperação, no caso do MERCOSUL tem-se mostrado essencial e urgente, já que os mecanismos típicos de incorporação se revelam ineficientes face à sua lentidão e a assimetria das partes. Buscando superar estes impasses, o Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, discursou no II Encontro de Presidente de Congresso do Mercosul, em Assunção, reiterando a necessidade de "acelerar os procedimentos internos, nos Estados Partes, para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL, enfatizando faltar, efetivamente, mecanismos institucionais que confiram a elas tratamento específico e ágil, distinto daquele outorgado aos demais atos internacionais."

A solução jurídica conciliatória foi apresentada pela Argentina que, tendo em vista o comprometimento dos Estados Partes em adotar todas as medidas necessárias para assegurar o cumprimento da normativa MERCOSUL, bem como ser imprescindível o aperfeiçoamento do sistema de vigência e aplicação das referidas normas como meio de afiançar a segurança jurídica do bloco comunitário, propôs que as decisões, resoluções e diretivas oriundas dos órgãos MERCOSUL com capacidade decisória que não requeiram aprovação legislativa, entrem em vigor nos ordenamentos jurídicos nacionais de forma expedita.

Tal proposta encontra amparo na norma integracionista do parágrafo único, do art. 4º da Lei Maior que dispõe:

v*erbis:*

"Parágrafo único: A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações."

Norma programática por excelência, sua letra, por um lado, não torna dispensável a atuação dos instrumentos constitucionais de transposição mas, por outro, deixa em aberto a forma pela qual o Brasil irá buscar sua integração, juntamente com os parceiros da América Latina. Mais, por encerrar um comando dirigente de transformação da ordem jurídica e da estrutura social, os tratados constitutivos do MERCOSUL gozam, no ordenamento jurídico brasileiro, de *status* jurídico diferenciado, não podendo ser, a meu ver, revogados ou alterados de forma a diminuir a integração já alcançada até o momento, pois representaria desobediência à mandamento constitucional.

> Impõe-se, pois, harmonizar o conceito jurídico de soberania, contido no art. 1º, I da Constituição da República, com os objetivos da norma integracionista do parágrafo único do art. 4º retrocitado, sem dúvida, um dispositivo que permite a abertura de novos caminhos pela construção hermenêutica que, associado às eventuais alterações constitucionais, tem como desafio a evolução de um modelo intergovernamental para um supranacional.

Assim, considerando a fragilidade da regra brasileira de recepção dos tratados e a necessidade de se compatibilizar os compromissos formais assumidos pelo Estado perante a comunidade internacional com os parâmetros sistêmicos do arcabouço jurídico, seu equacionamento deve ser disciplinado por normas de natureza constitucional, regração adequada para a institucionalização de um sistema integrador.

Por tal razão, busca o grupo de pesquisa estudar as possibilidades de conciliar o atributo da soberania com a obrigatoriedade do cumprimento de regras livremente aceitas na ordem internacional, sobretudo no âmbito do MERCOSUL.

Tomando como paradigma a Constituição Portuguesa que assimilou a aplicabilidade direta das normas provenientes dos organismos internacionais, conclui-se ser a reforma constitucional imprescindível, mormente diante da

orientação da Corte Suprema que, expressamente, se manifestou contrária ao reconhecimento da autonomia conceitual do princípio do efeito direto - aptidão da norma internacional repercutir desde logo, em matéria de direitos e obrigações, na esfera jurídica dos particulares - e do postulado da aplicabilidade imediata -vigência automática da norma internacional na ordem jurídica interna - por entender ser irrecusável que tais diretrizes não se acham consagradas e nem positivadas no texto da Constituição da República; razão pela qual não poderiam ser invocadas para legitimar a incidência, no plano do ordenamento doméstico, de qualquer convenção internacional, ainda que se cuide de tratado de integração, enquanto não se concluírem os diversos ciclos que compõem o seu processo de incorporação ao sistema de direito interno do Brasil.

Reconheceu, contudo, a Excelsa Corte, que por se tratar de princípios que compõe o direito de integração, o efeito direto e a aplicabilidade imediata qualificar-se-iam como diretrizes essenciais à própria configuração institucional do espaço comunitário pois, tais postulados, visam tornar as regras comunitárias imediatamente invocáveis e aplicáveis, sem qualquer intermediação formal, tornando-se parte integrante de um sistema normativo que deverá incidir pela atuação do juiz nacional.

Daí a necessidade de se fixar constitucionalmente princípios gerais de integração do Direito Internacional Público ao direito interno, que se explicitariam como valorações políticas fundamentais.

Neste sentido, a pesquisa tem por escopo, para além da análise sobre a incorporação direta e aplicabilidade imediata das normativas MERCOSUL emanadas de seus órgãos decisórios, *vg:* Grupo de Mercado Comum, Conselho do Mercado Comum e Câmara de Comércio - avaliar os impactos de determinadas inovações jurídicas na ordem normativa pátria, tais como: atribuir-se maior relevância aos pactos internacionais, conferindo-lhes *status* de supralegalidade nos moldes da Constituição Argentina - art.75, 22; estabelecer-se um *quorum* parlamentar privilegiado para a sua adesão; conferir-se ao Congresso Nacional a atribuição de, não apenas, resolver definitivamente sobre tratados mas, também, deliberar sobre a sua denúncia; e possibilitar-se ao STF o exame prévio da constitucionalidade dos tratados previamente à sua aprovação pelo Parlamento Federal (Constituição da Espanha – art. 95 e Constituição da França – art. 54), a fim de que aquele Corte

prolate decisão antecipatória de possível incompatibilidade com a *Lex Magna.* Por fim, submeter certos tratados à vontade coletiva, utilizando-se os instrumentos da democracia direta como o *referendum* e o plebiscito, valorizaria o Estado Democrático de Direito e conferiria maior vitalidade ao corpo institucional da Nação.

Palavras Chaves:

Mercosul - Incorporação – Norma Internacional

CITOGENÉTICA APLICADA

Orientadora: Fernanda Vinhaes de Lima; Alunos: João Rogério Cardoso de Oliveira; Graciana Souza Lordelo, Daphne Renata Tavares Amaral
Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
fvlima@brturbo.com

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética, a qual consiste principalmente no estudo microscópico dos cromossomos e suas anomalias. Os cromossomos foram descritos, no século XIX, como corpos nucleoprotéicos de coloração escura que são observados nas células durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual os cromossomos atingem seu maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diplóide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares de cromossomos homólogos. A partir de então foi possível explicar aproximadamente 12 síndromes congênitas humanas e demonstrar que cerca de cinco entre mil recém nascidos apresentam algum tipo de aberração cromossômica. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental; malformações múltiplas; câncer; infertilidade e; abortos espontâneos. O grupo de pesquisa, **Citogenética Aplicada,** é formado pela Profª. Drª. Fernanda Vinhaes de Lima (líder), João Rogério Cardoso de Oliveira, Graciana Souza Lordelo (ex-alunos do Programa de Iniciação Científica/UniCEUB) e Daphne Renata Tavares Amaral (aluna de PIBIC/CNPq). Todos os alunos componentes deste grupo de pesquisa são alunos do curso de Biomedicina do UniCEUB, com linhas de pesquisa em estudos citogenéticos de neoplasias humanas e diagnósticos Pré-Natal. Os estudos realizados têm fornecido dados relevantes e decisivos, tanto no diagnóstico, como na determinação da conduta terapêutica de pacientes com Leucemia Mielóide Crônica, provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal. Os resultados obtidos têm servido como ferramenta para estabelecer um perfil dos pacientes acometidos pela Leucemia Mielóide Crônica da nossa região, além de ter se tornado essencial no acompanhamento de pacientes em uso de novas terapêuticas, disponíveis no mercado atualmente. Estes trabalhos fazem parte de um grande

estudo de fase três, no qual estão envolvidos vários centros de pesquisa por todo o mundo. O principal objetivo destes estudos é disponibilizar a população recursos terapêuticos cada vez mais eficazes, isto é; medicamentos que atuem diretamente no clone de células mutado, causando assim, menos efeitos colaterais ao paciente e garantindo uma melhora na sua qualidade de vida. Além disso, o grupo de pesquisa **Citogenética Aplicada,** tem trabalhado em parceria com o Hospital Universitário de Brasília na conclusão de diagnósticos fetais e na prestação de serviço em aconselhamento genético. Além da relevância do diagnóstico para essas famílias, os resultados obtidos têm servido como material de estudo para estudantes do UniCEUB, que se interessem por este campo de trabalho.

Palavras-chave: Citogenética, Leucemia Mielóide Crônica (LMC), Diagnóstico Pré-Natal

CULTURA, CURRÍCULO E APRENDIZAGEM

Odiva Silva Xavier - Faculdade de Ciências da Educação - FACE

Curso de Pedagogia

Odiva@tecnolink.com.br

Além do líder, identificado acima, compõem este Grupo de Pesquisa outros professores do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB: Cássia Maria Ramalho Salim, Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto, Gilvaci Rodrigues Azevedo Pinho, Maria da Glória Noronha Serpa, Relcytam Lago Caribé e os seguintes alunos do curso de Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, vinculados ao Projeto Professor Nota 10: Alaydes Mendes Alves, Roberta Albuquerque Cunha e Selma Mesquita.

O Grupo de Pesquisa - **Cultura, Currículo e Aprendizagem** - foi criado recentemente (outubro de 2004), vinculado à linha de pesquisa "Profissão Docente e Práxis Educativa" do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

Seu nome, que integra três eixos aglutinadores de estudos e pesquisas, e portanto, geradores de conhecimento, coloca o **currículo** educacional como núcleo temático e mostra sua relação com a cultura e com o conhecimento, que resultanta da aprendizagem. Isto significa que o currículo é estruturado segundo a ideologia e os interesses de um povo, e, nas instituições educativas, funciona de acordo com os valores e os padrões de conduta dos docentes e discentes.

A **cultura** é representada aqui pelos seguintes conjuntos de elementos: a) os preceitos, que envolvem valores de grupos e da sociedade, tradições, disciplina, rituais, estilos de organização do trabalho escolar e a dimensão política do processo educativo; b) a tecnologia, que representa o modo de exercer a prática docente, os métodos, as técnicas e os procedimentos de trabalho; enfim, a dimensão técnica da práxis docente; c) o caráter, que compreende as manifestações afetivas das pessoas, a maneira de ser e de se relacionarem no exercício da profissão, ou seja, a dimensão humana do ato docente.

A **aprendizagem** sintetiza o processo de construção do conhecimento, que decorre da operacionalização do currículo na dinâmica pedagógica. Assim, o conhecimento gerado modifica a cultura e é por ela modificado.

Concebido com essa configuração circular, o Grupo de Pesquisa nasce com três objetivos básicos: um institucional, um prático e um relacional, que buscam, respectivamente:

a) Fortalecer a pesquisa em Educação no Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, para o avanço do conhecimento na área da formação de educadores e ampliação da visibilidade institucional;
b) Desenvolver projetos que contribuam para a formação docente e para a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem;
c) Estimular o intercâmbio com a comunidade científica interna e externa ao Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

Com esses propósitos, o Grupo de Pesquisa buscará desenvolver projetos de estudos e pesquisas voltados para a formação profissional de professores da educação básica e superior, no sentido de melhorar a qualidade da práxis docente, favorecer a construção e a gestão do conhecimento, ampliar a produção científica e as relações entre alunos e professores, grupos e instituições, propiciando a troca de experiências e o avanço do conhecimento.

O desenvolvimento desta proposta conta com a participação de seis professores e três alunos do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, mencionados acima.

Palavras-chave: cultura – currículo - aprendizagem

DIÁLOGO: GRUPO INTERDISCIPLINAR

José Bizerril Neto - Faculdade de Ciências da Saúde – Psicologia
jose60360@uniceub.br

Diálogo:Grupo Interdisciplinar, até o primeiro semestre de 2004 chamava-se Núcleo de Antropologia. Iniciou suas atividades no segundo semestre de 2001, a pedido de um grupo de estudantes, com o objetivo de dar continuidade ao debate sobre as interfaces entre antropologia cultural e psicologia, visto que o curso de psicologia do Uniceub possui apenas uma disciplina obrigatória e introdutória de antropologia cultural. Posteriormente assumiu o presente formato, com a condução paralela de pesquisas individuais por parte dos alunos e professores envolvidos no projeto e seminários teóricos semanais.

A composição do grupo tem características multidisciplinares por agregar pesquisadores e estudantes de várias áreas das ciências humanas. No presente semestre contamos com a participação de um antropólogo/historiador, uma psicóloga, um cientista social e cinco estudantes de psicologia.

Mas também por promover o diálogo entre perspectivas disciplinares distintas também no campo da teoria. De maneira análoga, temos discutido nos seminários teóricos questões de filosofia, antropologia cultural, sociologia, história, psicologia e estudos culturais, sobretudo no que diz respeito a temáticas ligadas a identidade, corpo e religião. A reflexão sobre estas temáticas tem sido contextualizada pela discussão de análises recentes de fenômenos emergentes no mundo contemporâneo e reformulações teóricas no campo das ciências humanas.

Em relação à prática de pesquisa, privilegiamos as pesquisas qualitativas com enfoque interdisciplinar, sobretudo com metodologia etnográfica. No momento corrente, os membros do grupo desenvolvem investigações sobre: pessoa e corporalidade no taoísmo, interface entre experiência religiosa e psicopatologia, sociologia do hacking, dor crônica, concepções de corpo nas classes populares e o significado do cigarro nas relações sociais, cuja estudante é atualmente bolsista no Programa de Iniciação Científica do UniCeub. Encontram-se em fase de elaboração projetos sobre religiosidade afro-brasileira e sobre saúde mental e cultura.

As atividades do grupo tem-se feito visíveis sob a forma conferências, mesas-redondas, simpósios e workshops. No interior da instituição, membros do grupo tem

participado ativamente do projeto cinemateca e dos congressos de Ciências da Saúde. Mas também em outros eventos: a) locais: como a semana universitária da Universidade Católica, o projeto Mardidéias, entre outros; b) nacionais: como a Reunião Brasileira de Antropologia, ou a Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos; c) internacionais: como a Reunião de Antropologia do Mercosul, ou *New Research for New Media Symposium* .

Nos últimos dois anos, as atividades do grupo também renderam duas publicações de artigo (2003), e um capítulo de livro, no prelo (2004).

Palavras-chave: ciências humanas, interdisciplinaridade, pesquisa qualitativa.

DIREITO E MULTICULTURALISMO: UM PERCURSO DE PESQUISA

Rosana Ulhoa Botelho e Maria Inês Malta Castro – Faculdade de Ciências da Educação – História e Mestrado em Direito das Relações Internacionais do UniCEUB

rosana.botelho@uniceub.br

O grupo *Direito e Multiculturalismo: internacionalização e tensões nacionais* desenvolve pesquisas que focalizam as tensões contemporâneas em torno de práticas instituidoras de novos direitos, no contexto atual em que o multiculturalismo se afirma como projeto de legitimação de demandas pelo reconhecimento de diferenças. De caráter transdisciplinar, o grupo reúne alunos e professores dos cursos de Direito e de História, propiciando a integração entre a graduação e a pós-graduação. Os trabalhos do grupo bifurcam-se em duas vertentes:

a) uma que corre no sentido de incentivar o debate de questões que emergem das pesquisas de cada um de seus integrantes, visando consolidar um campo de discussão e equacionar problemas de ordem conceitual ou metodológica;

b) outra que conflui num trabalho coletivo na modalidade de *pesquisa-ação*, tirando partido da dupla inserção de seus integrantes como alunos do mestrado e professores da graduação, ou como professores do Mestrado e da Graduação. Nesta vertente, aproveitando um momento em que algumas universidades testam o regime de cotas e em que segmentos da sociedade se manifestavam seja favoravelmente, seja desfavoravelmente a tal política de reconhecimento da diferença, iniciamos uma pesquisa que procura captar os argumentos partilhados e as disputas em torno dessa questão tendo como população-alvo estudantes de Direito e de História. Os resultados da pesquisa deverão ser discutidos com os alunos que dela participaram, visando, ao mesmo tempo, desenvolver habilidades de pesquisa e projetos direcionados a segmentos da comunidade externa. Os impactos dessa ação certamente poderão ser dimensionados no próximo Congresso. No atual, temos a assinalar três modalidades de repercussão do trabalho do grupo de pesquisa: artigos publicados na revista *Universitas* - FACE, N. 1("Reflexões sobre a História Ambiental", de Ma. Inês Malta Castro; "Golpes contra *Realidade*", de Rosana Ulhôa Botelho); seis projetos aprovados no Programa de Iniciação Científica e participação na organização do seminário *América Latina - Ambiente, Culturas e*

Práticas Sociais, realizado nos dias 2 e 3 de junho de 2004, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, a UnB/Casa da Cultura da América Latina e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Palavras-chave: Multiculturalismo, Direito, História.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO CERRADO

Marcelo X. A. Bizerril, Daniel Louzada-Silva, Dulce M.S. da Rocha, Elizabeth M.M. da Costa. Faculdade de Ciências da Saúde - Biologia.
marcelo051529@uniceub.br.

O grupo de pesquisa, criado em 2003, apresenta duas linhas de pesquisa: (i) Percepção e educação ambiental como subsídios à conservação da biodiversidade do Cerrado; (ii) Conservação e biodiversidade nas Unidades de Conservação do Cerrado. A partir dessas linhas, o grupo tem atuado em pesquisas nas seguintes áreas: Herpetologia (Biologia de Anfíbios e Répteis), Ecoturismo, Conservação da biodiversidade em áreas urbanas, Botânica, Genética, Interações animal-planta, Mamíferos aquáticos, Desenvolvimento sustentável, Educação ambiental e Conservação do Cerrado. Participam do grupo, além dos quatro pesquisadores, um técnico e 15 estudantes. O grupo gerou, em 2004, mais de 20 monografias de final de curso de graduação em biologia, 6 projetos de iniciação científica (PIC), além de desenvolver um projeto institucional de extensão universitária. Dentre as pesquisas atualmente em desenvolvimento destacam-se estudos relacionados à: Comunidade de anfíbios do Parque Estadual de Terra Ronca; Vocalização e comportamento de anfíbios; Ocorrência de lontras no Lago Paranoá; Dieta de lontras; Conhecimento urbano sobre as plantas nativas do Cerrado; Sistemas de polinização em *Solanum* spp; Levantamento florístico do Parque Olhos d'água; Distribuição espacial, dieta de coruja-buraqueira e interações com o homem. Nos últimos 12 meses, o grupo apresentou trabalhos nos Congressos Brasileiros de Ecologia (novembro de 2003, em Fortaleza-CE), de Zoologia (fevereiro de 2004, em Brasília-DF), de Herpetologia (julho de 2004, em Curitiba-PR), e de Botânica (julho de 2004, em Viçosa-MG). As repercussões do grupo relacionam-se às principais áreas de atuação universitária – o ensino, a pesquisa e a extensão – com destaque para a formação profissional dos estudantes, a produção de conhecimento nas áreas de ecologia e educação ambiental, e a produção de subsídios para ações concretas voltadas à conservação do Cerrado.

Palavras-chave: cerrado; educação ambiental; biodiversidade.

GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO INTERNACIONAL ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO

Marcelo Dias Varella, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais,
marcelo.varella@laposte.net

Resumo: Trata-se de um grupo de pesquisa em direito internacional econômico, que reúne professores e alunos do Curso de Mestrado em Direito das Relações Internacionais e dos cursos de Graduação em Direito e Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília.
Pretende-se aprofundar nos estudos de temas específicos, ligados às organizações internacionais, ao direito tributário, ao direitos dos transportes em sistemas de integração.

Palavras chaves: direito econômico internacional, direito da integração, Organização Mundial do Comércio

GRUPO INTEGRADO DE PESQUISA EM DIREITO E NOVAS BIOTECNOLOGIAS

Marcelo Dias Varella, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais,
marcelo.varella@laposte.net

Resumo: O grupo é formado por estudantes de graduação e de mestrado. Ele tem com principal finalidade capacitar pessoal de nível para lidar com assuntos ligados ao governo de riscos, meio ambiente e novas tecnologias. O grupo participa de uma Rede Alfa, sobre o tema, com outras sete instituições de seis países diferentes.
Neste grupo, participam como terceiros interessados, pessoas de diferentes ministérios e órgãos do Governo Federal, como CNPq, MCT, FINEP, MRE, Embrapa, que contibuem e crescem junto com o grupo em assuntos específicos discutidos mensalmente.

Palavras chaves: direito internacional ambiental, governo dos riscos, direitos especiais

GRUPO DE PESQUISA NOVOS DIREITOS: BIOÉTICA e DIREITOS HUMANOS.

Sandra Lima Alves Montenegro - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso de Direito
sandra-alves@uol.com.br

As pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa Novos Direitos analisaram novas questões com as quais o direito tem de se defrontar por força da evolução tecnológica aplicada à saúde humana. Nos últimos anos realizou-se o mapeamento do genoma humano, descobriu-se a utilidade da terapia gênica, das células tronco (encontradas no embrião, na medula, no sangue do cordão umbilical e placentário, promoveu-se debates sobre a possibilidade da clonagem terapêutica, estudou-se a forma segura para a liberação de alimentos transgênicos e a cada dia nos surpreendemos com a mais nova invenção, como a quimera formada pela inserção de células cerebrais humanas num camundongo, divulgada em outubro de 2004. Aspectos jurídicos de temas ligados a biotecnologia ou simplesmente à tradução da tecnologia em matéria de saúde para os usuários são objeto de estudos no grupo e já resultaram em trabalhos de pesquisa apresentados parcialmente como relatórios de pesquisa e que se transformaram em monografias de final de curso exemplares.

A pesquisa também permitiu a apresentação de trabalhos no Seminário de Pesquisa de Direito e de Relações Internacionais (2001), com publicação dos resumos, resultados das pesquisas dos alunos; no II Seminário de Pesquisa de Direito e de Relações Internacionais (2002), com publicação (no prelo) dos resumos, resultados das pesquisas dos alunos e professores. Destaque-se que nesse II Seminário, ocorreu a divulgação parcial do importante processo pelo qual o Grupo de Pesquisa elaborou, aplicou e analisou questionário aplicado sobre os temas de pesquisa do Grupo a operadores do Direito, entre eles autoridades responsáveis por decisões na área.

A pesquisa no Grupo de Pesquisa Novos Direitos: Bioética e Direitos Humanos também foi instrumental para a realização do I Fórum de Bioética e Direito, ocorrido no UniCEUB, em outubro de 2002, e para a apresentação de palestra no 6º Congresso Mundial de Bioética com publicação do resumo nos Anais do evento (novembro de 2002). O grupo vem constituindo um banco de documentação utilizado para monografias de conclusão de curso defendidas por alunos do grupo,

cuja pesquisa foi aprofundada pelas atividades em grupo nos anos de 2002, 2003 e 2004. Organização e realização de diversas mesas de discussões em bioética com especialistas de diversas áreas de formação nos sábados pela manhã durante o ano de 2003. Publicação de capítulo O consentimento informado: normas gerais de conduta formadas por meio de comitês de bioética em reprodução humana assistida no livro Bioética e Biodireito: questões fundamentais, organizado por Juliane Fernandes Queiroz; Carlos María Romeo Casabona. Belo Horizonte: Del Rey (no prelo).

O trabalho desenvolvido no Grupo de Pesquisa também possibilitou a inserção de novos tópicos direcionados aos conflitos em bioética, dentro da disciplina de responsabilidade civil. Também foi constituída a Disciplina de Direito da Bioética, com primeira turma formada em agosto de 2004, na qualidade de disciplina optativa. Proposta de reforma do currículo do Direito para inserção da disciplina para os alunos que optarem pela especialização em Direitos Humanos Fundamentais.

Em 2003 (outubro) a líder do grupo deu continuidade ao trabalho desenvolvido no grupo com o inicio de Doutorado na Universidade de Paris I Pantheon Sorbonne, com a tese 'Fontes do Direito da Bioética e a Democracia Sanitária: uma analise comparativa entre o Direito brasileiro e francês'. Em 1º out 2004 foi apresentado o trabalho 'Mapeamento normativo do sangue' no grupo de pesquisa sobre Meio Ambiente, cuja continuação resultou no trabalho sobre A Regulamentação do sangue no Direito brasileiro, que foi apresentado como tema livre a ser apresentado no inicio de novembro de 2004 em São Paulo.

A contribuição do Grupo de Pesquisa que está em andamento será constituída pelos seguintes trabalhos e eventos: Contribuição para a sociedade: pela apresentação de comentários à consulta pública aberta pela Presidência da República sobre o Comitê Nacional de Bioética, dia 29 de outubro de 2004, à consulta pública aberta pela Anvisa sobre regulação de atividade laboratorial de análises clínicas (1º novembro 2004), Contribuição para a comunidade de estudantes do UniCEUB: debate planejado para o final do semestre sobre "aborto de fetos anencéfalos e o STF" e "Pesquisa gênica e células tronco" (planejado para o início do primeiro semestre de 2005).

Palavras-chave: DIREITO da BIOÉTICA. DIREITOS HUMANOS. DIREITO PRIVADO

INTEGRANDO A UNIVERSIDADE À ESCOLA – TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Profa.Suzana Schwerz Funghetto , Curso de Pedagogia, UniCEUB;
Profa. Margô G. de Oliveira Karnikowski, Curso de Farmácia da UCB,

Prof. Olivério Gomes de Oliveira Neto , Curso de Direito, UniCEUB;
Valéria Moran Pereira, Curso de Pedagogia, UniCEUB;
Amanda Costa Bueno de Oliveira, Curso de Pedagogia, UniCEUB;
Danilo Piva Júnior , Curso de Licenciatura em Informática, UnB
Graciela Giacomolli Oliveira, Curso de Direito, UniCEUB;
Isabella Gonçalves de Carvalho, Curso de Pedagogia, UniCEUB;
Tiago Faria Gonçalves , Curso de Farmácia, UnB.

A sociedade moderna apresenta demandas sócio-educacionais que ultrapassam os limites formais e regulares da instituição escolar em todos os níveis de ensino. Entre estas demandas encontra-se o uso indevido de drogas. Pela sua dimensão e rapidez, o fenômeno tem alertado a opinião pública e é motivo de preocupação para as autoridades de educação e saúde.

Desde 2001 o grupo de pesquisa em Educação e Saúde: integrando a universidade à escola vem desenvolvendo projetos e ações que promovem a saúde no contexto escolar, tendo como foco a prevenção do uso indevido de drogas .

Os projetos interdisciplinares e interinstitucionais desenvolvidos pelo grupo visam evitar o estabelecimento de uma relação destrutiva de um indivíduo com uma droga, levando em consideração o seu contexto social, econômico e cultural.

Interligando o conhecimento entre a universidade e a escola por meio da iniciação científica, os professores e acadêmicos de três instituições de ensino superior do Distrito Federal – UniCEUB/UCB/UnB, dos cursos de pedagogia, direito, medicina, nutrição, licenciatura em informática e farmácia realizam ações que articulam a teoria à prática com alunos no ensino fundamental e médio.

As repercussões do trabalho do grupo são evidenciadas no atendimento de 1220 alunos de uma escola de Ensino Médio do Distrito Federal (2001 a 2003) que promoveram, por meio da pesquisa e da extensão, a troca de conhecimento entre os professores, os acadêmicos e a comunidade escolar envolvida.

Entre as pesquisas, podemos destacar os dois projetos de iniciação científica desenvolvidos no Programa de Iniciação Científica do UniCEUB, na 2ª e 3ª edição.

Na área de Extensão podemos citar o projeto desenvolvido na UCB – *AÇÕES EDUCATIVAS DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS* e pela UnB *DROGAS: UMA AÇÃO EDUCATIVA COM ADOLESCENTES NO DISTRITO FEDERAL*. No ensino fundamental as acadêmicas do curso de Pedagogia desenvolveram ações, que promoveram a saúde nas séries iniciais, enfocando as drogas no contexto escolar.

Os integrantes do grupo de pesquisa têm divulgado seus trabalhos por meio de publicações e participações em eventos científicos. Outros alunos que se integraram ao grupo desenvolveram trabalhos de conclusão de curso.

"JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS"

Prof. Dr. Luís Carlos Martins Alves

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – Curso de Direito

E-mail: lcmaj@uol.com.br

Resumo de apresentação de Grupo de Pesquisa feita no 2º Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão & 2º Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB realizado nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2004.

PALAVRAS-CHAVE

Jurisdição – Direitos Fundamentais - Interpretação Jurídica

RESUMO

O Grupo tem como objetivo estudar os discursos jurídicos justificadores das decisões judiciais em sede de direitos fundamentais.

O ponto de partida foi a análise da obra "Lógica Jurídica", de Chaïm Perelman. A partir dessa obra percebeu-se que o discurso jurídico justificador das escolhas feitas pelos magistrados varia no tempo e no espaço, segundo as circunstâncias do momento.

Com Perelman, o Grupo percebeu o critério aferido acerca de uma decisão judicial não está na sua validade ou invalidade, mas em sua aceitabilidade social.

O Grupo também estudou o acórdão do Supremo Tribunal Federal – STF no julgamento do Habeas Corpus nº 82.424. Neste processo, o STF analisou o caso de um escritor e editor gaúcho de ascendência germânica que escreveu e publicou

obras de cunho supostamente racista e anti-semita, em um equivocado revisionismo histórico.

Naquela oportunidade, o STF, por maioria de votos, entendeu que o anti-semitismo é uma das espécies do crime de racismo. Entendeu também o STF que em nome da dignidade da pessoa humana e da coletividade, a liberdade de expressão deve sofrer limitações, posto que ninguém pode falar tudo o que pensa, sob pena de ofender a dignidade alheia.

Dois princípios fundamentais se digladiaram nesse referido julgamento: a liberdade de expressão *versus* a honra e as tradições do povo judeu.

A tônica do estudo do Grupo é aprofundar as leituras de autores que tenham contribuições para essa importante área do conhecimento jurídico e desmistificar a tese da neutralidade judicial e assepsia do Direito.

A principal pretensão do Grupo é demonstrar que a suposta racionalidade do discurso jurídico é falaciosa, haja vista a forte influência de aspectos morais, religiosos, políticos, econômicos etc. na conformação das decisões judiciais.

O paradoxo, entende o Grupo, é conciliar o discurso racional justificador usado pelos magistrados com as nuanças circunstanciais que influenciam nas escolhas, nas decisões.

Ao escolher a temática dos direitos fundamentais, o Grupo reconhece que a eterna ânsia humana está na busca da radicalização de uma segurança existencial e emocional de quase todas as pessoas.

O Grupo tem compreendido que duas vertentes estão em permanente tensão na construção dos direitos fundamentais: a que entende que o principal é a vida, seja que vida for; e a que entende que só vale a pena viver com liberdade e com a proteção da propriedade.

Para o ano de 2005, o Grupo surpreenderá a obra de Ronald Dworkin, com suas análises acerca dos direitos fundamentais, da jurisdição e das interpretações jurídicas.

Os resultados alcançados até o presente têm sido bastante satisfatórios, posto que os alunos (graduandos e mestrandos) envolvidos nas atividades do Grupo têm

demonstrado uma enorme aquisição evolutiva nos seus estágios intelectuais e começaram a enxergar o direito, e em especial a Constituição, como um instrumento retórico de justificação racional da escolhas normativas de decisões socialmente aceitáveis segundo determinados padrões culturais e dentro de determinadas circunstâncias.

O Grupo tem aprendido que o direito é um poderoso instrumento a serviço das forças políticas e dos interesses sociais prevalecentes, trazendo os conflitos para o campo civilizatório e para soluções conciliáveis, sempre que possível.

O direito e a Constituição em particular são demonstrações da civilidade de uma sociedade na solução de seus conflitos. Ao levar para o campo do direito a solução dos conflitos de interesses, a sociedade dá um salto evolutivo, posto que torna supostamente previsíveis e racionais as decisões. O justo se torna o aceitável e suportável para a sociedade.

LEI E SOCIEDADE

Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FASA
Mestrado em Direito
luizeabreu@yahoo.com.br

Como uma abordagem baseada nos conceitos a partir dos quais a linguagem é pensada pode ser interessante para estudar os fenômenos que, de uma perspectiva mais ampla, estariam contidos na palavra "direito"? A resposta está vinculada à capacidade de essa abordagem dialogar com os aspectos que tradicionalmente a pesquisa jurídica tem como relevantes. Em *Between Facts and Norms* (explicitamente no capítulo 2), Habermas divide a abordagem do direito em duas grandes linhas. A primeira, sociológica, abordaria o direito enquanto um fenômeno social, um fato no mundo sujeito, portanto, à descrição. Uma das possibilidades abertas a estudos desse gênero seria o da efetividade do direito, quer dizer, a maneira como a aplicação das normas se relaciona com outros fenômenos sociais, como a cultura, o poder e a economia. A segunda, filosófica, se dirigiria à questão da validade normativa, quer dizer, analisaria os fundamentos a partir dos quais seria possível afirmar que tal ou qual regra institucional seria justificável – e "justificável" aqui tem o sentido de "ser aceito pelos participantes daquele meio social como válida". Tomando esta distinção por base, podemos reformular a questão original da seguinte maneira: como uma abordagem baseada na linguagem pode colocar problemas de pesquisa que dialoguem com essas duas grandes linhas?

Abaixo distinguimos três "áreas de concentração", representado diferentes problemas substantivos. As três áreas decorrem dos interesses de pesquisa dos participantes do projeto e, no atual estágio de desenvolvimento, são formulações que ainda acreditamos provisórias.

(i) Examinar e comparar os fundamentos da discursividade jurídica e da política sobre o processo legislativo no Congresso Nacional. A hipótese inicial é de que essas diferentes discursividades se fundamentam em princípios diversos, com diferentes pretensões de validade, princípios que, muitas vezes, não se comunicam entre si, quer dizer, não se comunicam da perspectiva das suas discursividades públicas. Partimos aqui do princípio interpretativo da Escola Sociologica Francesa, segundo o qual o homem não pensa sozinho e todo pensamento é, pelo menos no seu *sentido*, uma construção social. Dessa forma, o que pretendemos examinar é como os campos sociais da política e do direito constróem socialmente maneiras diversas de perceber e lidar com o fenômeno da normatividade produzida pelo trabalho legislativo.

(ii) Em pesquisas anteriores, pudemos observar, no âmbito do executivo, que a norma é sempre reinterpretada em situações concretas e vai ganhando sentidos, usos diferentes. O problema não é novo para a sociologia e para a antropologia, mas não temos tempo de desenvolver o assunto (o fenômeno também é objeto de preocupação na perspectiva do direito, onde os estudos se arregimentam sob o gênero "hermenêutica jurídica"). O importante é ver como que uma abordagem baseada na linguagem pode contribuir com *insights* interessantes para se pensar os fenômenos jurídicos. Nesse sentido, é preciso considerar que a reinterpretação é uma característica empírica da própria linguagem: uma palavra, um conceito tem

usos diferentes conforme o contexto, servindo a propósitos diversos. Assim, o que apontam as pesquisas até agora realizadas é que uma norma vai sendo reinterpretada pelos agentes das instituições públicas, conforme ela vai mudando de contexto administrativo. De forma a, por um lado, justificar as ações dos agentes públicos e, por outro, relacioná-las com todo um conjunto de considerações de ordem pragmática.

(iii) A partir de *Law and Literature* de Richard Posner, é possível articular de maneira mais sistemática dois campos do saber: o direito e a literatura. A idéia central é que é possível examinar a literatura a partir do direito ou, como Posner coloca, "aprender sobre jurisprudência a partir de alguns trabalhos de literatura" – e aqui "jurisprudência" tem o sentido romano de "ciência do direito". Por outro lado, também é possível examinar os textos legais (tanto os documentos operativos, como a opinião judicial) da perspectiva da literatura. Segundo Posner ainda, nesse caso, o ponto com o qual a literatura poderia contribuir para a discursividade jurídica não seria o estudo do seu significado, mas o do seu estilo. Em resumo, a proposta epistemológica é ver, aqui, a produção legal como textos.

As perspectivas abertas a partir de uma abordagem baseada na linguagem não se esgotam as três áreas acima propostas. O que se propõe é um projeto de pesquisa de longa duração, no qual ainda estamos nos primeiros passos. É natural que o processo de amadurecimento do grupo nos leve, eventualmente, a reformulá-las.

“LITERATURA, HISTÓRIA E SOCIEDADE”: REFLEXÕES A PARTIR DE UM PERCURSO

Patrícia Peterle e Ana Luiza Montalvão Maia – Faculdade de Ciências da Educação – Letras

patriciapeterle@ig.com.br e lumotalvao@msn.com

O grupo de pesquisa “Literatura, História e Sociedade” nasceu do encontro de alunos e professores que sentiram a necessidade latente dentro do Curso de Letras de desenvolver atividades de pesquisa articuladas com ensino e a orientação de trabalhos de conclusão de curso.

O nome dado ao Grupo de Pesquisa já diz muito a seu respeito. Literatura, História e Sociedade são os elementos essenciais que norteiam e permeiam as investigações. A Literatura, aqui, não é vista só como uma manifestação humana, o seu estudo vai além disso; a Literatura é entendida como um produto de uma determinada época, de um determinado lugar e de uma determinada comunidade; enfim, ela poder ser concebida como uma espécie de testemunho. O texto literário, mesmo pertencendo à ficção, apresenta na sua tessitura questões relacionadas ao mundo real. Ficção e realidade no laboratório do escritor se misturam e dão corpo a diversas escritas.

O objetivo, portanto, comum gira em torno da investigação das teias produtoras de significado que articulam o discurso literário, histórico e social. Tal abordagem visa um diálogo e abre espaço para novas perspectivas e para melhor conhecimento destes diferentes, mas entrelaçados, discursos. Com isso, espera-se colaborar de forma relevante para discussões em torno dos estudos literários e culturais.

Atualmente, este grupo tem uma linha de pesquisa intitulada *A cidade de São Paulo na escrita polifônica de Mário de Andrade*. *A cidade de São Paulo na escrita polifônica de Mário de Andrade* busca, principalmente, ampliar e aprofundar a pesquisa sobre as diferentes formas de representação da cidade de São Paulo na obra do autor modernista Mário de Andrade e identificar os elementos que caracterizam o seu posicionamento, como intelectual comprometido e engajado na cena, política, social e cultural de São Paulo e do Brasil. Diretamente ligado à linha de pesquisa *Sociedade, Cultura, Justiça e Educação*, esta investigação tem como

meta o levantamento e a análise dos relatos urbanos andradianos e do papel do escritor como produtor de sentidos, que vive e lê a história da sociedade brasileira na primeira metade do século XX.

A cidade é a grande questão da Modernidade, é um espaço movente, é o espaço da transitoriedade permanente. As ruas, praças, cruzamentos, esquinas, jardins, lojas, dentre outros marcos efêmeros formam o conjunto polimórfico, polifônico e policrômico do espaço urbano que pode ser visto como uma imensa trama significante. Contudo, nem todos os habitantes de uma mesma metrópole conseguem identificar, reconhecer e ler os inúmeros signos que compõem essa grande organização. A questão que se coloca aos estudos sobre a cidade, diz respeito, principalmente à sua (in)visibilidade. Diz respeito à multiplicidade do espaço e do sujeito, à sua fragmentação, em um mundo que é ao mesmo tempo estranho e conhecido. É entre as sensações de acolhimento e estranheza que o habitante conduz a relação com o espaço que está à sua volta. Mário de Andrade, um dos protagonistas da Semana de Arte Moderna de 1922, intelectual ativo, ensaísta, ficcionista, poeta, crítico literário e pesquisador de arte, não poderia ficar distante dos acontecimentos e mudanças do início do século XX. Também, não poderia ficar indiferente aos processos de mutação pelos quais passava a cidade de São Paulo e o próprio Brasil.

A esta linha estão ligados três sub-projetos de pesquisa desenvolvidos pelos assistentes de pesquisa são elas: *A harmonia de forma, sons e cores dentro do espaço urbano andradiano*; *Mário de Andrade em busca de uma identidade cultural brasileira*; *Mário de Andrade, um intelectual brasileiro muito a frente de seu tempo*.

A produção dos pesquisadores e alunos envolvidos no grupo têm demonstrado uma atividade intelectual ativa perante a comunidade acadêmica. As repercussões do grupo vêm sendo no próprio Curso de Letras e também em reuniões científicas realizadas no território nacional e em publicações especializadas da área. No primeiro semestre de 2004, o grupo teve duas repercussões importantes dentro do Curso de Letras que envolveram todos os seus membros. A primeira realizou-se no âmbito do II Simpósio de Língua e Literatura *O que é ser moderno na época do multiculturalismo*, promovido pelo Curso de Letras, e teve como produção duas palestras das professoras Patrícia Peterle e Ana Luiza Montalvão Maia e dois mini-cursos, sendo que um contou com a participação dos alunos envolvidos na

linha de pesquisa. A segunda foi promovida durante a III Semana do Empreendedorismo, a partir da apresentação de painéis e explicações feitas pelos próprios auxiliares de pesquisa.

No segundo semestre deste ano as atividades de pesquisa já apresentaram resultados diretos na graduação, a disciplina oferecida Literatura Brasileira V – Modernismo – foi repensada a partir das investigações iniciadas. O grupo também participou de reuniões científicas com apresentação e publicação de artigos. O congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), a maior associação da Área de Literatura do Brasil, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o trabalho intitulados *Mário de Andrade: travessias de um intelectual*, como consta do Caderno de Resumos; o 10 º Simpósio Nacional de Letras e Lingüística, na Universidade Federal de Uberlândia, com um painel sobre as relações de Mário de Andrade e a sociedade à sua volta; o II Encontro de Estudantes Brasilienses de Letras (EBREL), realizado na Universidade de Brasília, com um mini-curso. Além da publicação do ensaio *O portador cultural brasileiro*, escrito pelo aluno Carlos Esteban Figueroa, publicado no *Jornal Finos Leitores* do Curso de Letras do UniCEUB.

Se tivéssemos de fazer um balanço do Grupo "Literatura, História e Sociedade", formado em fevereiro de 2004, poderíamos dizer que os resultados e produções obtidas até o momento foram bastante satisfatórias. Tais resultados são fruto da dedicação dos professores e alunos envolvidos, como também do apoio e incentivo dado pela Coordenadora do Curso de Letras Profª. Maria Helena Viana de Souza. É importante dizer e enfatizar que o fomento à pesquisa deve ser cada vez mais estimulado nas instituições de ensino superior, porque é no âmbito da pesquisa e do seu desenvolvimento que as instâncias da Graduação, da Extensão e da Pós-Graduação podem cada vez mais serem estimuladas e transformadas.

Palavras – chave: pesquisa, Literatura, repercussões

NÚCLEO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS: CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE DA PEDAGOGIA CONSTITUCIONAL.

Christine Oliveira Peter da Silva. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - Direito
christinepeter@uol.com.br

Introdução A institucionalização dos procedimentos adequados e necessários para a formação do cidadão constitucional impulsiona a investigação e a prática da pedagogia constitucional como metódica imprescindível no contexto de uma sociedade aberta de intérpretes constitucionais. O reconhecimento de um espaço formativo do cidadão constitucional apresenta-se como condição de possibilidade para a concretização dos direitos fundamentais, no contexto da proposta de uma sociedade aberta e pluralista de intérpretes da Constituição. **Marco Teórico** A análise da hermenêutica constitucional (sua filosofia, teorias e métodos) e da teoria dos direitos fundamentais, pelos rumos da doutrina do professor Peter Häberle, conduz a considerações sobre o Estado e Poder, a partir da trilogia da revolução francesa (liberdade, igualdade e fraternidade); investiga a teoria da Constituição como ciência da cultura, enfrenta a idéia pluralista de Constituição e, por fim, apresenta o método da comparação constitucional como caminho adequado para a concretização da Constituição. As obras do professor Peter Häberle, associadas às categorias doutrinárias identificadas como condições de possibilidade da implementação de seus próprios pressupostos, oferecem o suporte necessário para a condução das atividades do Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC, endossando o espírito pedagógico-científico de sua criação: formação de cidadania e identidade constitucional no paradigma de uma construção constitucional tipicamente brasileira. **Metodologia** A revisão da literatura concentrou-se nas obras do professor alemão Peter Häberle, associando-se à experimentação de duas práticas: elaboração de propostas de normas de organização e procedimento do NEC e organização administrativa de um evento científico (I Semana de Direito Constitucional), ambos com o objetivo de viabilizar o exercício da pedagogia constitucional na Faculdade de Direito do UniCeub, concentrando esforços docentes e discentes no seio do Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC. Além das atividades regulares que já acontecem há anos no NEC, foram realizadas reuniões específicas para organização e discussão das fórmulas procedimentais aptas a

viabilizar a sua própria existência, bem como organizar o seu evento anual mais importante: a 'Semana de Direito Constitucional', que será prática incorporada às atividades regulares do núcleo a partir de então. **Repercussões** A pedagogia constitucional experienciada no Núcleo de Estudos Constitucionais – NEC apresentou pelo menos quatro resultados bastante significativos no ano de 2004: o primeiro foi a participação de alunos e professores na organização e realização da I Semana de Direito Constitucional do UniCeub, evento realizado em junho de 2004, com a ampla participação de alunos e professores da Faculdade de Direito, numa experiência integrativa e interdisciplinar; o segundo foi a elaboração, apresentação e aprovação do regulamento do NEC, oficializando a sua vinculação institucional ao Núcleo de Monografia Jurídica da Faculdade de Direito do UniCeub, nos termos do art. 17, parágrafo único, do Regulamento da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do UniCeub; o terceiro foi a participação da professora coordenadora do NEC como palestrante do VII Congresso Brasiliense de Direito Constitucional e como membro-examinadora do I Concurso de Monografias Jurídicas, destinado a alunos de graduação em Direito, ambos organizados pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, em outubro de 2004; por fim, iniciou-se o processo de reconhecimento de uma identidade teórico-constitucional subjetiva entre alunos e professores do NEC materializada pela aceitação de logomarca para o NEC e confecção de *botons* para alunos e professores, que estão sendo usados por alunos e professores. **Conclusão** A formação do cidadão consciente de sua função de intérprete da Constituição implica a pedagogia constitucional, que se apresenta como um ideário difuso de práticas pedagógicas e de pesquisas direcionadas para a concretização, principalmente, dos direitos fundamentais consagrados na Constituição. O espaço institucional proporcionado por Núcleos de Estudos Constitucionais, como é o caso do Núcleo de Estudos Constitucionais da Faculdade de Direito do Uniceub – NEC, é imprescindível para implementar as práticas pedagógicas necessárias à viabilização do projeto de formação, aperfeiçoamento e exercícios deliberativos dos cidadãos constitucionais e, assim, construir as condições reais de uma sociedade aberta de intérpretes da Constituição.

Palavras-Chaves: pedagogia constitucional; concretização constitucional; núcleo de estudos constitucionais, sociedade aberta de intérpretes da Constituição.

OS PROCESSOS CULTURAIS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Renata de Melo Rosa – Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais – Relações Internacionais

O Grupo de Estudo e Pesquisa sobre os processos culturais das Relações Internacionais tem por objetivo incentivar a reflexão e o amadurecimento de questões teóricas relativas ao uso do conceito de cultura para o campo de reflexão das Relações Internacionais, através de estudos e pesquisas voltados para esta temática. Para os propósitos do nosso curso, elas visam o alargamento da reflexão do corpo discente e docente acerca da necessidade de rever determinismos econômicos e geográficos e atentar para a importância da cultura como instância primeira da organização das sociedades, do modo de produção e do consumo e das motivações bélicas ou pacifistas das nações.

Este grupo de estudos e pesquisas trata dos processos de inter-nacionalização, trans-nacionalização e globalização das culturas.

Linhas de Pesquisa:

1) Os modos de xenofobia de sociedades contemporâneas – Esta linha de pesquisa pretende investigar a maneira pela qual as sociedades contemporâneas constroem respostas diferenciadas às alteridades projetadas tanto para além dos limites da nação como também no interior desta. A realidade brasileira será o foco privilegiado de análise, mas outras variantes nacionais não serão descartadas, especialmente as referentes à América Latina e Caribe;

2) Migração, Globalização e Inter-nacionalização – Esta linha de pesquisa pretende investigar a dimensão do sujeitos face os processos de migração e transnacionalização, enfocando suas respostas aos processos de mudança cultural e inter-nacionalização.

O Grupo teve início em julho de 2003, já foram defendidas 06 monografias relacionadas ao tema « Cultura e Relações Internacionais » de estudantes que faziam parte do grupo de discussão e atualmente possui apoio a dois projetos de pesquisa, a saber :

1) Ações Afirmativas no Instituto Rio Branco (PIBIC/Cnpq) Rosângela Lopes da Silva – 8o. período do curso de Relações Internacionais: Este projeto de pesquisa pretende investigar os impactos da adoção da política afirmativa do Instituto Rio Branco na concessão de bolsas de estudo para fortalecer e incentivar os candidatos negros a ingressarem na carreira diplomática. O objetivo é compreender o alcance deste tipo de política. Para tanto, a pesquisa terá como objetivo analisar os seguintes aspectos:

1) refletir sobre a relação entre o índice de bolsistas aprovados no concurso da carreira diplomática;

2) coletar, por meio de entrevistas sobre a trajetória de vida destes bolsistas que conseguem ingressar no Itamaraty, a maneira pela qual foram recebidos no Ministério das Relações Exteriores e levantar questões sobre o modo como eles lidam com a visibilidade/invisibilidade da identidade de bolsista, a forma com que a comunidade de diplomatas os recebe, como eles lidam com a negritude dentro do Itamaraty e como a estrutura do Itamaraty também lida com a negritude destes diplomatas. Pretende-se checar os supostos que informam a representação diplomática brasileira: se obedecem critérios raciais ou não e de que maneira estes diplomatas percebem esta estrutura.

2) “Estudantes africanos em Brasília – identidade cultural e multiculturalismo” (PIC/UniCEUB)– Ilana de Castro – 5o. período do curso de Relaçãoes Internacionais do UNICEUB:

Este projeto de pesquisa pretende investigar os estudantes dos países africanos que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – e que vêm ao Brasil estudar na Universidade de Brasília através do Programa de Estudantes–Convênio de Graduação (PEC-G). O estudo estará direcionado em três vertentes: a) a que leva em consideração o aspecto nacional, o qual se preocupa em analisar como estes estudantes africanos elaboram suas identidades nacionais no Brasil; que aspectos eles ressaltam de sua própria cultura que são ativados no contexto brasileiro; será que existe uma redefinição das categorias nativas de cor?; b) aspecto Inter-Nacional, que busca saber como é relação inter-identitária dos estudantes africanos com o Brasil e também com os outros países africanos de língua portuguesa; c) o aspecto Xenófobo, que pretende verificar em que medida

eles se sentem excluídos do “nós” nacional brasileiro, quais contextos a xenofobia brasileira é ativada e quais são as categorias que o excluem do todo nacional?.

PROPAGANDA A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO NA GRADUAÇÃO

Renata Innecco Bittencourt De Carvalho
Fasa – Comunicação Social
Propaganda E Marketing
renata.carvalho@uniceub.br

O grupo *Propagando a pesquisa em comunicação na graduação* é composto pela professora líder do grupo e por alunos do curso de Comunicação Social. Tem como objetivo o desenvolvimento de diversos projetos de pesquisa com alunos regulares da disciplina Teorias da Comunicação com incentivo à disseminação da cultura de pesquisa no curso de Comunicação Social do UniCEUB pela escolha de temas de interesse dos alunos. A identificação de temas motivadores para pesquisa pelos alunos do terceiro semestre do respectivo curso é uma proposta baseada na pedagogia freireana de identificação de temas geradores. Outro resultado esperado desta proposta, além da familiarização dos alunos com o desenvolvimento de pesquisas, é identificar e incentivar alunos para participarem do Programa de Iniciação Científica. O enfoque no segundo semestre de 2004 foi identificar: primeiro, os temas de interesse dos alunos; segundo, as teorias da comunicação mais adequadas a cada projeto; e terceiro, os métodos de análise dos dados a serem coletados.

Palavras-chave: comunicação social, teorias da comunicação, iniciação científica.

RESÍDUOS DE DITIOCARBAMATOS EM MAMÃO

Maria Hosana Conceição[a], Franciele Maldaner[b], Faculdade de Ciências da Saúde, FACS.

[a] Curso de Biologia; [b] Curso de Biomedicina

maria051219@ceub.br

Os pesticidas são substâncias químicas, naturais ou sintéticas, utilizadas com a finalidade de prevenir a ação, controlar ou eliminar pragas que podem ser constituídas por insetos, fungos, ervas daninhas entre outras formas de vida animal ou vegetal indesejáveis ou prejudiciais à agricultura e à pecuária. A classificação dos pesticidas obedece a dois critérios principais, como por exemplo, a classe química e o organismo alvo e em relação à estrutura química, eles podem pertencer à classe dos organoclorados, organofosforados, carbamatos, piretróides, organonitrogenados, triazinas e outras. De acordo com a sua função, os pesticidas podem ser denominados inseticidas, fungicidas, herbicidas, acaricidas e outras.

Apesar dos benefícios no controle e combate às pragas que resultam no aumento da produção de alimentos, é importante considerar os riscos à saúde humana e o impacto ao meio ambiente decorrentes da utilização contínua dos pesticidas.

Os ditiocarbamatos (DC) são fungicidas largamente usados na agricultura para proteger os alimentos das doenças causadas pelos fungos. No Brasil, são seis os fungicidas DC registrados em diversas culturas e os Limites Máximos de Resíduos (LMR) variam de 0,2 mg/kg de CS_2 de metam sódio para a cultura do morango até 3,0 mg/kg de CS_2 de mancozebe para a cultura do mamão.

A toxicidade dos etilenobisditiocarbamatos está associada ao seu produto de degradação etilenotiouréia, conhecido pelos efeitos carcinogênico e teratogênico em ratos. Estudos, em laboratórios, com ratos que ingeriram estes compostos, mostraram desenvolvimento neuropatológico e modificações no sistema nervoso central.

A escolha do mamão foi devido à grande utilização desses fungicidas tanto no período chuvoso quanto na seca, ao consumo significativo pela população brasileira e por ser uma fruta para exportação.

Neste trabalho, foram analisadas nove amostras de mamão, em triplicata, coletadas nos supermercados e sacolões do Distrito Federal nos meses de maio e junho de 2004. As amostras, no laboratório, foram picadas, homogeneizadas, pesadas e guardadas no freezer até o momento da análise. O método utilizado foi o espectrofotométrico. Os níveis de resíduos de DC detectados foram na faixa de 0,12 a 2,0 mg/kg de CS_2, todos abaixo dos LMR. Esses resultados indicam que as boas práticas agrícolas estão sendo adotadas e, para avaliar a exposição humana aos DC, na alimentação com o mamão, teremos que calcular a Ingestão Diária Máxima (IDM), utilizando os dados de consumo de mamão pelos brasileiros e fornecidos pelo IBGE e compará-la com a Ingestão Diária Aceitável (IDA).

A perspectiva do grupo é analisar uma maior quantidade de amostras de mamão e fazer o cálculo do risco à saúde humana quanto ao consumo de mamão.

Palavras-Chave:Fungicidas ditiocarbamatos; Método espectrofotométrico.

SOCIEDADE POLÍTICA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dirce Mendes da Fonseca

Este grupo de pesquisa foi constituído e cadastrado no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPq. É formado por dois professores com a titulação de doutorado e um com a titulação de mestrado

O objetivo do grupo é o de desenvolver pesquisas e estudos no campo da educação superior articulando o às categorias estado política e sociedade.

A pesquisa que está sendo desenvolvida tem como tema Universidade para Todos: proposta e contradições.

De acordo com a Exposição Interministerial nº 0612004/MEC/MF o Programa Universidade para Todos (Prouni) tem por objetivo a " concessão de bolsas de estudos integrais e bolsas de estudos parciais de cinqüenta por cento (meia bolsa) para cursos de graduação e seqüências de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos", destinando-se tais bolsas aqueles estudantes provenientes do ensino médio, cursando em escolas da rede pública ou em instituições privadas, na condição de bolsistas integral a estudantes portadores de necessidades especiais. Beneficia também, professores da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura e pedagogia.

A questão problema, foco do estudo, estar em análise da concepção do programa. Quais os elementos de democratização do acesso ao ensino superior e quais as contradições que perpassam a proposta da Universidade para Todos. Como este programa terá o alcance democratizante do ensino superior? Quais os segmentos e instituições que serão contemplados e quais os procedimentos e mecanismos que garantem a democratização e ao acesso ao ensino superior.

A pesquisa será desenvolvida tendo como referencias teóricos as concepções de educação superior, e as categorias de democratização e inclusão social no contexto do estado e das políticas publicas para a educação superior. Terá como foco analítico as categorias-contradição e correlação de forças dos seguimentos sociais e organizações que representam a sociedade civil.A metodologia será centrada nos aspectos analíticos interpretativos da Medida Provisória nº 213, emendas, e no campo empírico, o acompanhamento da pratica de implantação para "Universidade para Todos".

ULTRA-ESTRUTURA DE CÉLULAS GERMINATIVAS

Adrienne de Paiva Fernandes - Faculdade de Ciências da Saúde – Ciências Biológicas / Enfermagem / Psicologia
ap_fernandes@yahoo.com.br

O Grupo de Pesquisa denominado Ultra-estrutura de Células Germinativas foi formado no UniCEUB em 2000. Desde então, vem desenvolvendo trabalhos relacionados à ultra-estrutura de células germinativas de diferentes ordens de insetos, com o intuito de descrever eventos de diferenciação celular presentes ao longo do desenvolvimento e amadurecimento dessas células, assim como contribuir com a elucidação de caracteres morfológicos não tradicionais importantes para análises sistemáticas e filogenéticas. Atualmente, o grupo conta com uma aluna de Iniciação Científica, com bolsa do CNPq trabalhando com ultra-estrutura de espermatozóides de abelhas, pertencentes à ordem Hymenoptera. Os Hymenoptera, com pouco mais de 115.000 espécies descritas constituem uma das quatro maiores ordens de insetos. Além de ser uma das ordens mais ricas em espécies, é também uma das que apresentam maior diversidade biológica. Os Hymenoptera podem ser encontrados em grande número em quase todos os ecossistemas terrestres e, mais importante, se interagem com outras espécies do ecossistema mais do que qualquer outro grupo de insetos. Seus membros podem ser fitófagos, entomófagos ou uma combinação de ambos. Os entomófagos podem, ainda, ser predadores ou parasíticos, com uma variedade de hábitos intermediários tão grande que, às vezes, dificulta a sua classificação. Também foi nesta ordem que o comportamento social alcançou seu auge. Nos insetos, com exceção dos Isoptera, a eusociabilidade está presente apenas nos Hymenoptera. Contudo, somente nesta ordem existem grupos (abelhas e vespas) que exibem todas as gradações de organização social, de solitária a eusocial avançada. Os Hymenoptera contêm mais espécies benéficas do que qualquer outra ordem de insetos. Como a maioria é parasitóide de outros insetos, muitas espécies desempenham papel importante no equilíbrio natural das populações de seus hospedeiros. Por esta razão, os Hymenoptera são de longe os insetos mais usados em programas de controle biológico, tanto de pragas agrícolas como florestais. Entre os membros fitófagos da ordem, as abelhas constituem o grupo mais importante de polinizadores, sendo absolutamente essenciais à

manutenção da diversidade das angiospermas. Qualquer redução na diversidade deste grupo de insetos causará seguramente um impacto ambiental pelo desaparecimento de várias espécies vegetais. Entretanto, impacto mais direto será sobre a alimentação humana, pois aproximadamente 30% desta vem de espécies vegetais polinizadas por abelhas. Apesar da inquestionável importância econômica e ecológica dos Hymenoptera, ainda existem muitas dúvidas ou controvérsias sobre as relações evolutivas desta ordem de inseto. Acreditamos que provavelmente a maioria das controvérsias ou dúvidas a respeito da filogenia dos Hymenoptera, como um todo ou de grupos específicos, somente será resolvida com análises conjuntas usando dados moleculares e morfológicos, incluindo nestes, novos sistemas de caracteres, especialmente aqueles obtidos a partir de características menos susceptíveis às condições ambientais. Como os aspectos morfológicos do espermatozóide são definitivamente característicos da espécies que o produz, constituindo, portanto, um caracter único de identidade para a espécie, e como, obviamente, a sua evolução acompanha a evolução da espécies, a ultra-estrutura dessa célula vem sendo largamente usada em estudos taxonômicos e filogenéticos de vários grupos de animais, incluindo os insetos Associado a outros, esse sistema poderá ser usado em estudos filogenéticos para resolver vários pontos controvertidos das relações evolutivas dos Hymenoptera. Os espermatozóides são células altamente especializadas, verdadeiros modelos de diferenciação celular. São células destituídas de muitas organelas associadas com o metabolismo celular, e os elementos essenciais que são conservados passam por uma evolução morfológica que não tem paralelo em outros tipos celulares. Muitas de suas características estruturais estão relacionadas com o seu papel terminal na fertilização, cuja função primordial relaciona-se com o carreamento do material genético e sua transferência para o interior do ovócito durante o processo de fecundação. O interesse básico deste grupo de pesquisa é obter novos conhecimentos a respeito da espermiogênese e do espermatozóide de *Hypanthidium rubriventris* (Megachilidae) envolvendo aspectos estruturais e ultra-estruturais que possam servir de base para posteriores trabalhos relacionados com estudos filogenéticos e evolutivos. A família Megachilidae é bastante numerosa. São abelhas de vida solitária, constroem seus ninhos com pedaços de folhas e restos vegetais ou utilizam orifícios em troncos.

Abelhas desta família são encontradas com alta freqüência, principalmente em áreas abertas.

Palavras – Chave: Espermatozóides; Filogenia; Ultra-estrutura

COMUNICAÇÃO DE PESQUISA DE PROFESSORES

A CIDADE GARIMPEIRA

Deusdedith Alves Rocha Junior – Faculdade de Ciências da Educação
historiaz@hotmail.com

O tema desta pesquisa surgiu por meio das aulas de campo que promovemos para os alunos de geografia e história (juntamente com o professor Francisco Barradas), onde a identificação do cerrado na Chapada dos Veadeiros e o processo de ocupação humana desta região despontavam como os principais conteúdos.

Paulatinamente percebemos que a comunidade de São Jorge, onde nos hospedamos quando de nossas aulas de campo, produz por meio de seus moradores uma memória que traduz as relações entre um modelo tradicional de vida e um outro de modernidade, implícito na proposta de ecoturismo implantada pelo Estado, na figura do IBAMA.

Lançamo-nos então em um projeto de doutorado cujos objetivos consubstanciam-se na percepção de uma cidade surgida do garimpo de cristal e da manutenção de uma identidade garimpeira, num lugar onde, desde os anos 70, não ocorre mais aquela atividade por ali.

A perspectiva histórica que nos orienta nesta empreitada encontra-se fundamentada na história cultural que nos permite uma abordagem da história que valoriza o cotidiano e o percebe dinâmico e vivo; que amplia o sentido de cultura para além do erudito e vai perceber a cultura compondo-se pelas interseções com as representações, as identidades e as produções de sentidos da vida humana; que permite, enfim, tratar das relações sociais como acordos e conflitos formadores da história.

Quanto à concepção de “cidade garimpeira”, consideramos que o cotidiano revelará as marcas identitárias de uma comunidade cuja ordem vem permeada de significados que remetem a um traço cultural específico, o mundo do garimpo. Decidimos assim que a memória dos moradores da comunidade, retomada por meio de depoimentos orais, transformar-se-ia em instrumentos privilegiados para o encontro de tais características.

O contraponto entre tradição e modernidade revelaria tanto a permanência das marcas identitárias do garimpo, seu modo de vida e suas articulações com

outros modos de vida, quanto o entrecruzamento dessa identidade com um projeto modernizante: a proposta de ecoturismo nascida da insistência do Estado, tendo de um lado o discurso da necessidade de preservação do ambiente do cerrado naquela região, e de outro lado, o da consideração de que a atividade garimpeira é incondicionalmente depredatória, devendo-se encerrar definitivamente.

Mas o fim do garimpo está mais relacionado com fatores econômicos e tecnológicos (a produção do cristal artificial e a diminuição de sua procura no mercado), o que pode nos levar a outras possibilidades de significação do contraponto entre os projetos modernizantes e tradicionais.

No doutorado, procuramos nas disciplinas da área de concentração em História Cultural abordar os objetivos a que nos propomos, o que resultou em textos (alguns publicados) que produzem uma primeira reflexão. São eles:

- "A cidade é um texto: apontamentos para ler a cidade". Disciplina: Identidades e Representações: encenação cotidiana e construção de sentidos na cenografia urbana Professoras: Dra. Maria T. Ferraz Negrão de Mello e Dra. Márcia de Melo Martins Kuyumijiam.
- "O território do cotidiano". Disciplina: Processos Identitários e Configurações Cotidianas, da Professora Eleonora Zicari Costa de Brito.
- "Percursos e sinais de uma "cidadezinha qualquer": um estudo de história cultural". Disciplina: Teoria e metodologia em História Cultural. Professoras: Dra. Maria T. Ferraz Negrão de Mello e Dra. Márcia de Melo Martins Kuyumijiam 1/2003

No momento, encontramo-nos na fase de coleta de depoimentos orais (12 até o presente), através dos quais pretendemos estabelecer a perspectiva das marcas identitárias e suas concepções tradicionais.

Nesta pesquisa pretendemos apontar para a complexidade das relações entre os projetos modernizantes e a permanência de modelos tradicionais, cujas representações concorrem em desigualdade com os discursos globalizantes.

A ENTREGA DE NACIONAIS AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Salomão Almeida Barbosa – Mestrado em Direito das Relações Internacionais do UniCEUB
salomao@stf.gov.br

É inegável a existência de um novo estágio de responsabilização internacional penal de indivíduos em decorrência da aprovação, em 1998, na cidade de Roma, do Estatuto do Tribunal Penal Internacional. Aliás, antes disso, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas criou tribunais internacionais *ad hoc* para o julgamento de crimes de guerra e de genocídio cometidos na antiga Iugoslávia (1993) e em Ruanda (1994). Além disso, no biênio 2001-2002, dois casos repercutiram sobremaneira no cenário do Direito Internacional, vale dizer, os Casos Pinochet e Milosevic.

Todavia, é necessário que se faça alusão ao contexto no qual foi criado o Tribunal Penal Internacional. O Professor JORGE MIRANDA afirma que o Direito Internacional moderno possui as seguintes tendências: universalização, regionalização, institucionalização, funcionalização, objetivação, codificação, jurisdicionalização e, sobretudo, humanização, o que mais nos interessa. É que o Direito Internacional torna-se, também, o Direito Internacional dos Direitos do Homem, no sentido de que a pessoa humana pode e deve ser defendida não só em relação aos estrangeiros (proteção diplomática), mas também em relação ao próprio Estado, do qual é nacional, é cidadão. Nesse contexto, consagra-se o direito de queixa, ou de recurso, ou de comunicação dos cidadãos contra o seu Estado perante as instâncias internacionais, o que se concretiza com o surgimento da Justiça Penal Internacional, da qual são originários os Tribunais de Nuremberg e Tóquio. Por sua vez, o Embaixador GILBERTO VERGNE SABÓIA assevera que se gerou a expectativa de criação de um Tribunal Penal Internacional "*capaz de promover a punição dos crimes internacionais na ausência ou incapacidade dos sistemas judiciários nacionais, freqüentemente incapacitados ou intimidados pela destruição e pelo terror sistemático e maciço desencadeado pelos perpetradores de tais crimes*".

Conforme noticia ANDRÉ DE CARVALHO RAMOS, o Brasil, apesar de ter votado favoravelmente ao projeto daquele Estatuto, manifestou, mediante declaração de voto, preocupação com o fato de a Constituição brasileira proibir a extradição de nacionais, bem como a imposição de pena de caráter perpétuo (art. 5º, LI e XLVII). Constata-se, pois, a preocupação da diplomacia brasileira com possíveis incompatibilidades entre deveres atribuídos ao Brasil (atos de cooperação) pelo Estatuto de Roma e a Constituição brasileira. Frise-se que o Congresso Nacional aprovou o texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, por meio do Decreto Legislativo nº 112, de 06 de junho de 2002 e o Presidente da República promulgou o texto do citado Estatuto mediante a edição do Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.

Compreender as formas que possibilitam a harmonização legislativa, doutrinária, jurídica e jurisprudencial no que concerne aos atos de cooperação atribuídos ao Brasil por força do Estatuto de Roma consubstanciam os objetivos gerais do trabalho e, ao mesmo tempo, repercutem no contexto da extensão universitária, dado que, fatalmente, o Brasil e seu Poder Judiciário se depararão com o novo e inédito tema, certo que o meio acadêmico poderá fornecer valiosos subsídios. Para tanto, serão levantados fundamentos doutrinários, legislativos e jurisprudenciais a respeito dos institutos da extradição e da entrega de nacionais; elaborados possíveis fundamentos de distinção entre os institutos da extradição e da entrega de nacional (*surrender*) ao Tribunal Penal Internacional, bem como serão identificados o regime jurisdicional, formas de cooperação, competência, estrutura e funcionamento do Tribunal Penal Internacional e as modalidades de execução de penas.

> Ademais, o instituto da extradição passiva tem por fundamentos precípuos a Constituição Federal (art. 5º, LI e LII), o Estatuto dos Estrangeiros (Lei 6.815/80, arts. 76 a 94) e o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (arts. 207 a 214). Acentua CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO que o Tribunal Penal Internacional terá caráter complementar às jurisdições nacionais (art. 1º do Estatuto de Roma), sua jurisdição será em razão da matéria (arts. 5º a 8º do Estatuto), bem como os Estados-partes cooperarão plenamente com o Tribunal na investigação e persecução de crimes sob a jurisdição daquela Corte (arts. 86 a

102, idem), sendo ainda certo que o Estatuto não prevê recusa de cooperação. Ressalta-se, neste contexto, o clássico conflito entre o direito interno e os tratados e a posição da Corte Suprema brasileira, principalmente em face do contido no art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, que trata dos direitos e garantias inscritos nos tratados internacionais firmados pelo Brasil.

Contudo, no caso do Brasil, a questão se torna bastante complexa. É que a Constituição brasileira, conforme visto, não admite a extradição passiva de brasileiro, com exceção das expressas ressalvas (Constituição Federal, art. 5º, LI e Lei 6.815/80, art. 77, I). Por outro lado, o Estatuto, no seu art. 102, conceitua os termos "entrega" e "extradição", distinguindo-os. Indaga-se, portanto, se referida distinção é compatível com o disposto no art. 5º, LI, da Constituição Federal. Daí a relevância, atualidade e instigação para reflexão e debate do tema proposto. Aliás, salienta o Ministro Carlos Velloso que "*o Supremo Tribunal Federal, no tema versado, muito teve que construir e muito tem, ainda, que construir. Aliás, no fazer construção jurisprudencial está a tarefa maior da Corte Suprema. A grandeza daquela está na razão direta das dificuldades que deve a Corte enfrentar e vencer, certo que essa construção implica construir o direito. De regra, no cumprimento dessa missão, labora o Tribunal em terreno nunca antes trilhado"*.

PALAVRAS-CHAVES: direito penal internacional, tribunal penal internacional, entrega de nacionais.

CONTRATOS INTERNACIONAIS DE COMPRA E VENDA: DA LEX MERCATÓRIA À CIBERNÉTICA

Gleisse Ribeiro - Mestrado em Direito das Relações Internacionais do UniCEUB
gleisse@yahoo.com

O contrato se confunde com a vida em sociedade, principalmente quando houve a superação da vida primitiva para o convívio em agrupamentos civilizatórios. Com o desenvolver da convivência em sociedade, mais costumeiros se tornaram os negócios de circulação de riquezas e mais constante se mostrou a utilização do contrato em todos os níveis da sociedade. Várias são as espécies contratuais e o contrato de compra e venda, pela constante prática e utilização no comércio em geral, tem sido um dos contratos mais relevantes. Na atualidade, principalmente com a interferência de novas tecnologias, é possível realizar contratos por meios que pareciam impossíveis. Observa-se que nas duas últimas décadas, principalmente com o lançamento do primeiro computador pessoal, as novas tecnologias têm modificado diversas áreas. O comércio, por exemplo, vem passando por várias e rápidas transformações com a Internet, principalmente em 1994 quando se tem a fase comercial da rede. Manter contato com o mundo, comprar produtos, serviços em outros países tornaram-se hábitos e assim, o comércio internacional é cada vez mais realizado através da Internet e os negócios realizados estão sendo celebrados por meio de um contrato. Da mesma forma que a sociedade evolui tecnologicamente, também as regras jurídicas devem seguir na mesma direção. Pontes de Miranda salienta que “o Direito é um processo de adaptação social, que consiste em se estabelecerem regras de conduta, cuja incidência é independente da adesão daqueles a que a incidência da regra jurídica possa interessar”. Miguel Reale corrobora da mesma idéia ao comentar que “as normas positivadas não são esquemas inertes, mas realidades que se inserem no ordenamento jurídico, modificando significações, recebendo novos impactos de novos fatos e valores”. O novo contexto social exige, portanto, que o direito se adapte ao ambiente ciberespacial e principalmente que as regras de comércio internacionais sejam condizentes com o desenvolvimento das tecnologias. As transações eletrônicas têm requerido cada vez mais a atenção da comunidade internacional, tendo em vista que a regulamentação do comércio eletrônico requer iniciativas nacionais e

internacionais já que o meio por onde se realiza esse comércio pode transpor fronteiras geográficas. O comércio eletrônico tem exigido, de forma rápida, medidas que regulamentem os seus procedimentos específicos como, por exemplo, o momento de conclusão de um negócio realizado por meio da Internet; a autenticidade e integridade dos documentos eletrônicos; a identificação e capacidade das partes para conclusão do negócio e principalmente medidas que estabeleçam meios coercitivos eficazes que possam responsabilizar aqueles que venham a descumprir o acordo. Pretende-se iniciar o estudo com um histórico acerca dos Contratos Internacionais de Compra e Venda e será abordado o impacto que o crescimento tecnológico tem causado nos mesmos, principalmente com o advento da Internet que tem permitido uma nova forma de negócio com o comércio eletrônico. Em um segundo momento, inserido nesse novo contexto de um mundo cibernético a problemática a ser analisada será então, a de uma nova etapa dos Contratos: os contratos eletrônicos e o regime jurídico de formação desses contratos. Serão abordados no presente trabalho temas como: quem pode contratar; como se dá a formação desses contratos; em que momento e sob que condições é formado um Contrato Internacional de Compra e Venda via Internet; qual a regulamentação aplicável aos Contratos Eletrônicos; se há autenticidade, integridade nos Contratos Eletrônicos; se existe segurança nos Contratos Eletrônicos; a assinatura digital e a formação dos Contratos Eletrônicos Internacionais; no caso de litígio se os contratantes forem de nacionalidade distintas qual a lei aplicável para solucionar o conflito? A partir desses questionamentos verificar-se-á se o documento eletrônico possui ou não requisitos necessários para sua legalidade a ponto dos contratos tradicionais serem substituídos pelos contratos eletrônicos. Após a análise das peculiaridades dos contratos eletrônicos será investigado as iniciativas nacionais e internacionais de regulamentação desses contratos. Num terceiro momento, se verificará qual a efetividade das regulamentações já existentes e o estudo, após análise de jurisprudência, poderá proporcionar um cenário atual sobre as regulamentações e ações realizadas por parte dos Estados e dos Organismos Internacionais, relacionados ao Comércio Eletrônico no contexto da globalização.

Palavras-chave: contratos internacionais de compra e venda; comércio eletrônico; contratos eletrônicos.

CONTROLE OPERANTE DA VARIABILIDADE COMPORTAMENTAL EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES: EFEITO DE MODELAGEM E INSTRUÇÃO

João Vicente de Sousa Marçal – Faculdade de Ciências da Saúde – Psicologia
jvmarcal@ibac.com.br

A presente projeto investiga o controle direto de contingências operantes sobre a variabilidade de respostas seqüênciais emitidas por crianças em idade pré-escolar. Estudos sobre a forma de se obter variabilidade comportamental demonstram que a mesma pode ser obtida como um produto direto ou indireto das contingências de reforço. Como produto indireto, a mesma é obtida em fases de extinção e esquemas intermitentes de reforçamento. Como produto direto, a variação no responder é obtida através do reforço contingente. Existem poucos estudos com humanos e principalmente com crianças. Autores apontam a importância da variabilidade produzida. Esta favorece a aquisição de comportamentos alvo; reforçamentos adicionais para variação ajudam a manter um alto nível de responder como um todo; a variabilidade pode manter-se indefinidamente. O experimento proposto consiste de um "jogo" em que cada sujeito deverá fazer caminhos (seqüências) diferentes em uma matriz de luzes triangular composta por oito *steps*. A matriz, exposta na tela de um computador, permite a ocorrência de 256 seqüências diferentes de resposta. Uma seqüência de resposta é definida por oito pressões às teclas laterais do mouse e, para ser reforçada, deverá diferir das seqüências previamente emitidas na sessão. Cada seqüência diferente faz aparecer na tela uma "carinha sorrindo" e acumula um ponto nos contadores que ficam acima na tela. Ao fim de cada sessão as crianças recebem fichas (com a mesma carinha sorridente) que podem ser trocadas por reforçadores diversos. Doze crianças serão divididas em três grupos experimentais, com quatro crianças em cada grupo. No grupo 1 (modelagem), as crianças começarão no primeiro *step*, quando duas respostas são apresentadas, e gradativamente passarão ao *step* seguinte até chegar no oitavo e último *step*, em que oito respostas são necessárias. O grupo 2 iniciará o experimento diretamente no oitavo step, sem modelagem. O grupo 3 (instruções) também iniciará o experimento sem modelagem, no entanto, os participantes receberão instruções de como deverão fazer para receber pontos. Serão realizadas seis sessões de dez minutos para cada grupo. Sendo a

variabilidade comportamental necessária em diversos contextos e no desenvolvimento humano como um todo, entender os processos comportamentais básicos aos quais a variação está relacionada, permite aplicações e planejamentos mais eficazes para a aquisição e manutenção da mesma. Este estudo, busca analisar formas diferentes de produção da variabilidade em humanos, especificamente em crianças, e conseqüentemente avaliar o efeito de regras no estabelecimento de um responder variado.

Palavras chave: variabilidade operante, variação e seleção, modelagem.

DIREITO ESPACIAL INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE

UMA CONTRIBUIÇÃO TEORICA AO PROBLEMA DO LIXO ESPACIAL

Altair stemler da Veiga – Mestrado em Direito das Relações Internacionais do UniCEUB

stemler@terra.com.br

O Direito Internacional Espacial, como ramo do Direito Internacional Público surgiu a partir do lançamento do primeiro objeto ao espaço, particularmente o *sputinik* russo, na década de 50, o que levou os estudiosos do direito a sentirem necessidade de ordenar este novo campo que surgia. A corrida para o espaço e a sua conquista levaram os países a buscar novas tecnologias, não só como forma de demonstrar o seu poderio, como, ainda, de conquistar novas fronteiras.

O interesse pelas pesquisas e, também, pela comercialização na área espacial, trouxe um grande desenvolvimento em torno do Direito Internacional Aeroespacial, pelos Tratados que passaram a definir e delimitar tais atividades, envolvendo os países interessados e, ainda, as empresas e organizações internacionais voltadas para a exploração do espaço exterior, o que, notadamente, vem trazendo grandes preocupações na esfera do Direito Internacional Ambiental, pois, embora a tecnologia tenha conseguido grandes avanços, não se tem, presentemente, um instrumento legal para resolver o elemento complicador do lixo espacial.

As discussões jurídicas em torno das noções de lixo espacial e responsabilidade civil e penal por dano ambiental não acompanham a velocidade da comercialização espacial, principalmente no campo das comunicações, e das recorrentes previsões (e ocorrências) de quedas de dejetos, limitando-se, somente, às tentativas de amenizar a situação, ou seja, lança-se objetos ao espaço e quando se tornam inservíveis, não se sabe como destruí-los ou resgata-los, sem agredir o meio ambiente da Terra..

As soluções, pode-se dizer, paliativas, para os possíveis danos ambientais e as suas respectivas reparações estão dispostas na legislação internacional específica, com realce para a Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais, o que enseja, por sua vez, inúmeras discussões e colocações sobre o assunto, uma vez que inexiste uma norma específica para tratar do tema com maior realce.

Com a chamada comercialização espacial e o aumento de pesquisas que são feitas no espaço exterior, houve um grande avanço na indústria voltada para este seguimento, o que vem aumentar, consideravelmente, a quantidade de artefatos que se põe em órbita, sem contudo, ter uma solução para o que já está obsoleto; isso, sem contar, que as discussões aumentam quando há uma queda de um objeto de grande porte, ou ainda, uma previsão de queda, quando todas as atenções se voltam para tentar atenuá-la e minorar os possíveis danos que possam causar.

É uma situação paradoxal, pois embora a exploração espacial venha buscando novas formas de conhecimento do espaço, em todas as áreas de relevo, como por exemplo saúde, comunicação, mecânica, busca de vida em outros planetas, não encontraram uma forma de resolver o problema do lixo espacial, condição esta que se consubstancia em motivo de inquietação, até porque o campo de lançamentos de satélites tende a aumentar, já que o homem está sempre em busca de novas tecnologias, trazendo, logicamente, um maior destaque, para a área de comunicações.

Muito se discute sobre o tema nas organizações internacionais governamentais, demonstrando-se que o assunto é sério, que põe em risco o futuro do planeta, o que tem ensejado apoio aos fabricantes, aos usuários e aos exploradores de naves espaciais , bem como informações sobre os riscos que podem trazer tais dejetos, realçando as medidas de proteção dos seus impactos, além das possíveis conseqüências que poderão acarretar ao meio ambiente, pois o homem deve procurar aprimorar o seu conhecimento, melhorar a vida dos habitantes do planeta Terra, sem contudo, agredir a natureza que o rodeia.

A questão crucial neste caso, é a busca de meios para resolver o que ora se apresenta, considerando-se, principalmente, o caráter coletivo e difuso do bem a ser protegido. Faz-se premente uma legislação voltada, unicamente, para solucionar a problemática do lixo espacial, com relevo para o Direito Internacional Ambiental, uma vez que as normas existentes no Direito Internacional Aeroespacial, não atendem o que se requer para a proteção do planeta.

Palavras-chave: lixo espacial, meio-ambiente, legislação

ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR NO BRASIL E NOS EUA: INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E CIDADANIA

João Carlos Medeiros de Aragão – Mestrado em Direito das Relações Internacionais do UniCEUB
joaocarlos@aragaoassociados.adv.br

A aproximação de processos eleitorais costuma despertar com mais paixão, em parlamentares, jornalistas, cientistas políticos e, até mesmo, em cidadãos, o interesse pelas implicações relativas à palavra "ética" e pelos possíveis significados e desdobramentos que ela possa ofertar a discussões, debates, discursos e conversas. A sensação é que, de tão empregado, tão distorcido, tão manipulado, esse vocábulo perde muito de seu sentido, empobrece, "oculta seu verdadeiro sentido".

Questiona-se por que o assunto ressurge com mais vigor apenas em ocasiões nas quais se necessita avaliar a postura de candidatos a cargos políticos, quando a discussão sobre "ética" deveria permear a autocrítica e a crítica a respeito de todo comportamento social e individual através dos tempos.

A ética é atual porque está sempre presente. Dir-se-ia, agora mais do que nunca, sobretudo desde a metade do século XX, momento em que está clara e consolidada nas mãos do homem a faculdade de valerem-se de um instrumento de extermínio para causar a mortandade completa da humanidade [...] A atualidade da ética deve-se ao fato de que a humanidade faz-se por seus erros e acertos, por sua história de conquistas e derrotas, por suas diferenças e semelhanças intestinas [...].

Com base nessa constatação, retoma-se, então, a pergunta: por que só falar em "ética", por que só cobrar ética por ocasião da presença de políticos em palanques, programas eleitorais, pronunciamentos inflamados, debates calorosos, das denúncias de comportamentos antiéticos?

Para responder à questão, cabe, a princípio, explorar qual (ou quais) a acepção de ética. Segundo MOORE,

É muito fácil indicar alguns de nossos juízos diários cuja veracidade é indubitavelmente assunto da Ética. Sempre que dizemos "Fulano é um bom homem" ou "Aquele sujeito é um vilão", sempre que perguntamos "O que devo

fazer?" ou "Está errado eu agir desta maneira?" [...] – é, sem dúvida alguma, da competência da Ética discutir essas questões e esses tipos de enunciados: discutir qual é a resposta verdadeira quando perguntamos o que é certo fazer, e dar razões para pensar que nossas declarações sobre o caráter das pessoas ou da m oralidade das ações são verdadeiras ou falsas.

Muitos filósofos e pensadores têm apresentado sua idéia sobre a essência da ética; quase todas as assertivas que expõem são incompletas e insatisfatórias, porquanto a palavra, e o sentido que carrega, configuram uma expressão menor, reduzida, da abrangência e da magnitude do que o signo lingüístico representa – ser humano, conduta, bom, mau, certo e errado. Essa é a essência do nome Ética: o julgamento e o estudo do comportamento humano e as diretrizes que o definirão como ético ou não, segundo valores, ideologia e cultura de determinada sociedade.

Com efeito, se a Ética discute, examina as ações do homem, com sua boa ou má conduta, qual a razão para exigir, de modo até exacerbado, postura ética de políticos, governantes, administradores e legisladores? Estarão eles acima das idiossincrasias do homem comum, do cidadão?

Esta Dissertação objetiva responder a essa indagação, analisando os motivos pelos quais agentes públicos, sobretudo parlamentares, necessitam revelar à comunidade atitude exemplar, livre de vícios, egocentrismo, ambições desmedidas e egoístas, parcialidade nos julgamentos, interesses que não os da coletividade, quando no exercício de sua função de homem público. Para tanto, examinar-se-á o decoro e a ética parlamentares no Brasil e nos Estados Unidos, sob a égide da moralidade, buscando comprovar que o procedimento e os atos dos legisladores, em ambos os países, servem como instrumento de política e cidadania.

O Trabalho almeja, igualmente, provar que, se na atividade parlamentar existir ética e decoro, o efeito será a credibilidade na atuação política e a confiança dos cidadãos em seus representantes, o que resultará em posturas cívicas por parte da sociedade brasileira e da norte-americana. Será evidenciado o contrário: comportamentos antiéticos de membros da classe política, mormente do Executivo, podem influenciar negativamente na postura do indivíduo, levando-o a assumir que pode agir semelhantemente àqueles responsáveis por definir as leis da nação.

A fim de atingir tais metas, proceder-se-á à análise comparativa do tratamento do tema no Brasil e nos Estados Unidos, bem como à das leis que regem a matéria nos dois Países, do controle que cada um exerce sobre o comportamento de seus legisladores e das punições aplicáveis aos que desrespeitam o Código de Ética das instituições legislativas de cada uma das Nações.

No Capítulo 1, apresentar-se-ão, primeiramente, teorias sobre justiça, na acepção de John Rawls, relacionando-a aos conceitos de ética e ética na política; a seguir, delimitar-se-á a abordagem à ética e ao decoro parlamentares, sempre focando no Brasil e nos EUA as informações colhidas e as opiniões expressadas.

O segundo Capítulo versará sobre os instrumentos de controle da conduta e de punição de desvios de comportamento aplicados a parlamentares brasileiros e americanos. Intenta-se atingir esse objetivo mediante a comparação dos meios empregados em cada país para regular e direcionar os atos de seus políticos para o exercício efetivo da Ética, seja na atividade parlamentar, seja na vida pessoal.

Como finalização da explanação, o Capítulo 3, valendo-se de conceitos psicológicos e sociológicos, examinará como a ética ou a falta dela podem exercer influência no comportamento tanto do povo ou do cidadão brasileiro quanto no do estadunidense.

O referencial teórico que serve de diretriz à apresentação da temática se baseia em diferentes conceitos de ética, moral e decoro parlamentar, desde o pensamento de Aristóteles e São Tomás de Aquino, até concepções mais modernas, como a de George Edward Moore, a de José Renato Nalini, e a de Dom Cândido Padin, dentre outros. Sobre ética na política e decoro parlamentar, optou-se precipuamente por retratar as idéias de Jorge Kuranaka e, com respeito aos EUA, os dados de Mildred L. Ames e Mauro Sérgio B. Soares.

Já no que concerne às bases teóricas da Psicologia, o Trabalho norteou-se pelos conceitos de Freud, os quais embasaram quase toda a discussão a respeito dos efeitos que a falta de ética parlamentar ou a conduta íntegra exercem no procedimento dos cidadãos.

Como se observa, a investigação que se pretendeu realizar almeja identificar e assinalar, nas esferas da Ética e do decoro, como estes poderão funcionar como mecanismos para garantir a confiança no regime democrático e na política.

Para executar essa tarefa, buscou-se realizar extensa pesquisa sobre o tema, com a definição de referencial teórico eficaz, o qual propicie a compreensão do problema em torno do qual se projetou este Trabalho. Em seguida, partiu-se para a coleta de dados referente à legislação sobre a temática, tanto a brasileira como a norte-americana.

A opção metodológica escolhida fundamentou-se nas pesquisas quantitativa e qualitativa, a fim de colher o maior número possível de argumentos, dados e subsídios teóricos, aliados ao exame contextualizado da realidade social atual, com vistas a melhor compreender a complexidade e a dinâmica da ética e do decoro parlamentar e de que modo a conduta das Casas Legislativas afeta a vida da comunidade e a regula.

A escolha de tal matéria se justifica pela relevância do estudo de ética e decoro como elementos subjetivos da norma, que, como tal, não podem escapar à atenção acurada por parte dos agentes sociais, dos juristas e dos cientistas políticos. Assim, investigar a repercussão causada pelo procedimento de parlamentares, do ponto de vista da ética e do decoro, pode conduzir à elaboração de propostas que visem coibir abusos de parte de senadores e deputados e, por conseguinte, orientar a sociedade sobre como agir ou não no convívio social.

EVIDÊNCIA DE QUE A ANSIEDADE INDUZIDA PELO TFMPP E MK-212 NO LABIRINTO EM CRUZ ELEVADO É MEDIADA PELA ATIVAÇÃO DE RECEPTORES 5-HT2C DO HIPOCAMPO VENTRAL.

Sergio Henrique de Souza Alves. Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Processos Psicológicos Básicos.
sergios@unb.br

Objetivos: manipulações farmacológicas dos tipos 5-HT1A, 5-HT2 e 5-HT3 de receptores serotoninérgicos têm sido excelentes ferramentas não apenas para a seleção de compostos ansiolíticos, mas também para o entendimento das bases neurais e comportamentais da ansiedade. O presente trabalho comparou os efeitos da microinjeção de TFMPP, um agonista não seletivo 5-HT2C e do MK-212 um agonista preferencial de 5-HT2C, nas porções ventrais e dorsais do hipocampo de ratos subseqüentemente testados no labirinto em cruz elevado (LCE).Método: através de um procedimento padrão de extereotaxia, cânulas foram unilateralmente implantadas 1.0 mm acima da porção ventral (AP=-4.8; LM=5.0; DV=6.0) ou dorsal (AP=-3.3; LM=2.2; DV=2.0) do hipocampo. Após um período de 7 dias de recuperação pós-cirúrgica, os animais (8 em cada grupo) receberam microinjeções (0.2 µl em3 minutos) de TFMPP (0.75, 1.5 e 3.0 µg) e MK-212 (0.1, 0.3 e 1.0 µg), ou de seu veículo (salina 0.9%), no hipocampo ventral e dorsal.. Quinze minutos após, cada animal foi exposto por 5min ao LCE. Além das medidas clássicas de ansiedade utilizadas nesse teste (número de entradas e tempo de permanência nos braços abertos e fechados), foram registrados as seguintes categorias: esquadrinhar, espreitar, exploração da extremidade e tempo no centro. Estas últimas categorias fazem parte de um etograma que vimos utilizando nos últimos anos nessa situação experimental (Pharmacol Biochem Behav, 49: 171-179,1994). Resultados: enquanto a microinjeção de TFMPP e de MK-212 no hipocampo dorsal não alterou qualquer das medidas, as drogas apresentaram efeitos ansiogênicos no hipocampo ventral: diminuíram a porcentagem de entradas e o tempo nos braços abertos, as explorações da extremidade e o tempo em esquadrinhamento. Este efeito ansiogênico foi independente de alterações locomotoras, pois o número de entradas nos braços fechado não foi alterado. Conclusão: os resultados sugerem: o envolvimento de receptores 5-HT2C do hipocampo ventral na ativação de estados

de ansiedade de ratos no LCE; tais efeitos ansiogênicos não foram observados no hipocampo dorsal; como o hipocampo ventral recebe projeções serotoninérgicas provenientes do NDR, nossos dados sugerem que a ativação dessa via é acompanhada por um aumento dos níveis de ansiedade; nossos dados sugerem que a 5-HT no hipocampo ventral comporta-se de maneira semelhante a esse neurotransmissor na amígdala; os efeitos ansiogênicos obtidos no presente trabalho corroboram a hipótese serotoninérgica clássica da ansiedade, a qual atribui um papel ansiogênico para a 5-HT; como o hipocampo dorsal recebe projeções serotoninérgicas provenientes do NMR, pode ser que essa via não esteja envolvida na ansiedade. O estudo inicial que se originou no mestrado e que estimulou esse aprofundamento no doutorado foi publicado num periódico internacional da área "Behavioural Pharmacology" (2004), 15:37-43.

Palavras-chave: receptores 5-HT2C, ansiedade, hipocampo ventral.

NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E HÁBITOS ALIMENTARES DE ESTUDANTES DO 3º AO 5º SEMESTRES DA ÁREA DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

Priscila Marcondelli Dias Thomaz – Faculdade de Ciências da Saúde - Nutrição
priscillanutri@terra.com.br

Introdução: A alimentação adequada e a prática de atividades físicas regulares têm sido, há muito tempo, associadas com a melhoria da saúde e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. Verifica-se entretanto, que atualmente o estilo de vida adotado pela população, em relação a esses dois itens, têm sofrido intensas modificações, com o aumento do sedentarismo associado a intensas mudanças no hábito alimentar, levando ao conseqüente aumento da obesidade. Este trabalho teve como objetivo verificar o nível de atividade física e os hábitos alimentares de estudantes universitários da área da saúde, identificando assim, características importantes para a prevenção de problemas futuros, em um grupo que será fornecedor de cuidados de saúde à população. **Métodos:** O presente estudo caracteriza-se por ser transversal, com análise descritiva e com base em dados primários obtidos por meio da aplicação de um questionário desenvolvido especificamente para este estudo. As variáveis antropométricas utilizadas foram o peso, a altura e o índice de massa corporal (IMC). Além disso, foram avaliados o consumo alimentar e o nível de atividade física. A amostra foi composta por 281 estudantes da Universidade de Brasília dos cursos da Área da Saúde, cursando entre o 3º e 5º semestre de Medicina, Nutrição, Farmácia, Enfermagem, Odontologia e Educação Física, sem limitação de idade. **Resultados:** Os principais achados desse estudo foram o alto nível de sedentarismo entre os estudantes da área de saúde (65,5%), com exceção dos alunos do curso de educação física. Observou-se que 53,4% dos indivíduos praticavam menos do que 30 minutos diários de atividade física moderada, sendo considerados inativos ou com prática de exercício irregular. Apenas os estudantes de Educação Física possuíam em sua maioria uma classificação de ativos (praticavam 30 minutos ou mais de atividade física moderada por dia). Quando perguntados sobre a “razão para não praticar atividade física”, verificou-se que 66,7% selecionaram a falta de tempo, 21,2% falta de disposição, 10,6% falta de dinheiro e 1,5% falta de local adequado. A grande maioria dos alunos (85,4%) não apresentava nenhum

problema de saúde que pudesse ser um limitante para a prática de atividade física. Não foi observada diferença estatística entre o Nível de Atividade Física (NAF) e o nível sócio- econômico dos estudantes. A média do NAF do sexo masculino foi superior ao sexo feminino. Em relação ao tipo de atividade executada pelos estudantes, no geral, o item musculação foi o mais citado (19,8%) seguido da caminhada (14,3%) e futebol (11,6%). Entretanto, quando questionados sobre qual seria a atividade física ideal para manutenção da saúde, a natação foi a mais citada (25,5 %). A avaliação do estado nutricional destes estudantes, indicou quanto ao IMC, que 13,2% estavam abaixo do peso, 75,4% com peso adequado, 10% com sobrepeso e 1,4% com obesidade. Quanto à alimentação, a maioria dos estudantes (79,7%) foi classificada como tendo uma alimentação inadequada. Para o grupo de leite, frutas, verduras e carboidratos complexos, apenas 25% ou menos dos estudantes foram considerados com uma alimentação adequada. Destaca-se o alto consumo (74%) de refrigerante e doces pelos alunos. Apenas os grupos relativos à proteína animal e leguminosas tiveram uma porcentagem expressiva de alunos com alimentação considerada adequada. A análise de regressão das possíveis variáveis intervenientes no resultado final do IMC, identificou significância estatística apenas para o sexo, sendo que essa variável explicava 13% da variância. Não foram encontradas associações estatísticas significantes entre o IMC e o tipo de curso, tempo de atividade física, Nível de Ingestão Alimentar (NIA), NAF e adequação da alimentação. **Conclusões:** Portanto, observou-se um alto grau de sedentarismo nos estudantes da área da saúde em geral, associado a hábitos alimentares inadequados. Ações educativas e de conscientização de relevância de um estilo de vida saudável devem ser desenvolvidas, na busca de uma maior coerência com o objeto de estudo e de trabalho destes futuros profissionais, ou seja, a saúde.

Palavras-chave: atividade física, hábitos alimentares, estado nutricional.

O ACESSO À ÁGUA COMO UM DIREITO HUMANO

Mariangélica de Almeida da Paixão - Mestrado em Direito das Relações Internacionais
mariangelica@terra.com.br

A Dissertação de Mestrado tem por escopo apresentar um estudo acerca da escassez da água e suas implicações na pobreza e inviabilidade da vida humana em certos lugares do planeta. Um efetivo controle, com mecanismos jurídicos apropriados, balizados pelos acordos internacionais acerca do desenvolvimento sustentável, viabilizaria prevenir a escassez de água, assim como proporcionar aos países em desenvolvimento melhores oportunidades de alcançar as metas estabelecidas naqueles acordos assinados desde a Declaração de Estocolmo, feita pela ONU, em 1972. De lá para cá, outros protocolos foram assinados, durante o encontro Rio 92 e o Rio+10, sem que houvesse mudanças significativas na preservação e controle da água. Já se passaram mais de trinta anos depois da Declaração de Estocolmo e ainda não se conseguiu reverter minimamente a degradação do meio ambiente, especialmente dos recursos hídricos. Pelo contrário, com o crescimento demográfico desenfreado e o implemento das obras urbanas necessárias para atender uma crescente demanda em cidades com pouca disponibilidade de água própria para o consumo humano, torna-se especialmente gravoso o problema do acesso à água e o tratamento sanitário indispensável para preservar a saúde humana desse contingente que se desloca para as cidades em busca de melhores oportunidades de vida. De acordo com um relatório da ONU, o mundo não está conseguindo atingir as metas de fornecimento de água tratada e de ampliação das redes de esgoto estabelecidas durante a Cúpula da Terra de 2002. A principal meta acordada entre os países signatários determinava diminuir pela metade o número de pessoas sem acesso à água encanada até o ano de 2015. Os investimentos dos países subdesenvolvidos em redes de tratamento de água e de esgoto gira em torno de US$15 bilhões por ano, o que é uma fração mínima diante dos gastos com os problemas de saúde provocados pelo consumo de água não tratada ou poluída. Segundo informes da Organização Mundial da Saúde 7% das mortes e das doenças das populações mais pobres se dão em conseqüência do uso de água contaminada. Ocorrem no mundo cerca de 400 milhões de casos de

diarréia que poderiam ser facilmente evitados, bastando para isso que se fizesse somente o tratamento adequado dos esgotos. Cerca de 1,2 bilhão de pessoas no mundo, ou um quinto da população mundial, não tem acesso à água encanada, nem mesmo à rede de esgotos. Um trabalho realizado pelo Grupo Consultivo em Pesquisa Internacional da Agricultura, do Instituto de Gerenciamento da Água, aponta que cerca de 1/3 da população mundial vai sofrer as conseqüências da escassez de água nos próximos 25 anos e que essa escassez pode ser fator de instabilidade dentro dos próprios países porque diferentes setores da economia estarão competindo pela água. Um relatório do Banco Mundial calcula que cerca de 250 milhões de pessoas, espalhadas em 26 países, já enfrentam hoje escassez crônica de água e que, em 30 anos, esse número saltará para 3 bilhões de pessoas, em 52 países. Nesse período, a quantidade de água disponível por pessoa em países do norte da África e do Oriente Médio, já estará reduzida em cerca de 80%. A população mundial deverá ser de 8 bilhões de pessoas, vivendo, principalmente nas grandes cidades em diversos países. A demanda pela água alcançará números nunca antes imaginados o que elevará o risco de guerra pela água, que passará a ser uma questão internacional. Dentre as questões levantadas pela Agenda 21, uma das prioridades era o crescimento sustentável e o combate à pobreza por meio de ações que possibilitassem o suprimento de água doce às cidades, a administração dos rejeitos sólidos e da poluição dos recursos hídricos. Juridicamente, a questão das águas doces internacionais têm sido concebidas por meio de tratados bilaterais e, em alguns casos, multilaterais, calcados naquilo que se convencionou chamar de Direito de Cooperação, cujo advento deu-se em função de uma tomada de consciência da unicidade de problemas e interesses entre os Estados que compartilham rios em suas fronteiras. No entanto, os mecanismos jurídicos internacionais podem não ser plena ou satisfatoriamente acolhidos ou implementados, devido às multifacetadas dificuldades de estruturação interna das normas a serem estabelecidas, de modo a dar clareza quanto às funções dos governos estaduais e municipais no que se referente ao poder concedente do direito de uso da água, à autoridade reguladora e à propriedade dos ativos no setor de abastecimento de água e esgotamento sanitário, o que tem causado um vazio regulatório no Brasil. Assim sendo, o presente trabalho não pretende delimitar o impacto, nem a repercussão que se terá sobre os trabalhos do grupo, na medida

que, na condição de mestranda não disponho, ainda, de parâmetros adequados para mensurar o impacto ou a repercussão que se alcançará. Pretende-se, tão somente, fazer um estudo sobre a indispensabilidade de acesso à água e os mecanismos estatais de disponibilização dos serviços essenciais para garantir um mínimo de acesso a esse bem essencial à vida humana.

Palavras-Chave: Água – Direitos – Humanos

O COMBATE AOS CARTÉIS TRANSNACIONAIS – ATUAÇÃO INTERATIVA DAS AUTORIDADE DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Karla Margarida Martins Santos - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – Direito
karlasantos@uol.com.br

A globalização ou denominada mundialização de mercados constitui um processo ainda inacabado. No entanto, apesar de algumas divergências no que se refere aos conceitos adotados, não se pode negar que esse processo teve uma grande evolução com o incremento de acumulação de capitais e sua internacionalização, possibilitando a empresas, nações e indivíduos investirem em países onde não estejam fisicamente instalados, atribuindo um novo perfil à distribuição de capitais e ao poder dela decorrente. No lugar de uma distribuição simétrica e eqüitativa de competências, tarefas, responsabilidades, lucratividade e acumulação, a globalização é marcada por profundas distorções nos intercâmbios comerciais, nos fluxos de pagamentos e de informações, entre outros aspectos, sendo estigmatizada por conflitos permanentes e por tensões contínuas. No que tange às empresas e aos países detentores de um nível de renda elevado, pode-se dizer que uma forma de exteriorizarem essas distorções é por intermédio do processo de concentração de capitais que as organizações utilizam de forma cada vez mais abrangente e que permite a formulação de estudos e cenários econômicos que lhes dão projeções seguras acerca do processo decisório, minimizando os riscos e viabilizando não apenas o acerto, mas muitas vezes o incremento da concentração de capital, de matéria-prima, de insumos ou de outras formas de expressão de poder nas mãos de pequenos grupos, gerando os denominados oligopólios e possíveis distorções decorrentes, como os cartéis transnacionais. Os cartéis constituem-se em um desvirtuamento das organizações formais para angariar maior parcela de mercado que seus concorrentes. Excepcionalmente recebem a chancela estatal, como alguns cartéis com atividades direcionadas à exportação ou cartéis de crise, mas a regra é percebê-los como figuras à margem das boas regras de mercado. Importante mencionar que os cartéis internacionais podem se caracterizar por pactos mantidos entre concorrentes quanto à atuação no mercado, seja em preços, condições de venda, parcelas do mercado, atuação territorial etc. As firmas agindo em concerto podem atingir lucros monopolistas da mesma forma que uma simples firma

monopolista. Com a existência de cartéis, as possibilidades de consumo a preços inferiores praticamente deixam de existir, o que redunda na perda de bem-estar às populações envolvidas, haja vista que estão submetidas a situações artificiais de mercado. Por outro lado, numa situação em que existam diversas firmas estabelecidas, qualquer tentativa por parte de uma empresa individual em aumentar preços e lucros, de forma isolada, resultará em fracasso, haja vista que os consumidores migrarão para empresas concorrentes. Com a ocorrência de cartéis transnacionais, essa possibilidade praticamente não existe. A estrutura de mercado prevalecente em praticamente todo o mundo é extremamente oligopolizada, gerando uma interdependência entre as empresas, que já não reagem mais a forças impessoais, mas sim pessoalmente a suas rivais, no intuito de concentrar cada vez mais a oferta de produtos e serviços, podendo, por força das distorções, auferir lucros supracompetitivos . Tem sido cada vez mais freqüente a atuação das organizações com atuação em diversas jurisidições de forma transnacional, em substituição ao modelo de empresas multinacionais. Caracterizam-se as organizações transnacionais pela capacidade de adaptação às especificidades do mercado, com estruturas decisórias mais ágeis e leves. Diferentemente das multinacionais, não precisam estar formalmente instaladas num determinado território para nele atuarem, nem tampouco nele possuir uma planta produtiva. Passam a ter a forma de sistema de negócios desagregado, administrado como um processo interligado, controlado por informações compartilhadas e organizado horizontalmente por assunto, produto ou serviço. Há muitas dificuldades no procedimento de investigação e punição de cartéis transnacionais, provenientes das divergências encontradas nas legislações de cada país. Dessa forma, a atuação interativa, efetivada por intermédio de acordos de cooperação, pode significar o sucesso de uma condenação por uma prática mesmo que levada a efeito em outra jurisdição, deve ser rápida e eficaz o suficiente para conter a conduta e não possibilitar sua utilização pelo agente, em qualquer território. A análise de casos bem sucedidos de cooperação entre autoridades na repressão de cartéis transnacionais será efetuada para demonstrar, entre outros aspectos, que a atuação interativa possibilita, inclusive, a ampliação dos poderes de investigação com a utilização de provas produzidas em outros países. Os acordos bilaterais são os instrumentos mais utilizados no esforço de atuação interativa das autoridades

antitruste, haja vista que não existe nenhum acordo multilateral que contemple de forma específica a matéria, apesar do sucesso da atividade comercial de diversos países depender não apenas da uniformização das regras de concorrência, mas de sua aplicação sem cunhos protecionistas. No âmbito da União Européia, a autoridade antitruste estabelece na legislação comunitária que devem ser adotadas medidas entre os países membros no sentido de que a concorrência não seja falseada no mercado comum. Quanto ao Mercosul, o Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1990, ao referir-se de forma expressa à questão da ampliação das dimensões dos mercados nacionais, à busca do desenvolvimento científico e tecnológico e a modernização das economias dos Estados como forma de se alcançar a criação de um mercado comum, revela a importância da defesa da concorrência e, conseqüentemente, de repressão de condutas anticompetitivas como forma de se estabelecer uma nova ordem econômica. A formação de um mercado comum sem dúvida envolve uma ordem econômica e, neste contexto, não podem os Estados partícipes deixar de enfatizar a defesa da concorrência, inclusive a repressão de condutas graves como os cartéis internacionais sob pena de colocar em risco o sucesso do próprio processo de integração. Portanto, a atuação interativa de autoridades de defesa da concorrência no combate a cartéis transnacionais representa uma alternativa eficaz de repressão dessa conduta nociva, no complexo mercado globalizado, haja vista a necessidade de estabelecer-se um novo paradigma por não serem mais as normas internas de um país capazes de coibir um agente cuja atuação e localização não esteja adstrito a seus limites territoriais.
Palavra-chave: cartéis transnacionais

O ENSINO DE BIOCIÊNCIAS, RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL E GESTÃO LABORATORIAL NA PRÁTICA DA BIOSSEGURANÇA

Norma Chemin, Magda Carvalho Branco, Fernanda Tavares Pacheco. Faculdade de Ciências da Saúde. LABOCIEN.

norma65615@uniceub.br

O ensino de biociências no Brasil foi iniciado em 1550 com os Jesuítas. A Escola de Medicina na Bahia, criada em 1817 , foi a primeira na área da saúde. Em 1910 existiam 9 escolas de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia no país. Em 2004 dos 2.793 cursos da área de saúde, 119 são de medicina e 334 de enfermagem. Em 2003, o Ministério da Educação registrou como “em andamento” 821 processos de abertura de cursos na área. Destes, 284 envolvem a criação de novas instituições de ensino. O crescimento nas instituições de ensino tem inserido no mercado de trabalho um número cada vez maior de profissionais formados nas áreas de biociências.

As biociências são área do conhecimento que envolve manipulação de qualquer organismo vivo ou experimentações que reproduzam partes de processos biológicos. Uma série de profissionais das áreas da saúde, ciências biológicas e ciências agrárias convivem com os riscos envolvidos nestas atividades e estão sujeitos a acidentes e doenças ocupacionais, mas poucos tiveram informação sobre biossegurança durante o processo de formação e acabam adquirindo comportamento de risco, ao invés de consciência e prevenção.

A biossegurança é definida como um conjunto de ações voltadas para a prevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes aos processos de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços.

O avanço tecnológico envolvendo processos biológicos tornou a biossegurança conceito importante para profissionais das biociências. O fundamento é assegurar os avanços dos processos tecnológicos e minimizar os riscos à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Cabe aos profissionais da área praticar este conceitos em atitudes diárias.

Os agentes de risco podem gerar lesões, causadas por acidentes pontuais (quebras, derramamentos, explosões), ou por um contato rotineiro e prolongado ao agente, que juntamente com a falta de medidas preventivas e de segurança pessoal

acometem os profissionais em diferentes fases da carreira com doenças que vão desde renite e alergias na pele, passam por doenças inflamatórias e degenerativas e podem chegar até o câncer ou doenças crônica.

Para a prática da biossegurança faz-se necessário organização de processos internos nas áreas de trabalho como procedimentos operacionais padrão para manutenção preventiva de equipamentos, métodos de preparo de soluções e registro de testes de segurança. A sinalização das áreas de trabalho, programas de descarte de resíduos , planos de contenção para emergência também devem existir. No entanto, a organização estrutural e de processos não garante segurança caso não haja disponibilidade e orientação para uso de Equipamentos de Proteção Individual, programas de treinamento e informação por parte dos usuários de como proceder adequadamente em suas atividades. Um usuário mal orientado pode causar acidentes graves ou comprometer o resultado do trabalho, mesmo nos laboratórios mais equipados e modernos.

A transmissão dos conhecimentos e da cultura de prevenção é pouco enfatizada no processo educativo, o que torna o profissional capacitado a desenvolver técnicas e manipular aparelhos modernos. Entretanto ele é pouco treinado a perceber e identificar situações e procedimentos de risco e muitas vezes negligencia medidas de segurança e proteção individual ou coletiva.

A realidade das escolas de biociências é a manipulação de fluidos biológicos e animais experimentais sem avaliação de metodologia adequada. A pouca ou nenhuma informação recebida pelos atores (alunos, professores, pessoal de limpeza) também é a regra dentro do ensino. A falta de controle de processos (esterilização, descarte, circulação de reagentes químicos ou fármacos, manipulação de animais), também eleva o risco de proliferação de doenças ou acidentes de trabalho.

Um estudo feito com 20 gestores de laboratórios de biociências apresentou um perfil profissional característico, com longo tempo no exercício da função (60% estão no cargo a mais de 10 anos). Os mesmos gerenciam laboratórios da áreas de biociências e utilizam o laboratório, exercendo função pedagógica. 25% dos gestores afirmou não seguir o projeto pedagógico do curso. 50% afirma realizar capacitação periódica dos funcionários, mas não gerencia a qualidade do serviço prestado e a manutenção e aquisição do recurso técnico (equipamentos, vidraria,

reagentes, material biológico). Todos indicam a responsabilidade pela qualidade dos serviços como sendo do técnico laboratorial e a avaliação do processo ocorre de forma não sistemática. 90% nunca gerou material científico sobre o tema. Este fato corrobora a necessidade de divulgação e atualização de informações, bem como implementação de processos que permitam a prática da biossegurança nas escolas de ensino superior de biociências.

Desta maneira,criou-se o Projeto Biossegurança nos laboratórios da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS) do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. O projeto visa informar e estimular a prática de atitudes seguras e éticas na experimentação em biociências. Além dos cursos da faculdade da saúde, alunos do colégio do Ceub também tem acesso às informações, sendo estimulados à prática de atitudes seguras nas atividades experimentais desde as primeiras visitas aos laboratórios. A organização de ciclos de palestras e visitas, programas de reuniões com professores, elaboração e divulgação de material didático e o programa de capacitação de funcionários, torna as informações acessíveis e implementa a cultura da segurança individual e coletiva. O programa fundamenta-se num processo continuado de ensino, onde o conhecimento acompanha o desenvolvimento científico e tecnológico. A organização do processo de transmissão das informações às características do processo escolar (rotatividade de alunos, diversidade de temas abordados, multidisciplinaridade das salas de aula) torna o processo dinâmico e oferece aos alunos dos cursos de graduação informações e orientações desde o primeiro semestre, adequando as informações apresentadas à sua evolução profissional e melhorando qualidade das pesquisas desenvolvidas pelos mesmos. O programa tem auxiliado na formação de profissionais mais esclarecidos, conscientes e integrados ao desenvolvimento tecnológico e aos princípios éticos da pesquisa científica em saúde e garante uma formação de excelência aos alunos desta faculdade, tornando-os profissionais de destaque no mercado de trabalho e multiplicadores de conhecimento e atitudes diferenciadas.

Palavras chave: Ensino superior, gestão laboratorial, Biossegurança

O FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO COMO ENTRAVE À PARTICIPAÇÃO DO PAÍS NA FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS

Livânia Tavares Nóbrega - Mestrado em Direito das Relações Internacionais
livanianobrega@terra.com.br

Linha de Pesquisa 2: Sistemas Regionais de Integração

No federalismo brasileiro, a União representa o todo, o Estado soberano perante o Direito Internacional, os Estados federados são dotados de autonomia, compreendida como o governo próprio dentro das competências traçadas pela Constituição Federal, e os Municípios integram a federação. A autonomia federativa assenta-se na existência de órgãos governamentais próprios e na posse de competências exclusivas, dentre elas a de instituir e arrecadar seus próprios tributos.

Contrapondo-se à estrutura fiscal brasileira, temos o fenômeno da formação de blocos econômicos, que lança seus efeitos na dinâmica do desenvolvimento do federalismo; a atividade impositiva, dado o desenvolvimento das relações econômicas internacionais, encontra-se progressivamente mais sujeita às vicissitudes das pressões tributárias exercidas externamente pelos outros Estados, quer unitários ou federais, configurando-se uma inter-relação espacial e da imposição igualitária.

É assente na doutrina o entendimento de que o Imposto sobre o Valor Agregado - IVA é o mais compatível tributo geral sobre o consumo para a busca da neutralidade nas relações de trocas de bens e serviços, e de que um processo de harmonização tributária propõe-se a uma aproximação na tributação geral sobre o consumo, nos moldes em que é adotado mundialmente, através de um IVA de base ampla.

Considerando as principais experiências de federalismo, o sistema de competências concorrentes é dominante nos Estados Unidos, Canadá e Austrália, e são poucos os casos, tanto de liberdade absoluta na imposição fiscal (competências concorrentes), quanto de exclusividade pura e simples da competência tributária. Em geral mesclam-se os sistemas, como no caso do Brasil, onde há tributos exclusivos, tributos partilhados e mecanismos de transferências dentro de sua estrutura tributária.

No âmbito territorial do Mercosul, A Argentina, o Uruguai e o Paraguai, já adotam o IVA de base ampla em seus territórios, de modo que os processos de harmonização tributária, considerando a tributação geral do consumo nestes países, envolvem aspectos pontuais, que não atingem de modo abrangente suas estruturas tributárias.

Já no Brasil, o processo de harmonização tributária com vistas à tributação do consumo, através da unificação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS, afeta necessariamente o sistema de repartição de competências tributárias. Em nome da neutralidade tributária necessária para consolidar o projeto de abertura e integração econômica entre os países, o Brasil tenciona, via Reforma Tributária, federalizar o ICMS.

Além dos problemas inerentes ao Mercosul, caso o Brasil tenha como meta aproximar-se do padrão tributário internacional, justifica-se, tanto do ponto de vista da boa técnica tributária, como do projeto de abertura e aquisição de competitividade sistêmica, uma reforma tributária que requer a correção das distorções no campo da tributação, sobretudo nas áreas de valor adicionado (ICMS, principalmente) e das contribuições sociais.

Isso porque uma das finalidades pretendidas na integração do Mercosul é a livre circulação de bens e serviços entre Estados partícipes, e, no campo tributário, a harmonização das legislações tende a repercutir sobre o consumo de bens e serviços, a fim de que se atinja a neutralidade necessária para um tratamento isonômico dos mercados em integração.

Se conseguir atingir o objetivo buscado através da Reforma Tributária, a União retira receitas efetivas de Estados e Municípios (o ICMS é um imposto compartilhado), e enfraquece a estrutura federativa interna, na contramão dos objetivos buscados pelo poder constituinte originário.

Por outro lado, pode o País curvar-se à estrutura federativa interna, em detrimento da consolidação do projeto de abertura e integração econômica que se propôs implementar via Mercosul, com repercussões diretas em participações efetivas em outros blocos econômicos, como a Associação para o Livre Comércio das Américas - ALCA?

É nesse universo que pretendemos realizar a nossa pesquisa. Nos interessa fundamentar o enfoque da possível violação ou efetivo fortalecimento da estrutura federativa brasileira com a adoção de um IVA de base ampla, que encampe o IPI, o ICMS e o ISS.

Serão implementados Grupos de Pesquisa.

PALAVRAS CHAVE: Estado, Federalismo Fiscal, Imposto sobre o Valor Agregado (IVA)

O PERFIL IDENTITÁRIO DOS TÉCNICOS EM PLANEJAMENTO DO CNPq, A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE SUAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS, NO PERÍODO DE 1976-1996.

Nancy A. Campos Muniz – Ciclo Básico
nancyc@brturbo.com

A década de 50 marcou a consolidação do capitalismo industrial na sociedade brasileira. Foi no contexto da ideologia nacional-desenvolvimentista, que se concentrava na idéia de garantir a soberania do Estado, incentivando sua intervenção nos setores industriais de base, que o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) foi criado em 1951. Sua criação visava equiparar o Brasil às outras nações na pesquisa da energia nuclear, elemento que a Segunda Guerra demonstrara ser de vital importância para a segurança nacional.

O papel do CNPq no período 1951-1974 voltou-se para a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, mecanismo pelo qual o Estado orientava recursos para setores deficitários que poderiam prejudicar a expansão econômica pretendida.

O CNPq sob a égide do planejamento: o período de ascensão

O CNPq teve sua missão redefinida pela Lei nº 6.129 de 1974, passando a ser o coordenador nacional do desenvolvimento científico e tecnológico, agora, sob o nome de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Com essa nova responsabilidade permaneceu vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), sob a forma jurídica de fundação de direito privado, o que lhe assegurou autonomia administrativa e financeira.

Nessa fase é que constatamos a contratação de um grande contingente de técnicos pós-graduados para desenvolver as atividades de planejamento da política nacional de C&T. Esses técnicos desenvolveram atividades altamente especializadas na área de planejamento, até o advento da Nova República, 1979 - 1985, período no qual o CNPq atingiu o auge das suas competências.

O CNPq transformou-se então, na agência central do sistema de C&T passando a formular as políticas de Estado para essa área. No período de 1976 a 1985, o

CNPq elaborou e coordenou a execução de uma série de atividades de planejamento que impulsionou o setor de C&T para o seu ápice de investimentos.

Nosso objetivo aqui é proporcionar uma idéia, ainda que superficial, da complexidade das atividades desenvolvidas pelos técnicos da instituição, que além dos conhecimentos específicos de suas áreas de formação, deveriam apresentar domínio das estratégias de planejamento, elaboração, acompanhamento e análise de projetos, técnicas de diagnóstico e prospectiva econômica, bem como profundos conhecimentos em estatística.

Dentro das grandes ações desenvolvidas no período, destacamos: estruturação dos Comitês Assessores (CA's) por área de conhecimento (1976); implantação do Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos - SELAP (1976); elaboração da série Avaliação & Perspectivas – diagnósticos abrangentes das áreas e subáreas do conhecimento (1977); implantação do CCT; elaboração, acompanhamento e avaliação dos PBDCT's I e II (1976-1980); assessoramento à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) da SEPLAN, para elaboração do Orçamento de C&T da União (a partir de 1980); elaboração, acompanhamento e avaliação do III PBDCT (1980-1985); elaboração das Ações Programadas previstas no III PBDCT (1980-1985); elaboração dos Planos de Ação Anuais do CNPq (a partir de 1987).

De volta às origens: o período de queda – de tecnocrata à barnabé

No governo Sarney, em 1985, o CNPq desvinculou-se da SEPLAN, passando a vincular-se ao então criado Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT (Decreto nº 91.146/85). O CNPq voltou então a desempenhar apenas atividades relativas à formação de recursos humanos e fomento à pesquisa, preservando a sua autonomia como fundação de direito privado.

Em 1989 o governo Collor atingiu o CNPq, com uma magnitude sem precedentes. Além da enorme contração dos recursos para a área de C&T, mudanças simultâneas na estrutura do governo carrearam uma grande desestruturação em todo o sistema de C&T comprometendo a imagem da instituição pelo discurso de desqualificação do serviço público. Como conseqüência da política neoliberal implantada, houve uma forte evasão dos quadros capacitados do órgão, tendo o advento do "Regime Jurídico Único"

(dezembro de 1991) transformado o CNPq em uma mera repartição pública e os seus servidores em “barnabés”.

Considerando toda a produção intelectual acerca do CNPq, nossa pesquisa destaca-se nesse contexto diversificado de abordagens, por apresentar uma nova perspectiva de análise da trajetória do órgão. Através de um referencial teórico construído na perspectiva da ***história cultural***, procuraremos enfocar o perfil identitário dos técnicos em planejamento que, no período compreendido entre 1976 e 1996 deram vida às políticas nacionais de C&T. Nossa intenção é projetar luz nas práticas dessa categoria de servidores, identificando suas representações sociais no período proposto, iluminando, assim, o percurso da própria instituição.

Como principal aporte teórico, tomaremos a noção de “representação” como ancoragem das nossas análises no âmbito da *história cultural*, buscando em Roger Chartier e em Michel de Certeau a fundamentação para as nossas reflexões.

Os sujeitos da pesquisa são considerados como *sujeitos sociais*, na concepção de Alain Touraine (1994) e, portanto, atuantes nos processos de transformações ocorridos buscando estratégias de luta para dar sentido ao mundo onde estão inseridos, compreendê-lo e nele encontrar uma identidade social.

Como procuramos demonstrar, o CNPq enquanto órgão coordenador do SNDCT atingiu o auge de sua atuação política, decorrente da atuação de seu quadro técnico, no período compreendido entre 1976 e 1986, que denominamos, para fins de nossa análise “período de ascensão”. O período seguinte, 1986-1996, “período de queda”, onde identificamos um retrocesso às origens da instituição em termos de perda de espaço político e competência técnica, em decorrência da implantação de uma política neoliberal no Estado brasileiro.

A análise desses dois períodos nos permitirá captar com mais clareza, o movimento da história ao qual conectaremos, pouco a pouco, a nossa base teórica. Essa compreensão do movimento da história nos levará ao pano de fundo onde será fincado nosso objeto de pesquisa: “O perfil identitário dos técnicos em planejamento do CNPq, a partir das representações de suas práticas profissionais, no período compreendido entre 1976 e 1996”.

4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

História Oral, Análise Documental Comparativa e Análise de Discurso.

Palavras chaves: CNPq – identidades – representações sociais

O PROBLEMA DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS

Hedel de Andrade Torres - Mestrado em Direito das Relações Internacionais - Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais - FAJS
hedeltorres@yahoo.com.br

Devido aos avanços do mundo globalizado e a velocidade com que se incorporam ao cotidiano das pessoas, verifica-se que ainda existem assuntos de extrema importância, mas que são relegados à categoria inferior, como é o caso do **problema do tráfico internacional de seres humanos**.

O tráfico internacional de seres humanos vem se constituindo em um mercado, pois transforma a pessoa humana através da exploração sexual, do trabalho escravo e da remoção de órgãos. Tais atividades estão diretamente relacionadas ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, estando ao lado de outras ações ilícitas como o tráfico de drogas e armas.

Segundo o Relatório PESTRAF – Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial – concluído em junho de 2002, mostra que cerca de 2 (dois) milhões de mulheres e crianças são mantidas em regime similar à escravidão, objetos de comércio, que incidem sobre seus corpos ou parte deles. O mesmo relatório ainda aponta que o maior número de tráfico de pessoas, em âmbito nacional e internacional, associa-se à desigualdade socioeconômica nas regiões brasileiras como Norte e Nordeste, por exemplo. Configurado “como um fenômeno transnacional, indissociavelmente relacionado com o processo de migração”, o tráfico tem como principais rotas de destino: Espanha (32 rotas), Holanda (11 rotas) e Venezuela (10 rotas).

De acordo com as estimativas das Nações Unidas, de cada 100.000 (cem mil) mulheres e crianças, 6.000 (seis mil) são alvos do tráfico internacional. A maioria das vítimas morre antes dos trinta anos de idade, por diversos fatores, dentre eles, as doenças sexualmente transmissíveis, debilidade geral da saúde, ingestão de drogas, além de abusos físicos e psicológicos. Estas pessoas são assim, privadas de seus direitos fundamentais, como a vida, a liberdade, o livre trabalho remunerado, e, sobretudo, a dignidade humana.

Diante de um tema polêmico e vasto, surge a oportunidade de se rediscutir o Princípio da

Territorialidade, tendo em vista que este é um fenômeno que se alastra com ramificações por todo o mundo, uma vez que não existe o respeito à vida humana e não obedece às fronteiras de países, obrigando a criação de mecanismos legais de integração supranacional para a repressão dessa modalidade criminosa. O desenvolvimento do assunto mostra-se um tema altamente moderno e enseja uma preocupação que ultrapassa as fronteiras nacionais, encontrando similaridade em outras Nações, em Organismos Internacionais e, especialmente, nas Organizações das Nações Unidas – ONU.

O presente projeto tem como objetivo apresentar o problema do tráfico internacional de seres humanos, abordando a importância da vida humana e os direitos a ela relacionados e, especificamente:

Identificar as causas do tráfico de seres humanos.

Expor a atuação do Estado na prevenção e repressão do tráfico internacional de pessoas.

Levantar os pontos falhos na legislação vigente no Brasil e nos principais países que integram a rota do tráfico.

Apresentar respostas à sociedade para resgatar os direitos humanos, perdidos com a violação e exploração da dignidade do cidadão e dos seus direitos à vida e à liberdade.

e) Buscar mecanismos para combater o Tráfico Internacional de Seres Humanos, investindo na elaboração de propostas que alcancem a grandeza que a vida humana merece, respeitando o tratamento jurídico em critérios nacionais e supranacionais.

MOTIVAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES: PESQUISA SOBRE A SITUAÇÃO MOTIVACIONAL EM EMPRESAS E INSTITUIÇÕES DE BRASÍLIA NA PERCEPÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

PASQUETTI, Luis Antonio, doutorando em História pela Universidade de Brasília, Mestre em Administração PUC/SP (1998), Professor do Curso de Administração da FASA/UniCEUB, nas disciplinas de Gestão de Pessoas, Teorias Administrativas, Orientador de Estágio Curricular e Monografia, do Curso de Administração (email: pasquetti@anca.org.br) e **BORGES, Carolina Oliveira**, estudante do Curso de Administração FASA/UniCEUB, bolsista PIC/UniCEUB. (email: cborges@levysalomao.com.br)

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com 150 organizações, empresas e instituições de Brasília, focada na percepção de cerca de 1220 funcionários sobre os fatores insatisfacientes e motivacionais do ambiente de trabalho, tendo como base teórica a Teoria dos Dois Fatores de Frederick Herzberg.

Quanto à metodologia, utilizou-se um questionário com 50 questões, divididas entre Fatores Higiênicos e Motivacionais (BATITTUCI). Cada aluno escolheu uma empresa, organização ou instituição pública. A amostra foi selecionada a partir de dois critérios, empresas com menos de 30 funcionários, aplicou-se o questionário no universo total, acima de 30 funcionários, o aluno escolhia um setor específico dentro da empresa. A pesquisa foi realizada entre março/setembro de 2004 e contou com apoio da Direção da FASA/UniCEUB e da Coordenação do Curso de Administração. Os alunos participantes da pesquisa são do Curso de Administração do UniCEUB (3/semestre matutino e 5/semestre noturno).

O objetivo inicial foi confrontar teoria e prática possibilitando uma interação do universo acadêmico dos estudantes com o mundo empresarial local, no caso, organizações estabelecidas na Capital Federal. Utilizando-se da metodologia de pesquisa acadêmica para analisar a situação motivacional destas organizações na percepção dos funcionários.

As teorias comportamentais e motivacionais, de diferentes escolas e linhas de pensamento, serviram de suporte teórico para a discussão e análise dos dados, embora o foco central está na Teoria dos Dois Fatores de Frederick Herzberg. Compõem este referencial teórico, MASLOW, McGREGOR, ALDERFER, MCLELLAND, SKINER, VROOM, ADMS, LOCKE, FESTINGER entre outros.

Os resultados obtidos, compostos de dados trabalhados estatisticamente representados em tabelas e gráficos, indicam níveis de satisfação e motivação que se diferenciam dependendo do porte da empresa, (pequena, média e grande empresa), ou da natureza de sua constituição (empresas privadas ou instituições públicas). Outros fatores também influenciam os níveis de satisfação e motivação como: a relação com os colegas de trabalho, o estilo gerencial e postura da supervisão e chefias, as condições de trabalho ligadas ao ambiente e contexto, a remuneração e benefícios sociais, o sistema de promoção e crescimento proporcionados pelas empresas e instituições públicas, a autonomia e liberdade de tomar decisões.

O método utilizado e os resultados obtidos na pesquisam abrem a possibilidade para que os administradores e em especial os gestores de pessoas, possam criar condições motivacionais, a partir de um referencial científico. Servem também como instrumento de consultoria para os futuros profissionais da administração em sua carreira. E finalmente implantar ações efetivas que visem uma melhor qualidade vida no trabalho, aumento de produtividade e das relações humanas nas organizações.

Palavras Chaves:

Motivação, Gestão de Pessoas, Clima Organizacional.

PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAIS

Adriano da Nobrega Silva
Centro Universitário de Brasília
adrianodanobrega@hotmail.com

O presente projeto de pesquisa versa sobre o imposto sobre a renda de pessoas jurídicas incidente sobre as operações internacionais envolvendo preços de transferência, especialmente no que concerne ao aprimoramento e desenvolvimento da integração internacional de blocos econômicos regionais, a exemplo da União Européia.

O ajuste unilateral dos preços de transferência tem o inconveniente de provocar evasão fiscal e dupla tributação internacional. Para corrigir tal distorção, obviamente, faz-se necessário que os dois Estados promovam conjuntamente o ajuste de preços, mas, tendo em vista que aí não estão mais envolvidos apenas os interesses do contribuinte em relação ao do Fisco de seu Estado de origem, mas os interesses de um Estado em face de outro, tal situação somente pode ser objeto de regulação por meio de acordos internacionais e mediante a harmonização da legislação dos dois Estados.

É necessário que, ao se tratar de operações internacionais, os Estados adotem medidas, bilaterais ou plurilaterais, regulando a questão dos preços de transferência a fim de impedir que outro Estado venha a aurferir maior arrecadação tributária em detrimento de outro pelo simples fato de que um residente no primeiro Estado praticou uma operação com preços de transferência diversos daqueles existentes em condições de livre concorrência.

Deve-se, então, analisar quais devem ser tais medidas, bem assim de que modo as mesmas podem se tornar efetivas em caso de recusa por parte de algum dos Estados-membros de abrir mão daquele excesso de arrecadação decorrente dos preços de transferência praticados na operação internacional.

Dentro da temática apontada, pode-se delimitar o objeto do presente trabalho do seguinte modo: (a) analisar o conceito de preços de transferência; (b) analisar alguns sistemas internos de regulação de preços de transferência, a fim de contextualizar a questão sob a ótica da harmonização fiscal internacional; (c) analisar as medidas

bilaterais adotadas para regular a temática dos preços de transferência em matéria tributária; (d) analisar as medidas plurilaterais que vêem sendo adotadas na regulação dos preços de transferência; e, finalmente, (e) criticar as vantagens ou desvantagens dos métodos atualmente disponíveis.

O roteiro a ser empreendido para a pesquisa é o seguinte:

1. Introdução
2. Preços de Transferência
3. A Regulação dos preços de transferência no plano interno
4. Direito Tributário Internacional
   4.1 Fases do direito tributário internacional
   4.2 Princípios do direito tributário internacional
5. Harmonização fiscal internacional
6. Medidas bilaterais e plurilaterais sobre preços de transferência
7. Conclusão

Além do método descritivo, serão utilizados os métodos do direito comparado, por se tratar de abordagem da legislação de diferentes Estados, bem assim do método crítico, na busca ide eventuais medidas para aprimoramento dos sistemas atualmente existentes de regulação dos preços de transferência.

Em relação aos estudos de direito comparado, serão abordados os casos dos Estados Unidos, país com maior número de empresas multinacionais, do Reino Unido e da Espanha, para que se abordar a temática sob a ótica de dois países de tradições jurídicas diferentes que integram a União Européia, e, por fim, do Brasil e da Argentina, os quais integram o bloco do Mercosul.

Palavras-chave: Preços de Transferência. Direito Tributário Internacional. Imposto de renda.

REGIME DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Marcelo Simões dos Reis - Mestrado em Direito das Relações Internacionais
Centro Universitário de Brasília
e-mail: marceloreis@marceloreis.org

A pesquisa em desenvolvimento aborda o tema do comércio internacional de produtos agrícolas. Muito do que se observa desse intercâmbio comercial parece se adequar à perspectiva norte-sul de análise das relações internacionais, que examina o cenário mundial a partir do confronto entre países ricos e pobres. Fundado nessa ótica o pesquisador tende a agregar os atores internacionais em dois grupos principais: os desenvolvidos e os em desenvolvimento. Em nível mais profundo, pode-se trabalhar com uma terceira categoria que seria a dos países menos desenvolvidos, caracterizados por seus níveis extremos de pobreza.

No contexto do comércio agrícola, tem se firmado o entendimento de que o bloco dos países desenvolvidos é delineado por duas características básicas: a) protecionismo dos seus mercados internos por meio de quotas tarifárias tendentes a manter o equilíbrio da política de apoio doméstico; e b) expansionismo de seu comércio exterior de produtos agrícolas por meio de subsídios à exportação. Desses dois traços, emerge a idéia de que a agricultura dos países desenvolvidos não é competitiva o suficiente para se manter sem um amplo apoio governamental. Nessa configuração, invariavelmente, encaixam-se Estados Unidos e Comunidade Européia.

Por outro lado, os países pobres formam o grupo daqueles cujo sistema privado de agricultura é eficiente o bastante para explorar os mercados internacionais e, assim, influenciar positivamente no desenvolvimento econômico das nações mais desfavorecidas. Esse desenvolvimento, acredita-se, não ocorre por causa do comportamento protecionista e expansivo do Norte rico. Ao mesmo tempo em que os mais desenvolvidos fecham seus mercados às importações do Sul pobre, os mais desenvolvidos inundam o mercado internacional com seus produtos agrícolas subsidiados.

Dessa maneira, é natural verificar no âmago do debate uma tendência polarizante em se analisar a questão sob a ótica Norte-Sul, a exemplo do que aconteceu nas décadas

de 60 e 70 nas Nações Unidas. Por essa visão, a controvérsia levantada pelo regime de exceção aplicável ao comércio agrícola torna-se uma batalha entre países ricos e pobres, numa espécie de querela moral difícil de ser solucionada. De fato, a compreensão imediata das informações transmitidas pela grande mídia parte da noção de que a competitividade dos países menos desenvolvidos reside exploração de produtos primários enquanto que os países de tradição industrial especializam-se na elaboração da manufatura e na prestação de serviços. Sendo os países mais pobres naturalmente eficazes na produção agrícola, teriam eles direito, conforme as regras de livre mercado, a acesso livre aos consumidores dos países mais ricos. No entanto, o que se observa, principalmente a partir das políticas adotadas por Estados Unidos e Comunidade Européia, é um acirramento da proteção, com tendências paternalistas, do mercado consumidor de alimentos e outros produtos do agronegócio. Geboye Desta, inclusive, escreve sobre uma competição injusta entre tesouros nacionais em vez de ser entre produtores rurais.

O cenário acima representa a análise mais simples do comércio internacional agrícola. No processo de formação de alianças para se debater a questão em nível internacional, no entanto, problematiza-se ainda mais a questão. Ao invés de se observar o agrupamento imediato de países pobres num embate contra países ricos, alinham-se os grandes exportadores agrícolas, independentemente de serem ricos ou pobres, que não utilizam uma política de subsídios substancial como Estados Unidos e Comunidade Européia. É marcante o exemplo da Rodada Uruguai, quando o Brasil co-liderou o processo de formação do Grupo de Cairns, composto por exportadores de produtos agrícolas, entre eles Canadá, Austrália e Nova Zelândia, economias representativas do mundo desenvolvido, e Bolívia, Guatemala e Indonésia, pertencentes às economias em desenvolvimento.

Ao iniciar a Rodada Doha, no entanto, é interessante notar que o debate político inclinou-se à rivalidade norte-sul. O Grupo de Cairns, enquanto defensor da liberalização do comércio agrícola, vem sendo mitigado à medida que o G-20 se consolida como bloco de pressão mais atuante nas negociações multilaterais da OMC. O G-20, cujos membros são todos de menor desenvolvimento, termina por realçar a perspectiva Norte-Sul mais polarizada. Entretanto, é de se ressaltar que, enquanto grande parte desse grupo visa a

proteção de pequenos produtores rurais, o líder do bloco (Brasil) tem como objetivo também a promoção de setores influentes da sua própria agroindústria.

O problema, então, recai sobre o regime de negociações pertinentes ao comércio internacional de produtos agrícolas. Num cenário em que, não necessariamente os interesses dos grupos de pressão se alinham, demonstra-se quão específico é o estudo da política relativa ao assunto. O trabalho objetiva identificar as peculiaridades inerentes à matéria.

REPRESSÃO À EVASÃO TRIBUTÁRIA NO BRASIL – INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Carlos Orlando Pinto - Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais- FAJS
Curso de Direito
trruggo@yahoo.com.br

A partir da importância e do emprego dos valores fiscais obtidos pelo Estado, no atendimento aos objetivos sociais, políticos e administrativos, a evasão tributária, de forma específica, apresenta-se como problema conjuntural a exigir cuidados preventivos e repressivos específicos.

De fato, em razão do conflito estabelecido entre o sujeito tributário passivo (o devedor) e o Estado tributante (credor), decorrem condutas ilícitas e fraudulentas que implicam, após a ocorrência do fato gerador da obrigação fiscal, em retardar, reduzir ou evitar o pagamento do tributo.

O estudo em andamento objetiva conhecer os instrumentos de prevenção e repressão à evasão fiscal no Brasil, considerando para tanto os elementos internos, mas dando prioridade à identificação dos mecanismos de cooperação à coibição desse ilícito em um contexto internacional.

A seu turno, os recursos diplomáticos, legais e administrativos exigem sintonia e eficácia na repressão à evasão tributária de expressão transnacional.

Realmente, o sistema legislativo, por via do Congresso Nacional, o Poder Executivo, mediante o Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores, e ainda o Banco Central, são instituições que precisam atuar de modo harmônico, alcançando uma permanente proficiência em suas áreas, de modo a fornecer um efetivo substrato à atuação fiscal do Estado.

É importante, assim, que os recursos e produtos gerados por essas insituições estejam em condições de rápida e efetiva disponibilidade nas relações envidadas com os demais Estados Estrangeiros participantes de procedimento preventivo ou repressivo.

Fundamental, portanto, a efetiva participação do Brasil em cenário internacional que busque a troca de informações, tecnologia e ajuda para a punição dos crimes tributários transnacionais. Afinal, a globalização deve ser utilizada em seu conteúdo positivo.

Por tal razão, no que se refere ao regime legal interno, examina-se em, em síntese, a eficácia da legislação fiscal em face das condutas evasivas, a atuação da Justiça Federal na repressão a esse tipo de ilícito e a disponibilização de informações tributárias em face do sigilo fiscal.

Sob a abordagem transnacional, busca-se a identificação dos Tratados e Convenções que estabeleçam cláusula de troca de informações, bem assim os resultados que potencialmente podem ser gerados. Prioriza-se também o acompanhamento da cooperação judiciária e administrativa que vem sendo empreendida pela Justiça Federal e pelo Ministério da Justiça. Por fim, faz-se uma abordagem da evasão fiscal em face do direito comparado, atentando-se para a contextualização do Brasil em um cenário internacional e globalizado de evasão fiscal, a par dos sistemas paralelos de lavagem de dinheiro.

Observa-se que os meios e instrumentos de coibição de delitos tributários por vezes não conseguem acompanhar a engenhosidade e aperfeiçoamento tecnológico aplicado a essa modalidade de infração, em particular àquelas infrações praticados em um Estado com repercusão em outro Estado, sendo certo que, concomitantemente à globalização do conhecimento, da informação e da tecnologia, globalizaram-se, também, as técnicas e procedimentos criminosos, aí estando presente os ilícitos fiscais.

Nesse cenário, a evasão tributária representa, induvidosamente, eixo central de interesse, na medida em que, por intermédio dessa prática, verifica-se a maior parte de ilícitos de ordem tributária. Por via de pessoas jurídicas, em particular, tem-se desenvolvido sofisticados esquemas de práticas materiais, intelectuais e tecnológicas que funcionam no interesse da fraude ou da simulação ao poder fiscal do Estado.

No que se refere ao sigilo fiscal, é certo que qualquer atividade de cooperação em investigação fazendária deverá se coadunar com as regras constitucionais que regulam o direito à privacidade do sujeito passivo tributário, fazendo-se necessário a utilização harmônica do regramento normativo disponível, tais como o Código Tributário Nacional

(arts. 194,195, 198 e 199), a Constituição Federal (art. 37), a Lei nº 8.021/90 e o próprio Código Penal, que tipifica a revelação de informações obtidas em razão do cargo.

De tal modo, a permuta de informações fiscais é contigenciada por um rígido sistema de normativo que exige pronta observância, mesmo quando em confronto com interesses fazendários internacionais.

No que atine aos tratados internacionais, cumpre assinalar a importância da existência e do atendimento às Cláusulas de Trocas de Informações Fiscais. Isto porque o intercâmbio de informações tributárias passa por uma adequação aos sistemas legais internos, representando, sem dúvida, uma hipótese de exceção à regra do sigilo fiscal.

Em princípio, aponta-se para a constitucionalidade e juridicidade das Cláusulas de Troca de Informações, o que, todavia, demanda ser objeto estudo específico.

Estudo que se dedique ao conhecimento do fenômeno da evasão tributária e à lavagem de dinheiro no país, inclusive sob uma ótica transnacional, não pode olvidar a crescente atuação da Justiça Federal, que por intermédio de varas especializadas e em sintonia com o Ministério da Justiça emplementa eficaz repressão aos crimes contra o sistema financeiro e à lavagem de dinheiro.

De modo complementar, o estudo do direito tributário comparado se mostra de grande valia para a sistematização, no Brasil, das normas que objetivem combater a evasão fiscal internamente, como também no que se refere à cooperação com os demais Estados soberanos.

Mostra-se de revelância, assim, assinalar a abordagem de evasão fiscal de países como Alemanha, Argentina, Bélgica, Bolívia, Chile, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos da América, França, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Paraguai, Peru, Portugal, Suécia, Suíça e Uruguai, vez que, observadas as particularidades, dão mostra de apresentar vários aspectos de identidade com a ótica empregada no Brasil.

No âmbito do Curso de Mestrado tem sido possível o aprofundamento da compreensão desse tema, a partir do substrato oferecido pelas disciplinas cursadas, pelos seminários e pelos grupos de estudo, em particular os que se aplicam ao direito de integração, área que se vincula de forma especial ao desenvolvimento de sistemas de cooperação internacional, inclusive na esfera tributária.

EXTENSÃO
(TEXTO ADRIENNE)

UniCEUB NA REDE PELA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Ana Regina Melo Salviano – FACE – redealfa@uniceub.br; Maria das Dores Brigagão– FACE – redealfa@uniceub.br; Norma D' Albuquerque Augusto– FACE – redealfa@uniceub.br; Regina Cláudia Coelho Neto– FACE – redealfa@uniceub.br

O presente trabalho, fruto de estudos, pesquisas e construção da Equipe Pedagógica do Projeto de Erradicação do Analfabetismo do UniCEUB tem como principal objetivo alicerçar as bases filosóficas sobre Educação de Jovens e Adultos propiciando o conhecimento de diferentes metodologias para a alfabetização incluindo as idéias de Paulo Freire, Emília Ferreiro, Éster Grossi, Maria Montessori, dentre outros.

O desafio de alfabetizar e proporcionar condições básicas de escolaridade a todos os brasileiros é tarefa que se impõe com o objetivo de incluir os jovens e adultos, colocados à margem, nos diferentes processos de desenvolvimento social.

Portanto, será realizada por esta instituição a capacitação pedagógica dos alfabetizadores, alunos do UniCEUB bolsistas, alunos do UniCEUB voluntários e alunos voluntários da Comunidade Externa, com carga de 50 horas, em dois períodos anuais. Além da capacitação interna institucional, as parcerias com instituições idôneas se fazem presentes no Projeto.

Para a execução desta capacitação, foi organizada uma programação alicerçada no entrelaçamento da teoria e prática, em que se inclui o estudo de princípios, conceitos, evolução histórica da educação de jovens e adultos, elementos didáticos na organização e operacionalização do trabalho pedagógico, numerização como prática diária baseada nas experiências do cotidiano do aluno alfabertizando e a troca dos processos de aprendizagem por meio de vivências e intervenções didáticas. A metodologia privilegia também, trabalhos de pesquisa contemplando temas como cidadania, inclusão social, ética.

Justifica-se, assim, o processo de capacitação de alfabetizadores, para que possam no campus do UNICEUB e na comunidade dos instrutores/alfabetizadores assumirem seu papel contribuindo para a erradicação do analfabetismo.

O Projeto UniCEUB na Rede pela Erradicação do Analfabetismo enfatiza a preocupação desta IES na formação integral do ser e na busca do resgate de valores essenciais à vida humana para a construção de uma sociedade mais democrática . Portanto, o presente projeto insere-se como atividade da Assessoria de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB, com o objetivo de participar de maneira efetiva do enfrentamento da questão da inclusão social, colaborando para alfabetizar aquela parcela da população que ainda não se beneficiou dessa conquista.

Assim esta capacitação de estudantes e comunidade externa do UniCEUB oportuniza conhecimentos gerais e metodologias apropriadas para a alfabetização de jovens e adultos.

As ações desenvolvidas durante a capacitação de alfabetizadores têm como princípio metodológico a construção coletiva de conhecimentos, a vivência e o planejamento das intervenções didáticas que possibilitem ao alfabetizador a sua instrumentalização teórico-prática para assegurar os modos de articular nos processos de ensino/aprendizagem e recriar a sua própria prática de ensino de forma reflexiva e crítica.

As atividades são desenvolvidas por meio de trabalhos participativos que procurem estimular o desenvolvimento do conteúdo programático em situações de troca de experiências. Para isso, os encontros de capacitação foram organizados em forma de aulas expositivas dialogadas, leitura e discussão de textos, oficinas pedagógicas e diversificadas técnicas de grupo. Para que haja maior integração e vivência na construção das idéias dos textos estudados utilizam-se o retroprojetor, sistema multimídia, flip chart, cartazes, vídeos, quadro de giz dentre outros.

Outro procedimento metodológico é o Caderno Volante que é fornecido pelo professor para que sejam realizados os registros coletivos da turma. Cada dia um (a) aluno (a) é escolhido logo no início dos trabalhos para anotar o que foi interessante, o que chamou atenção, as dúvidas das atividades desenvolvidas naquele dia, o destaque da aprendizagem de algum colega, um elogia e outros comentários que se fizerem necessários. O Caderno Volante ajudará o (a) futuro professor (a) a ter um referencial do

que foi desenvolvido no decorrer da aula, problematizar junto com os colegas o que foi estudado e discutido em sala e ao mesmo tempo terão uma visão da rotina do contexto da sala de aula e poderão pesquisar o que foi ministrado.

Quanto ao impacto do projeto nas comunidades assistidas podem ser observadas três vertentes:a primeira relativa aos universitários alfabetizadores que, segundo os dados dos relatórios de avaliação, declararam sentir-se seguros para realizar a alfabetização em locais escolhidos previamente.

A segunda vertente refere-se ao grupo de alfabetizadores pertencente à comunidade que evidenciaram disposição para concretizar o trabalho de alfabetizar.

A terceira vertente diz respeito aos grupos de alfabetizandos cujos dados estão em processo de construção e análise devido ao pouco tempo de existência do projeto. De concreto, temos a solicitação de um grupo de alunos alfabetizados no TRF para a continuação de estudos, no sentido de complementar o processo de escolarização.

Dessa forma solicitaram aulas de leitura, para aprofundamento do processo de escrita, matemática entre outros assuntos trabalhados

Face a escassez dos dados relativos aos impactos na comunidade alfabetizada, o projeto prevê a obrigatoriedade de alfabetizar pelo menos 8 pessoas após a capacitação, estendendo-se os benefícios da bolsa auxílio de 25% ofertada pela instituição.

Palavras chave: Alfabetização, Inclusão social, voluntariado

VOLUNTARIADO EM AÇÃO

BOA IDADE EM ATIVIDADE

Mônica Luiz de Lima Ribeiro – RA. 2048709/2
Fone – (62) 8129-9170
Luiza Ribeiro Guimarães de Aguiar Batista- RA. 2048709/0
Fone: 272- 7260 – Email: dmarcio@hotmail.br
Natasha Frota Bezerra de Oliveira Muniz da Cruz – RA. 2046174/8
FACE - 2º Sem - Pedagogia - UniCEUB

O Estatuto do Idoso diz que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral , bem como todas as oportunidades e facilidades para preservação da sua saúde física ou mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Ressalta ainda que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à educação e a cultura, ao esporte e lazer, ao trabalho, à cidadania, liberdade, dignidade, respeito e a convivência familiar e comunitária. O Estatuto chama atenção de toda sociedade para lançar um olhar sobre as pessoas que tanto contribuíram e contribuem para a sociedade e que ao envelhecer ficam marginalizadas. Isoladas, sem carinho e atenção dos familiares, ficam deprimidos, o que acarreta o agravamento de enfermidades.

O Projeto “Boa Idade em Atividade” vem de encontro as reflexões sobre o Estatuto, onde um grupo de alunas do Curso de Pedagogia – Séries Iniciais do Ensino Fundamental, resolveram se unir para concretizar ações de atendimento aos idosos - necessidades sociais exigidas nesse novo século, onde o cidadão é chamado a participar de ações que possam contribuir para a construção de uma cidadania consciente, valorizando e cuidando dos idosos da comunidade.

Como forma de participação social, sendo alunas do 2º. Semestre do Curso de Pedagogia, não poderíamos deixar que esse momento de retomada de consciência de valorização aos idosos pudesse passar despercebido, pois temos plena compreensão que

ao ingressarmos no mercado de trabalho, como professoras, iremos trabalhar com nossos alunos, formando-os para o exercício da cidadania, mas como fazê-lo sem a experiência de participação social?

Procuramos a coordenação do Curso de Pedagogia para receber informações referentes ao projeto Voluntariado em Ação. Após orientações elaborei o projeto Boa Idade em Atividade, cujo objetivo é atender um grupo de idosos abrigados na Casa do Ceará, entidade que cuida de 25 idosos, desenvolvendo atividades educativas com o intuito de motivar o cidadão da "melhor idade" para desenvolver habilidades manuais, exercícios de memória, relato de experiências e histórias, fazendo com que sintam-se integrados no grupo social.

No projeto utilizamos recursos variados que vai da sucata ao uso de diferentes texturas, revistas e jornais, cola, canetas hidrocor, tinta guache, pincéis, fita adesiva, massinha de modelar, lápis de cor e variados papéis, tesouras etc. Uma parte dos recursos materiais são cedidos por empréstimo pela coordenação do curso, outros são conseguidos por doação.

Atualmente trabalhamos duas horas de atividades com grupos de oito a dez idosos, duas vezes por semana, desenvolvendo oficina de histórias, brincadeiras, pintura, descrição de receitas de remédios caseiros, chás, doces e salgados. Essas atividades têm oportunizado junto aos idosos, desenvolvimento da coordenação motora, habilidades perceptivas e a criatividade.

O projeto ainda não está concluído, mas nossa pretensão é agrupar as receitas em um livro, realizando uma tarde de autógrafos com a participação dos familiares dos idosos e funcionários da instituição.

Como alunas do 2º semestre do Curso de Pedagogia, esse projeto tem nos proporcionado momentos de reflexão sobre o papel social do educador, ao mesmo tempo compreender a diversidade cultural e adquirir experiências pedagógicas elaborando e executando projetos, contribuindo para nossa formação pessoal e profissional.

Palavras-chave: Cidadania – Idosos – Responsabilidade

CAIXAS ENCANTADAS

Andréia Santiago de Oliveira
FACE-Pedagogia 2º semestre
Fone - 447-5097

O projeto Voluntariado em Ação, do Curso de Pedagogia, tem por objetivo desenvolver projetos e ações comunitárias complementares à formação profissional dos alunos do curso, me oportunizou realizar algo que já tinha o desejo de fazer, porém, não sabia como desenvolver – um projeto de voluntariado numa instituição .

Após orientações para elaboração do projeto fui encaminhada para APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, instituição que escolhi para executar o projeto – Caixas Encantadas, posto que essa instituição fica localizada próximo a minha residência e por ter anteriormente visitado a instituição, em conversa informal com a coordenadora da APAE , ela se mostrou feliz em me receber para desenvolver atividades com os alunos portadores de necessidade educacionais especiais, colocando-se a disposição para colaborar com o projeto.

Desenvolver o projeto na APAE me parecia um desafio e ao mesmo tempo a realização de um desejo - conhecer mais sobre o processo de inclusão, tema atual, um mundo ainda desconhecido por muitos educadores e que tem me proporcionado conhecer a realidade para enfrentar as mudanças sociais que ora se apresentam na política do ensino educacional brasileiro – inclusão social.

Ao conhecer a APAE, logo na primeira visita, percebi a importância do trabalho voluntário, primeiro movida pelo desejo de ensinar o que eu sei, pois trabalho com confecção de caixas artesanais e acredito que o manuseio de papéis, tesoura, cores, texturas, com certeza poderiam ser mais um auxílio para o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O objetivo é desenvolver habilidades de coordenação motora fina, atenção, organização, percepção visual, pois acredito que essas atividades possam contribuir para torná-los independentes, elevando sua auto estima, contribuindo para a inclusão social.

Acredito que esse projeto fará diferença na vida de cada aluno, transformando sua vida, pois as caixas poderão ser comercializadas – contribuindo financeiramente para o sustento da instituição/alunos(a).

As atividade desenvolvidas tem proporcionado aos alunos(as) com necessidades educacionais especiais, habilidade de coordenação motora fina, atenção para ouvir instruções , observar detalhes,identificar cores e formas geométricas, perceber diferentes tipos de textura, utilizar as mãos para recortar diferentes linhas retas e curvas, reter atenção observando detalhes – dobradura. Os alunos são atendidos em Grupos de 5 a 8 alunos . Para chamar atenção dos alunos primeiro apresento a caixa pronta, em seguida vou explorando lentamente os detalhes – cor, tamanho, forma. Com o papel a ser trabalhado peço que passem as mãos sobre para sentirem a textura – liso, grosso, enrugado, fino e observem as cores. Entrego para os alunos o molde da caixa e peço que risquem no papel. Chamo atenção para os detalhes do vinco , onde iremos dobrar. Recortar a caixa nas linhas marcadas. Atenção para colar e montar a caixa .As caixas após apreciadas pelos alunos são recolhidas para serem vendidas no bazar da APAE.

Para a confecção das caixas artesanais utilizo papel paraná, papelão colorido,cola, tesoura, régua e moldes de caixas artesanais de variados modelos.

O projeto Caixas Encantadas, apesar do pouco tempo de sua execução já apresenta resultados positivos. Por isso meu desejo é dar continuidade ao trabalho, confeccionado caixas natalinas.

O projeto voluntariado em ação, está me proporcionando a oportunidade de conhecer a realidade de minha comunidade, elaborar e executar projetos, contribuindo para minha formação profissional e formação de minha consciência cidadã.

Palavras-chave: Voluntariado, encantado, cidadania

EDUCANDO PARA A CONSERVAÇÃO DO CERRADO

EDUCANDO PARA A CONSERVAÇÃO DO CERRADO

Marcelo X. A. Bizerril - Faculdade de Ciências da Saúde - Biologia
marcelo051529@uniceub.br.

O Cerrado é o bioma brasileiro de maior extensão, depois da Floresta Amazônica, ocupando cerca de dois milhões de quilômetros quadrados. Esta área representa 22% do território nacional e distribui-se por mais de uma dezena de estados brasileiros. Apesar da intensificação dos estudos científicos no Cerrado nos últimos anos, este bioma ainda não é suficientemente conhecido quanto às suas potencialidades e biodiversidade. O bioma vem sendo destruído com grande intensidade nas últimas décadas e, diante dos vários tipos de ameaças que sofre, um aspecto de extrema importância é a reduzida identificação que a população tem demonstrado em relação à paisagem e à biodiversidade do Cerrado. Este projeto de extensão foi iniciado em fevereiro de 2004 e apresenta três linhas de atuação: (i) a Capacitação de professores no Distrito Federal; (ii) a Capacitação de professores na área de abrangência do Cerrado; (iii) um programa comunitário na região da Serra da Canastra, em Minas Gerais. Os programas de capacitação de educadores são baseados na oferta de cursos de extensão, na produção do livro paradidático “Vivendo no Cerrado e aprendendo com ele” e na elaboração de dois sítios na internet para apoio à obra. Os cursos começarão a ser oferecidos à comunidade em 2005. O livro será publicado por meio de uma parceria entre a Editora Saraiva e a ONG ambientalista Conservação Internacional, com lançamento previsto para novembro de 2004. Um sítio já está em funcionamento no portal da Editora Saraiva apresentando sugestões de atividades e planos de aula relacionados ao Cerrado e à Educação ambiental. O outro sítio terá como objetivos principais disponibilizar textos adicionais, sons e imagens sobre o Cerrado, reunir atalhos para outros sítios relacionados ao tema e, especialmente, propiciar a interação entre os educadores interessados no tema, e com a equipe de educação ambiental do curso de biologia do UniCEUB. O sítio ainda está em fase de elaboração e será alojado no portal do UniCEUB. O programa na região da Serra da Canastra integra o projeto interinstitucional “Biologia comportamental e conservação do lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) no cerrado do estado de Minas Gerais”, financiado pelo Fundo

Nacional do Meio Ambiente – FNMA, e coordenado pela ONG ambientalista Pró-carnívoros. O projeto envolve 10 instituições brasileiras e estrangeiras de pesquisa e voltadas à conservação da natureza. A atuação do UniCEUB consiste em desenvolver programa educativo junto às escolas da região e na produção de um cinema a céu aberto, voltado para a exibição de filmes educativos e obras do cinema nacional. Neste ano foram realizadas oficinas em quatro escolas e um curta-metragem foi produzido sobre o projeto e já exibido à comunidade local. Contatos já estabelecidos com a comunidade sugerem o crescimento do projeto em 2005.

Palavras-chave: cerrado; educação ambiental; formação de professores.

PROGRAMA ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE

PAINEIS DE EXTENSÃO

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM CONTEXTO HOSPITALAR – UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO.

Morgana de Almeida e Queiroz - Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Psicologia
E-mail: morganaaq@correioweb.com.br

A Psicologia Hospitalar é um campo complexo de atuação do psicólogo, configurado pela reflexão e aplicação de diversas teorias construídas sob diferentes perspectivas acerca do saber psicológico, à compreensão e acompanhamento do processo de adoecimento e internamento hospitalar, em seus efeitos psicológicos nos indivíduos e seus familiares, desde o início do tratamento até a condição de alta.O Objetivo geral deste projeto visa possibilitar ao estudante de Psicologia do UniCEUB acesso a campo de atuação profissional concreto em setores de unidades hospitalares de referência no Distrito Federal, em específico no HRAS (Hospital Regional da Asa Sul) e no HRAN (Hospital Regional da Asa Norte). A fundamentação desta proposta de trabalho é a compreensão de que uma formação profissional sólida e consistente é construída na relação entre teoria, prática e produção de conhecimento, ou seja, através de pesquisas na área em que o estudante elege como eixo diretivo da realização do estágio. Assim, o contexto hospitalar apresenta-se como um espaço de formação e reflexão sobre a atuação profissional, privilegiado e reconhecido pela sociedade, no que diz respeito à possibilidade de desenvolvimento de propostas de intervenção que auxiliem no alívio do sofrimento humano, em condições psicossociais bastante complexas, características de um processo de internação ou até mesmo, de atendimentos emergenciais em decorrência de maus-tratos, acidentes e violência. O estagiário deve estar matriculado na disciplina de Estágio Supervisionado, a partir do nono semestre, que já tenha cursado e sido aprovado na disciplina Psicologia Hospitalar. As atividades realizadas compreendem: visitas de rotina às enfermarias para acompanhamento do processo de internação de pacientes e familiares, principalmente para aqueles que não podem sair do leito, atendimentos individuais ou em grupos nos ambulatórios, segundo o modelo de psicoterapia breve, ou focal, de objetivos limitados, baseada no referencial da Psicanálise. O estágio tem a

duração de um semestre letivo. A implantação do projeto foi iniciada em julho de 2004, junto ao início do segundo semestre letivo deste ano. Ao todo temos aproximadamente três meses de trabalho de campo. Podemos adiantar que, no momento atual, delineamos três eixos de pesquisa, que estão sendo formalizados em três projetos: (1) Projeto sobre a atuação do psicólogo em Programa de Tratamento de Diabetes para crianças, adolescentes e seus familiares em contexto hospitalar; (2) Projeto sobre a atuação do psicólogo em Unidades de Tratamento Intensivo para recém-nascidos; (3) Projeto sobre a atuação do psicólogo no período pré e pós cirúrgico em enfermarias pediátricas. Esperamos divulgar informações concretas de pesquisa a partir do próximo semestre.

Palavras chave: Hospitalar, Psicologia, Intervenção

A PARASITOLOGIA NA SAUDE AMBIENTAL

Alejandro Vexenat e Clarice de Carvalho Lino - Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Biomedicina
Centro Universitário de Brasília

O simples resultado de um exame de fezes constitui indicadores extremamente sensíveis, diretamente relacionados não somente com meio ambiente, onde cada indivíduo vive também com percursos ou trajetórias por ele executadas. Por outro lado, podemos ter um raio-x fiel da dieta alimentar rotineira, como alguma outra, eventualmente realizada. Este resumo trás à tona a grande importância do conhecimento, não somente de parasitas intestinais, como também de outros, (ectoparasitos, parasitas cavitários, parasitas teciduais e /ou sanguíneos). Este grande campo parasitológico relacionado diariamente com o ser humano e outros seres vivos fornece, na área de saúde, um fiel reflexo do dia-a-dia de cada indivíduo. Assim, os piolhos (*Pediculus sp*. e *Phythyrus pubis*), que indicam ter tido contato íntimo com o portador dos mesmos ou um bicho de pé (*Tunga penetrans*) é um sinal de alguém que esteve em uma área com criação de porcos ou próximo da mesma. De outro lado, podemos reconhecer a tendência alimentar (carne crua ou mau passada) de indivíduos com *Taenia solium ou T.saginata*. A presença de parasitas do gênero *Plasmodium* (agente etiológico da Malária) implica a permanência por algum espaço de tempo, do indivíduo infectado, em um local próximo a uma vegetação de mata atlântica, mata ciliar ou floresta onde existia evidentemente uma fonte humana de infecção. O *Toxoplasma gondii,* que inicialmente pode nos levar a pensar em um indivíduo com uma certa intimidade com felinos, poderia talvez ter adquirido o parasita em locais contaminados com fezes ou sujeiras das patas de pombos (aves cosmopolitas consideradas pragas). A tricomoníase, sendo a doença onde a vitima é a mulher, (sintomática), trás como vingança o reconhecimento por parte da vítima do vilão assintomático, (o homem). Em resumo, por incrível que pareça, ao depararmos com resultados parasitológicos de fezes, onde figuram nomes muito conhecidos entre nós, (ovos de Ascaris, cistos de Ameba, cistos de Giárdia), isto indica fielmente um fato real

incontestável: estamos consumindo direta ou indiretamente, todos os dias, fezes humanas, já que a única fonte de infestação destes parasitas está nas fezes humanas. Indo um pouco mais além, sabe-se que Brasília e o Entorno possui altos índices de Cistircercose cerebral, cujos portadores são indiscutivelmente pessoas que ingeriram ovos de *Taenia solium*, que somente poderiam ter vindo das fezes humanas.

Uma força tarefa com a finalidade de minimizar estes resultados é evidentemente ter como principal ferramenta a higiene pessoal dos locais por onde perambulamos e a higiene alimentar em nosso cotidiano, já que se bem podemos cuidar da higiene alimentar e pessoal, é muito difícil pensar que exista uma higiene em todos os locais, nos ambientes que percorremos diariamente e, principalmente, em banheiros de uso público onde, um mesmo utensílios de limpeza (pano de chão) compartilha obrigações de uso, entre o vaso, o chão, a torneira da pia do lavabo, maçanetas e espelho. O que fazer? punir? educar? Denunciar?, ou simplesmente ignorar e calar enquanto ingerimos indiretamente nossas fezes!

ADOTE UMA NASCENTE

Luiz Carlos Buriti Pereira , luiz052878@ceub.br – Faculdade de Ciências da Educação Geografia. Coordenadora: Vandete Inês Maldaner SEMARH/DF, vimaldaner@hotmail.com, Equipe de Monitores e Coodenadores do Projeto: Rafael Wasowski Aguiar - Geografia, Venícius Juvêncio de Miranda Mendes - Geografia
Equipe Permanente de Aluno e, Colaboradores do Projeto: Alan de Araújo Botelho, Alex Barros de Brito, Aline Soares dos Santos, Ana Cristina Ferreira de Carvalho, Bruno Mateus da Silva e Silva, Carlos Eiti Natsume Moriya, Edivaldo Lima de Souza, Francesco Saporito Junior, Gleyce Candida de Meireles, Guilherme Carneiro Pereira, Guilherme Lucas de Lacerda Oliveira, Ione de Souza Alves, Kleber Vilela Sakayo, Leonardo Socorro da Silva, Luciana Sofal Mendes, Paulo Henrique Pessoa Couto, Suzana Kryszczun, Yara da Silva Farias, Samantha Spina Pitel.

Introdução e Justificativa

Localizado no Planalto Central brasileiro, o Distrito Federal ocupa uma área de 5814 Km², com altitude de 1100m acima do nível do mar, sendo o divisor de 3 importantes bacias hidrográficas brasileiras: São Francisco, Paraná e Tocantins. Esta situação peculiar proporciona uma rede de drenagem constituída por rios e cabeceiras com um volume relativamente baixo de água e vulnerável a contaminação.

No planejamento da nova capital as estimativas de crescimento apontavam para uma população de 500 mil habitantes e um consumo médio de água de 400 litros diários por pessoa. Atualmente, entretanto, vivem no Distrito Federal em torno de 2 milhões de pessoas e segundo pesquisa realizada pelo Ibope para o WWF-Brasil, existem regiões onde o consumo chega a atingir 1000 litros por habitante/dia.

O aumento demográfico acentuado e desordenado, somado a uma baixa oferta hídrica e ao desperdício, tem provocado falta de água e conflitos de uso na região. Sabendo dessa realidade a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito

Federal lançou em outubro de 2001 o ADOTE UMA NASCENTE, que muito vem contribuindo com a qualidade e disponibilidade de água no DF. O presente projeto visa à ampliação das parcerias do Programa através da participação e treinamento dos alunos dos cursos de Geografia e de Biologia do UNICEUB.

Atualmente, o Programa conta com um banco de dados periodicamente atualizado, constituído por mais de 100 nascentes cadastradas, adotadas e em fase de adoção. Neste cadastro, têm-se informações colhidas em campo, como o monitoramento da qualidade da água, caracterização dos meios biótico e físico além das interferências antrópicas na região. Estas informações podem contribuir muito com o embasamento das atividades de campo e práticas educativas, bem como na promoção de uma visão holística dos diversos conteúdos que compõem os cursos de Geografia e de Biologia e das abordagens possíveis de serem trabalhadas nestas disciplinas, proporcionando uma aproximação das aulas teóricas com a realidade.

O projeto tem como objetivo geral a identificação, o cadastramento e o monitoramento de 10 nascentes indicadas pela SEMARH na Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá com vistas à sua recuperação e preservação, contando com a participação de alunos dos cursos de Geografia e de Biologia do UNICEUB. Além desse, se espera que outros objetivos também sejam alcançados, como a disponibilização das informações sobre a proteção e a recuperação das fitofisionomias do Cerrado, o desenvolvimento de pesquisas ligadas à preservação dos recursos hídricos do Distrito Federal e a capacitação dos alunos dos cursos de Geografia e de Biologia na área de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos. No decorrer da parceria, serão produzidos relatórios analíticos de pesquisa, artigos e textos a serem expostos e debatidos em conjunto com o corpo docente e os alunos e ao final da parceria, será produzido um CD rom com os resultados obtidos.

Metodologia

Para que as atividades de identificação, cadastramento e monitoramento das nascentes indicadas pela SEMARH, sejam viabilizadas, o UNICEUB é responsável pela aquisição do material necessário para as atividades de campo, em contrapartida, coube à SEMARH a capacitação teórica e prática dos alunos, já em andamento. Esta capacitação

objetiva levar os alunos a familiarizar-se com a metodologia do Programa Adote uma Nascente na SEMARH.

Dentre as etapas do Programa que serão realizadas pelos alunos, destacam-se:

1. Vistoria técnica às nascentes onde são levantados:

- Parâmetros físico/químico/biológicos da água (temperatura, pH – potencial hidrogeniônico, DBO – Demanda Biológica de Oxigênio, OD – Oxigênio Dissolvido, fosfato, nitrato e coliformes) utilizando-se um kit simplificado de monitoramento da qualidade da água;
- Coordenadas geográficas;
- Caracterização do meio biótico da área (fotofisionomia do Cerrado, identificação das principais espécies de fauna e flora presentes, avaliação das condições de preservação da área);
- Caracterização do meio físico da área (tipo de solo, granulometria do solo, declividade do terreno, chuvas, insolação, etc);
- Interferência antrópica na área (presença de impactos como lixões, agricultura, criação de animais, edificações, indústrias, etc):
- Destinação da propriedade onde a nascente está localizada (se a área é particular ou pública, se é urbana ou rural, se existe a criação de animais domésticos, agricultura, ecoturismo, etc);

2. Elaboração do parecer técnico com a indicação das ações que deverão ser implementadas pelo adotante na área. Dentre estas ações propostas, pode-se destacar:

- Delimitação da Área de Preservação Permanente (APP) da nascente;
- Sinalização da Área utilizando placa informativa e educativa;
- Demarcação das Trilhas de Acesso;
- Identificação das principais espécies vegetais da Área;
- Recuperação de Área Alterada;
- Manutenção da Área;
- Programação e implantação de atividades de Educação Ambiental;
- Apadrinhamento (o Padrinho/Madrinha é um voluntário disposto a financiar as ações de recuperação e manutenção das nascentes já adotadas);

- Divulgação do Programa.

3. Monitoramento das nascentes e identificação da implementação das ações propostas.

Palavras-chave: Nascentes, Recursos Hídricos, Proteção Ambiental.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA

Carla Tavares de Moraes Sarmento - Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Nutrição
carlasarmento@globo.com

INTRODUÇÃO - A alimentação e nutrição constituem requisitos básicos para a proteção da saúde, possibilitando o pleno potencial de crescimento e desenvolvimento humano**,** com qualidade de vida e cidadania. Com base nessa afirmativa a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1999) aponta como diretrizes a promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, o monitoramento da situação alimentar e nutricional, a prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e o desenvolvimento e capacitação de recursos humanos.

As estratégias para o alcance de uma alimentação saudável se baseiam principalmente em razão da grande prevalência de sobrepeso e obesidade, associada ao crescimento das doenças crônicas não transmissíveis que aparece atualmente como um dos principais problemas epidemiológicos e estão intimamente relacionados com a alimentação. A Educação nutricional representa uma importante estratégia direcionada para este fim e faz parte das ações do nutricionista em todos os campos de atuação. Um dos desafios de hoje, nesta área, é o investimento na formação de profissionais de saúde com preparo para assumir atividades educativas, onde as ciências da nutrição e humanas se complementam para o desenvolvimento de métodos de abordagem dos problemas relacionados à alimentação. **JUSTIFICATIVA** - A Organização Mundial de Saúde considera a escola uma importante oportunidade para a promoção da saúde, não só como provedora de conhecimentos, mas também um local estratégico para prática de estilos de vida saudáveis, como a alimentação saudável e prática de atividade física. Dessa forma, o Colégio CEUB, no seu conjunto de docentes, discentes, pais e profissionais ligados à alimentação dentro da escola, formam um grupo com importante potencial para provisão de informação sobre alimentação saudável e sua prática. Quanto ao curso de Nutrição do UniCEUB, os alunos, ao longo do curso, são qualificados para desenvolver ações de promoção de hábitos alimentares saudáveis com supervisão do professor. **OBJETIVOS** -

Este projeto pretende proporcionar aos alunos do curso de nutrição a aplicação dos conhecimentos referentes à alimentação saudável e desenvolver, junto aos alunos do colégio CEUB, conceitos e práticas de uma educação nutricional continuada. **AÇÕES DESENVOLVIDAS** – Até o momento as principais ações realizadas foram: preparo de material educativo com jogos e brincadeiras sobre o tema alimentação saudável para os alunos de 1ª. à 5ª. série; avaliação do lanche consumido pelas crianças de 1ª. à 4ª. série e elaboração de carta aos pais a respeito desses lanches e a importância de escolhas mais saudáveis; atividade na escola: "Tempo de Saúde"; elaboração de planos de aulas sobre alimentação saudável para os alunos de 6ª. à 8ª. série pelos alunos do curso de nutrição; atividades práticas desenvolvidas no laboratório de Técnica Dietética do UniCEUB para todos os alunos do ensino fundamental; elaboração de cardápios e preparo de lanches saudáveis pelos alunos de 6ª. e 7ª. série baseado nos conceitos adquiridos nas aulas; avaliação da ação dos alunos da faculdade após cada atividade realizada; participação na Feira de Ciências para avaliação dos trabalhos realizados pelos alunos do colégio. **RESULTADOS** - Para os alunos do curso de nutrição os principais resultados alcançados foram: aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no curso, e dessa maneira, o desenvolvimento da capacitação dos futuros profissionais; oportunidade de identificar suas próprias habilidades e praticar conceitos teóricos de nutrição; oportunidade de vivenciar as dificuldades de realizar atividades com alunos de diferentes faixas etárias; aperfeiçoamento do trabalho em equipe e situações de liderança. Para os alunos do Colégio CEUB podem ser destacados os seguintes resultados: aprofundamento dos temas nutrição / alimentação e sua prática, visto que eles já têm contato com estes conceitos na escola; a constatação de crianças e adolescentes com maior interesse pelos hábitos alimentares mais saudáveis; o despertar da criatividade para elaborar cardápios e lanches adequados; maior participação do corpo docente do colégio, reforçando os conceitos no dia a dia. Cabe ainda ressaltar que a experiência de levar o tema "Alimentação Saudável" para o ensino fundamental, de forma continuada, representou um avanço importante para o crescimento das atividades desenvolvidas pela Faculdade de Nutrição junto à comunidade e alunos. **PERSPECTIVAS FUTURAS** - Este projeto tem o objetivo de realizar continuamente a educação nutricional no Colégio CEUB entre alunos (inclusive do ensino médio), professores, responsáveis por cantinas e pais. Nas próximas atividades

realizadas pelos alunos da faculdade, deveremos ter, como público-alvo, os pais dos alunos do colégio, esperando, como resultado, um amadurecimento maior em relação à educação alimentar. Outra atividade importante a ser desenvolvida será a aproximação com os responsáveis pela cantina escolar com o propósito de melhorar a qualidade do lanche servido.

Palavras-chave: alimentação saudável – nutrição – educação nutricional

DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO EM *SOFTWARE* LIVRE DE UM SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE IMAGENS DE SENSORIAMENTO REMOTO

Prof. MsC Miguel Archanjo Bacellar Goes Telles Junior
Faculdade de Ciências Exatas e de Tecnologia - FAET
Ciência da Computação
miguel045243@ceub.br

A pesquisa na área de fusão de imagens de sensoriamento remoto visa desenvolver e implementar algoritmos de processamento de imagens, em particular aqueles relacionados à fusão de imagens, em uma plataforma livre, i.e aquela onde tanto o ambiente de desenvolvimento da aplicação como o ambiente operacional sejam isento de custos e onde a manutenção colaborativa é realizada de forma colaborativa.

O uso de imagens de sensoriamento remoto nas mais diversas áreas do conhecimento humano é uma realidade. A diversidade de sensores orbitais e aerotransportados apresenta inúmeras possibilidades, em termos dos tipos de sensores, resolução espacial, intervalos espectrais etc.

A grande variedade de sensores e de resoluções espaciais levou a necessidade de combinar suas imagens, nos mais diversos comprimentos de onda e resoluções, a fim de permitir o realce de feições, a melhor interpretação e análises espaciais, espectrais e temporais, para os mais diversos fins. A fusão de imagens tem grande aplicação em várias áreas do conhecimento: como defesa, Geologia, meio ambiente, agricultura, Geofísica entre outros. Utilizando um conjunto de técnicas conhecidas como fusão, que estão contidas no processamento digital de imagens – PDI, e seu objetivo é reunir em um produto sintético qualidades espaciais de uma imagem, seus detalhes e qualidades espectrais de outra imagem as suas cores.

A necessidade do monitoramento ambiental, dos recursos naturais e da ocupação do solo em seus diversos níveis, nos leva a buscar novas ferramentas computacionais, que possibilitem executar um melhor monitoramento dos recursos e da ocupação dos espaços. O avanço tecnológico, sempre crescente, na área dos sensores

orbitais e aerotransportados que operam do espectro eletromagnético visível ao de microondas, proporcionam informações cada vez mais precisas, ricas em detalhes e independentes de condição climática, no caso dos sensores que operam em microondas, já que estes sensores, possuem características distintas dos sensores óticos, que nos permitem um monitoramento constante.

O objetivo deste trabalho é apresentar os primeiros resultados alcançados pela pesquisa. Ela está sendo desenvolvida em duas vertentes que são a busca por um a ferramenta de desenvolvimento livre e o desenvolvimento e implementação de uma ferramenta de processamento de imagens em linguagem C/C++.

A primeira refere-se à busca de um ambiente de desenvolvimento de programas em linguagem C/C++ que seja livre de custo de licenças e cuja distribuição seja gratuita. Além da ferramenta de desenvolvimento busca-se um conjunto de bibliotecas de suportem os diferentes formatos de arquivos de imagens existentes e utilizados em Sensoriamento Remoto como: tif, geotiff, hdf, img, etc.

A fim de implementar e testar algoritmos de processamento de imagens está sendo desenvolvido em linguagem C/C++, em ambiente de desenvolvimento não livre, um aplicativo de processamento de imagens destinado à fusão de imagens de sensoriamento. Junto com esse desenvolvimento está sendo testada uma biblioteca de funções específicas para arquivos gráficos, desenvolvido pelo Grupo de Tecnologia em Computação Gráfica – Tecgraf do Departamento de Informática da PUC/RJ.

O algoritmo e o método desenvolvido para a fusão de imagens de sensoriamento remoto de diferentes satélites e sensores já foram testados com sucesso. Atualmente encontra-se em andamento a redação de três artigos científicos relacionados com o tema deste projeto.

Palavras-chave: sensoriamento remoto, fusão de imagens, *wavelet*.

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

BRANCO, M. V; JÁCOME, M. Q. D; PACHECO, F. T. - Faculdade de Ciências da Saúde - FACS

Psicologia

magda.vercosa@uniceub.br

O Projeto de Educação para Saúde é um projeto de extensão ligado ao curso de psicologia do Centro Universitário de Brasília – Uniceub que visa a realização de atividades de educação em saúde para a comunidade de Brasília, por meio da aplicação de instrumentos didáticos pedagógicos (jogos, discos compactos, palestras, dinâmicas, cartilhas, folders, etc.)confeccionados e aplicados pelos alunos do curso em questão e dos professores responsáveis pelo mesmo. Para construção e aplicação destes materiais, os graduandos são orientados pela seguinte metodologia: levantamento do problema em relação ao assunto diabetes e hormônios sexuais, estimulação das habilidades e competências, revisão da literatura, execução e aplicação do projeto e análise dos resultados.

As atividades realizadas deste projeto estão direcionadas à prevenção e tratamento do diabetes em crianças, adultos e idosos, assim como a transmissão do conhecimento das ações dos hormônios sexuais nas diversas fases da vida dos indivíduos. Estas ações possibilitam à atuação na área de psicologia comunitária aplicada á saúde e são executadas em escolas publicas e privadas, hospitais, creches, igrejas, postos de saúde, ruas, associações diversas e também a produção científica (participação em congressos e periódicos) de todos os envolvidos com o projeto.

Neste ano (2004) o projeto já atendeu cerca de 500 pessoas em atividades diversas, destacando-se o fechamento do convênio com, a Comissaria Área de Brasília-CAB, (participação de 50 funcionários), Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Distrito Federal em parceria com o Projeto Reminiscência aplicado na cidade de Ceilândia, Hospital Materno Infantil de Brasília-HMIB e Hospital Universitário de Brasília – HUB. Destaca-se a publicação do artigo: Modelo para prevenção e, saúde: brincando com o Diabetes na revista Diabetes Clinica, Jornal Multidisciplinar do Diabetes e das Patologias Clinicas volume 8,número 3, 2004 e a participação no II Congresso Uniceub de Ciências

da Saúde, além da parceria com outros projetos de saúde do cuso de psicologia, também foram atividades do ano de 2004.

O Projeto Educação para Saúde realiza atividades desde 1998 com profissionais das áreas de educação, medicina, nutrição, enfermagem e outras ligadas a projetos sociais. Estes não somente abrem as portas para os trabalhos dos alunos como solicitam e orientam modelos específicos para atender as suas necessidades favorecendo assim o desenvolvimento profissional, pois os alunos aprendem na prática.

Esse programa de extensão tem gerado o aprendizado na pesquisa, a busca do desenvolvimento de assuntos pertinentes a Hormônios Sexuais e Diabetes Mellitus na produção das monografias e a possibilidade da realização de trabalhos voluntários.

Todos estes fatos têm contribuído para a continuidade da credibilidade desta tradicional Instituição de Ensino Superior junto à comunidade do Distrito Federal, pois é crescente a procura de convênios de instituições públicas e privadas com os alunos e professores que estão desenvolvendo ações neste projeto.

A proposta da participação de profissionais e alunos de psicologia na área de saúde propicia uma visão do ser humano como organismo unificado constituído pela interligação do psiquismo, corpo e emoções. Tal fato torna este estudo contemporâneo nas ações de educação em saúde, pois proporcionarão aos sujeitos participantes a necessária mudança de atitude para alcançar a saúde física e mental.

Palavras chave: Educação, Saúde e Psicologia.

GRUPO DE APOIO E FORMAÇÃO PARA O AUTOCUIDADO EM DIABETE

Orientador: Fernando González Rey; Endocrinologista responsável: Marília Fleury; Bomfim, Jamille; Castro, Fernanda; Chater, Giselle; Farias, Alessandra; Martins, Hellen; Reis, Clarissa; Scafuto, Bruna - Faculdade de Ciências da Saúde
Psicologia
gonzalez_rey49@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como proposta esclarecer os portadores de diabetes e suas famílias ou cuidadores sobre a importância da manutenção da saúde, controle da glicemia e prevenção de possíveis complicações, ressaltando aspectos psicológicos, sociais, subjetivos, orgânicos, as possíveis resistências à adesão ao tratamento e ainda o mito do trauma e estigma social do diabetes tipo II. Para isso, foi desenvolvido um trabalho multidisciplinar com profissionais das áreas de Endocrinologia, Enfermagem, Nutrição e Psicologia, a fim de propiciar ao grupo de diabéticos do Centro de Saúde da 508 Sul uma visão holística da sua condição de saúde.

Vale ressaltar que as estagiárias de Psicologia receberam orientação e supervisão de um profissional da Psicologia da Saúde.

O encontro acontecia uma vez por semana, onde se discutiam questões como alimentação, atividade física, glicose, medicamentos, cuidados com os pés e possíveis complicações futuras. As dinâmicas realizadas pelas estagiárias de Psicologia tinham por objetivo promover integração grupal, formação de vínculos, confiança, comunicação, autoconhecimento, autopercepção, introspecção, sociabilização, troca de experiências, espírito de equipe e respeito às diferenças individuais.

O trabalho interdisciplinar atingiu resultados importantes, uma vez que teve alcance sobre vários aspectos do diabetes. A intenção desse trabalho foi de que o paciente tomasse conhecimento de sua doença de uma forma informativa e que promovesse conscientização e reflexão, em vez de punição e amedrontamento. O apoio do grupo mostrou-se extremamente eficaz, pois dessa forma, os sentimentos foram trabalhados no coletivo, tornando-se terapêutico. Então, questões como mudança de hábitos, melhores controles da glicemia e maior adesão ao tratamento, tornaram-se muito importantes, com muito mais aceitação e menos resistência e rebeldia.

Para os estudantes, ficou muito claro que o reducionismo psicológico, ou reducionismo biomédico seja ele qual for, acaba por limitar a atuação dos profissionais. As estudantes perceberam que ameaças e punições tornam ainda mais difícil a aceitação da doença, e os futuros grupos que tenham interesse em atuar na área de saúde devem estar atentos a essas questões.

A comunidade também se privilegiou. De maneira que foi bastante oportuna a participação no grupo, para a desmistificação da doença, o que contribuiu para uma visão crítica a questões do senso comum, que sobressaem à realidade. Por meio da educação efetiva, os diabéticos buscaram novos sentidos para seu tratamento, priorizando a qualidade de vida por meio de mudanças de hábitos.

Acredita-se que a forma como o paciente “olha para o seu diabetes” ou outra doença qualquer, é um fator que pode contribuir para que ele supere suas dificuldades e que não faça o caminho inverso, dificultando ainda mais a adesão ao tratamento. Por se tratar de uma doença crônica, questões emocionais podem afetar a boa adaptação do paciente em relação à patologia. E por isso este trabalho tem o intuito de ampliar o estágio, dando continuidade com o grupo, fazendo intervenções de caráter psicológico, com a supervisão de um psicólogo.

Os atendimentos deverão ser feitos em grupo e, posteriormente, de forma individual, dependendo da dificuldade e da gravidade de cada caso. No entanto, este é um projeto que ainda está sendo negociado com o UniCeub, sendo que os dias, horário e local ainda não estão determinados.

Palavras-chave: diabetes, interdisciplinaridade, tratamento.

INTERVENÇOES SOCIO EDUCATIVAS NA SAUDE, EM UMA POPULAÇAO DE CATADORES DE LIXO

Professores orientadores: Nílvia Jacqueline R. Linhares, Alejandro Vexenat e Myrian Castilho. Alunos Participantes: Bruna Almeida, Carolina Lopes, Carolina Oliveira, Clarissa Ribeiro, Clarisse Brito, Cristilane Feitosa ,Dayana Assis, Diogo Vieira, Fabiana Alves, Gabriela Nascimento, Isabel Tonzetti, Joenice Nunes, Jose C. de Sacramento, Maria Dinair Silva, Mariana Baião, Maria Rosangela Silva, Reno Guerra, Sandrineia Lopes, Tatiana Martinelli, Vanessa Vieira.

Faculdade de Ciências da Saúde

Enfermagem

O Plano Piloto possui aproximadamente dois milhões de habitantes, (IBGE / 2000). Cada habitante produz, em média, 1,5 quilo / lixo / dia, (3.000 toneladas . O SLU (Serviço de Limpeza Urbana) coleta atualmente, 1000 toneladas / dia, por meio de caminhões caçambas, que após a pesagem, são recicladas apenas 100 toneladas. O restante vá para lixões mantidos pelos serviços públicos nas cidades do Entorno. Podemos então, deduzir que aproximadamente, 1.900 toneladas de lixo deixam de ser recolhidas no Plano Piloto diariamente, o qual se transformam em fonte de atração de inúmeros catadores de lixo, que perambulam pela cidade com carroças de tração animal ou humana alem de servirem de refúgio de roedores e atrativos de moscas, principalmente na presencia de lixo orgânico. Terrenos desocupados passam a servir de estocagem de lixo para posterior seleção e venda.

Em sua maioria, estes catadores de lixo possuem moradia própria (cidades do entorno), vivem, durante o dia, em barracos de lona, construídos dentro dos lixões, mantém uma falsa máscara de pobreza e fome durante a semana, sacrificam as crianças, que perdem parte da infância em troca de uma vida nômade, expostas a situações eventuais de falta de saneamento básico e riscos de contaminações diversas, relacionadas com saúde publica.

A análise preliminar dos dados demográficos obtidos(Lixão / 911 norte) mostrou que estamos em presença de uma comunidade, (30 a 52 adultos e 17 a 22 crianças), estritamente nômade, onde as precárias moradias fabricadas com papelão e entulhos de

lixo variam de acordo com o dia da semana e até a hora do dia, já que estas moradias são construídas, de acordo com a quantidade, característica, importância e local onde o lixo foi depositado. Em uma total de 56 amostras de fezes, coletadas aleatoriamente e examinadas, verificou-se predominantemente a presencia de *Ascaris lumbricoides* em adultos e *Entamoeba coli* em crianças, não em tanto, em nenhuma amostra foi encontrado cistos de *Giárdia lamblia*, muito comum em crianças de classe media alta em Brasília. Também foram encontrados ovos de *Trichiuris trichura*, e ovos de *Hymenolepis nana em* 4% das amostras de fezes de crianças.

LABORATÓRIO VIRTUAL DE FÍSICA

Prof. MsC Antonio Carlos de Souza Alves
Faculdade de Ciências Exatas e de Tecnologia - FAET
Ciência Da Computação
ac@voce.tk

A proposta do trabalho foi a implementação de um laboratório virtual de física. Este laboratório consiste num aplicativo que emule as leis de física de forma gráfica. Ou seja, o aluno pode realizar uma experiência utilizando um dispositivo eletrônico e obtém como resposta um comportamento graficamente compatível com a realidade, caso o experimento fosse realizado no mundo real.

Inicialmente, visava-se à implementação do projeto em microcomputador PC na linguagem Java. com a evolução dos trabalhos para pequenos dispositivos eletrônicos, ou mais objetivamente, *handhelds* e telefones celulares.

O foco em *handheld* se deve ao baixo custo destes equipamentos quando comparado ao custo de aquisição de um microcomputador. Já o direcionamento para telefone celular se deve ao fatos de os alunos do UniCEUB, na sua grande maioria, serem possuidores de celulares, e de a evolução destes aparelhos estar aumentando a disponibilidade de equipamentos que processam Java. Desta forma, a proposta de executar experiência em física de forma virtual num telefone celular permite o prolongamento do ensino muito além das salas de aulas.

A decisão da equipe foi reforçada por reportagem recente na revista Veja de 6 de outubro de 2004, a qual relata que, no país inteiro, o número de linhas de celulares soma 57 milhões, num total de 32 milhões de usuários ativos. A mesma revista destaca que o usuário brasileiro troca de celular a cada ano e oito meses o que implica o surgimento de um grande quantitativo de alunos com capacidade de utilizar o laboratório virtual.

O primeiro obstáculo a ser vencido na simulação de leis de física numa realidade virtual é a formulação de modelos que representem a realidade. Os modelos podem ser classificados em dois tipos de acordo com o nível de abstração. No primeiro nível temos a formulação de modelos puramente baseados nas leis da física. Um limitador que se adotou nessa primeira implementação do laboratório de física virtual foi restringir a simulação a algumas leis da mecânica Newtoniana. Esta restrição se deve a enorme abrangência da física em diversos campos do conhecimento, o que tomaria um tempo demasiado no cronograma disponível de execução desta fase, ou seja, um semestre letivo.

O segundo nível de abstração que merece nossas considerações é a transposição do modelo puramente físico para uma representação no dispositivo eletrônico escolhido, no caso em questão, telefones celulares e *handheld*. Este modelo esbarra em dois grandes limitadores: a linguagem utilizada e os modelos matemáticos adotados.

Quando se iniciou o estudo mais aprofundado da linguagem Java, surgiram decisões de implementação que nos levaram a migrar diretamente para o Java Micro Edition, abandonando completamente a plataforma PC para processamento.

A adoção do Java Micro Edition obrigou-nos a escolher um ambiente de desenvolvimento que emulasse tanto *handhelds* quanto telefones celulares. O ambiente escolhido foi o Eclipse e, através da Internet, foram localizados os *plugins* que permitissem seu uso.

A segunda principal implicação no uso do Java Micro Edition foi uma limitação no tratamento de números de ponto flutuante. A falta deste tipo na linguagem obrigou a pesquisa na busca de classes de domínio público de ponto flutuante que utilizassem números inteiros para armazenamento. O resultado da pesquisa levou-nos a classe Math-FP. A partir das experiências executadas com esta classe foi possível a equipe desenvolver uma classe própria contendo as principais operações de ponto flutuante.

Resolvido o ferramental necessário para implementar o modelo matemático, passou-se a pesquisar formas que permitissem a operação de rotação e translação dentre outras necessidades para representação de movimento.

Atualmente o trabalho da equipe se encontra na fase de estudo e implementação dos algoritmos que permitam a movimentação de partículas. Em seguida serão implementadas classes que representem leis de física. Finalmente, após o desenvolvimento destas classes, será possível implementar as primeiras experiências de física.

Palavras-chave: física, J2ME, álgebra linear.

O IMPACTO DO CÂNCER EM PACIENTES ATENDIDOS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – HUB

LEÃO, S.S.L.S. & SILVA, G.F.
UniCEUB, Brasília-DF
emails: giselle_fatima@hotmail.com
sandra_leao@terra.com.br

No imaginário social, o câncer é muitas vezes associado à morte. O estigma e o preconceito que os pacientes sofrem são imensos, contudo, cabe aos profissionais da saúde, particularmente aos psicólogos desmistificarem crenças errôneas, facilitando uma nova ressignificação da doença.

Desde agosto de 2004 que as pesquisadoras vêm acompanhando pacientes adultos portadores de neoplasia no HUB. Os encontros acontecem na sala de espera (às pacientes que consultarão com a mastologista) e nas sessões de quimioterapia. A partir dessas experiências, surgiu o interesse em analisar como se dá o impacto do câncer no paciente, uma vez que tal doença é permeada de conotações negativas.

A presente pesquisa está pautada no referencial epistemológico qualitativo desenvolvido pelo professor Fernando Rey, que afirma que o conhecimento é desenvolvido num processo construtivo interpretativo, em que o pesquisador enquanto sujeito deste processo participa ativamente, procurando entender o fenômeno que está pesquisando; esse processo é sempre contínuo, o conhecimento não é resultado apenas de uma coleta de dados, é constituído a partir de um processo sócio-histórico-cultural. Não se busca uma verdade a priori, o que ocorre é a construção de novas narrativas nas trocas estabelecidas entre pesquisador e o sujeito participante da pesquisa.

O objetivo não é chegar a uma verdade final, mas sim produzir conhecimentos e levantar indagações sobre o assunto estudado. Segundo Fernando Rey, na metodologia qualitativa, o pesquisador vai tecendo linhas de informação. O interesse é de como a informação é produzida. Portanto a pesquisa não é um processo de classificação, mas um processo de produção de conhecimento.

Até o presente momento verificamos que o impacto do câncer nos pacientes não é linear, é um processo determinado por diversos fatores: emocionais, culturais, religiosos e da própria história de vida do paciente. Além disso, verificamos que o ambiente hospitalar é um fator que também influencia a forma de enfrentar a doença.

Atualmente existem alguns projetos de acompanhamento psicossocial aos pacientes com câncer desenvolvidos pela Associação de Voluntários do HUB, do Setor de Psicologia e Assistência Social. Assim, mediante as entrevistas, foi possível verificar um ganho terapêutico por parte dos pacientes. Um depoimento de um paciente elucida essa análise: “esse hospital é um milagre”.

É nesse âmbito que verificamos a importância da psico-oncologia, que surgiu a partir da necessidade do apoio psicológico ao paciente portador de câncer, seus familiares e também da equipe que o acompanha. Dentre outras coisas a psico-oncologia visa uma melhor compreensão da doença e de formas para lidar com ela, são utilizados conhecimentos educacionais, profissionais e metodológicos, sempre focando na melhoria de qualidade de vida e o enfrentamento da doença.

A Psico-oncologia abrange várias tarefas, mas sem dúvida que ajudar o paciente a pensar sua própria vida e refletir sobre a enfermidade, é talvez a mais significativa uma vez que facilita a implicação do sujeito no processo de enfrentamento da doença. A forma como o paciente vai enfrentar o diagnóstico é absolutamente singular. Cada paciente é único, tem uma história de vida diferenciada e, portanto, compreende a doença com diferentes significados.

O psico-oncologista vai promover condições para que o paciente portador de câncer consiga lidar com as emoções, buscando ter uma atitude ativa, direta e participativa em relação à própria enfermidade, ou seja, levar o paciente a um melhor enfrentamento da doença para assim conseguir uma melhor qualidade de vida. Reconhecer a pessoa como individualidade intransferível de sentidos, ajuda o próprio paciente a perceber suas possibilidades de liberdade – de pensamentos inclusive – o compromisso consigo mesmo aumenta e até a cura torna-se possível.

Com esse projeto de pesquisa, procuramos compreender em quais dimensões o significado da doença está associado à questão da subjetividade: o que faz com que alguns pacientes resolvam enfrentar a doença, o tratamento, superando a dor e

vencendo o câncer; enquanto outros – consciente ou inconscientemente – preferem abandonar a luta e desistir da vida. O que faz com que experiências tão semelhantes adquiram sentido e significação tão diversas, às vezes até mesmo opostas, quando experienciadas por pessoas diferentes.

Um dos piores aspectos das doenças crônicas que são associadas com a morte no imaginário social é a ruptura da identidade do paciente que com freqüência rompe com as atividades, interesses e projetos que faziam parte da vida antes da doença, perdendo assim sentido para viver.

Estes processos que acontecem na subjetividade individual estão definidos pela forma que toma a doença na subjetividade social, na produção de representações e discursos que colocam as pessoas afetadas por essas doenças como próximas da morte e totalmente limitadas nas suas possibilidades vitais.

Assim, a presença da equipe multidisciplinar de saúde, sobretudo dos psicólogos, têm a tarefa de apoiar os pacientes, para que esses possam vislumbrar a experiência do adoecimento como uma possibilidade de renascimento, início de uma nova vida, mais significativa e plena.

Palavras-chave: Pesquisa qualitativa, Psico-oncologia, Subjetividade Individual e Social.

PROJETO ORÉADES

Professora Inês

Coordenador Geral do Projeto: Prof. Francisco Chagas Barradas, francisco.barradas@bcb.gov.br – Curso de Geografia, Faculdade de Ciências da Educação/FACE. Integrantes: Prof. Antônio Ribeiro da Silva – Curso de Geografia; Prof. Deusdedith Alves Rocha Júnior – Curso de História; Prof.a Regina Coelly Fernandes Saraiva – Curso de História, Faculdade de Ciências da Educação/FACE; Prof.a Maria Elisabete Mamede Costa – Curso de Biologia, Faculdade de Ciências da Saúde/FACS, Monitores: Rafael Wasowski Aguiar e Venícius Juvêncio de Miranda Mendes – Curso de Geografia, Faculdade de Ciências da Educação/FACE.

O Projeto Oréades é uma pesquisa multi e interdisciplinar, envolvendo professores, monitores e alunos dos cursos de Geografia, História, Biologia e Turismo, juntamente com alunos e moradores do vilarejo São Jorge, Município de Alto Paraíso, no estado de Goiás. Um de seus objetivos é a pesquisa multi e interdisciplinar com a divulgação dos resultados e a transformação daquele espaço do Cerrado em Área de Proteção Ambiental ou Reserva Particular de Preservação da Natureza, tendo em vista as grandes pressões ambientais (fogo, agricultura de subsistência, criação de gado, ecoturismo realizado sem acompanhamento e controle) que a região vem sofrendo nos últimos anos. É uma área que está cercada por fazendas que exploram a atividade de criação extensiva de gado. A área ainda guarda vegetação e fauna nativas em sua maior parte. Possui principalmente o predomínio do Cerrado típico, além de Veredas, Matas Galerias, Campos Rupestres, Campos Limpos, importantes áreas de refúgio de fauna.

Objetiva, ainda, orientar programas de gestão ambiental da região, tendo como usuários os moradores, as prefeituras, e as universidades e outras organizações interessadas. Outros objetivos são: contribuir com informações sobre a proteção e a recuperação das fitofisionomias do Cerrado; divulgar informações sobre o Cerrado e a importância da sua preservação; diagnosticar e identificar atributos ambientais do Cerrado, propondo ações que possam ajudar na conservação; desenvolver pesquisas ligadas à preservação e ao estudo do Cerrado; contribuir, de modo geral, para a avaliação do

conhecimento na área do Cerrado; contribuir com levantamentos que venham a auxiliar na identificar plantas e animais.

Entre as atividades e grupos desenvolvidos estão as aulas e pesquisas de campo, realizadas na área da Fazenda Oréades, não excluindo, no entanto, excursões a regiões próximas. Quanto ao trabalho de laboratório, a maior parte da execução é realizada no Jardim Botânico de Brasília-JBB e no Herbário da Universidade de Brasília. As atividades de campo consistem em anotações, coleta de material, análise e identificação de plantas. São feitas coletas de plantas, solo e água em pontos pré-determinados ao longo das estradas e trilhas. Esses trabalhos são filmados e fotografados e também são feitas gravações das entrevistas realizadas com moradores da comunidade. As localizações das áreas de estudo são feitas com GPS, mapas e cartas. Quanto ao trabalho de gabinete, a maior parte da execução é realizada no laboratório de Geografia do UniCEUB, em equipamentos de informática disponibilizados pela instituição. Observações e anotações são efetuadas em cadernetas destinadas para este fim.

O Projeto integra ainda o Núcleo de Estudos Regionais Brasileiros (NERB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Oral (NEHO), ambos desenvolvendo trabalhos interdisciplinares, e conta com apoio das Coordenações dos cursos de Geografia e História.

São os seguintes os produtos e resultados obtidos até o momento:

· Tese de Mestrado em Geografia – Professor Cláudio Tadeu
· Doutorando em História – Professor Deusdedith Alves Rocha Júnior (Zezeu)
· Doutoranda em História – Professora Regina
· Aluno especial de Mestrado em História – Wilson Júnior
· Aluno especial de Mestrado em História – Ricardo Basílio
· Aluna de Geografia participante do PIC UniCEUB – Cláudia Laport
· Produção de um CD-rom identificando as plantas do Cerrado
· Herbário demonstrativo
· Carpoteca
· Produção de textos para uso no curso de Geografia
· Banco de dados – plantas, solo, hidrografia e impactos ambientais

· Convite do IBAMA para um projeto em parceria sobre Educação Ambiental no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e municípios limítrofes.

· Entrevistas com ex-garimpeiros da Chapada dos Veadeiros, visando montar um acervo de fontes orais para pesquisa em História.

No que diz respeito à melhoria do ensino de graduação, são utilizados conceitos e metodologia capazes de permitir a elaboração de relatórios dentro das normas da ABNT, auxiliando os alunos na realização de suas monografias de final de curso. Lida-se com uma abordagem pedagógica que lança mão de recursos como vídeo, fotografia, Internet, o que enriquece a capacitação dos docentes e discentes. O esforço para capacitação foi uma iniciativa do professor da disciplina Biogeografia que disponibilizou um modelo padrão para a apresentação de relatórios, com excelentes resultados. São produzidos textos temáticos para uso didático no curso de Geografia.

Pretende-se desenvolver várias outras ações:

· Organização do I Seminário do Curso de Geografia sobre Plantas do Cerrado, envolvendo alunos do 4º semestre do curso de Geografia;

· Criar premiações para os melhores trabalhos, em função do desenvolvimento na pesquisa;

· Produção de textos pelos integrantes do grupo, com temas diversos da Geografia, para divulgação interna no Curso de Geografia do UniCEUB;

· Produção de relatórios analíticos da pesquisa realizada; artigos a serem debatidos em congressos científicos, em encontros técnicos; associações da sociedade civil, etc;

· Exposição de resultados da pesquisa durante a realização da Semana de História do UniCEUB;

· Publicação de um livro cujo conteúdo contemple as histórias narradas pelos moradores da Vila São Jorge-GO, bem como as análises dos pesquisadores envolvidos;

· Criação de um acervo de História Oral sobre a memória do cerrado vinculado ao Laboratório de História/ Curso de História/FACE;

· Aprimoramento do trabalho de campo realizado pelos professores de História, Geografia e Biologia na Vila São Jorge-GO.

Poderão participar do projeto alunos e professores de instituições de ensino superior, professores da rede de ensino médio e fundamental, técnicos de instituições de

pesquisa, Organizações não-governamentais (ONG's), pessoas da comunidade e instituições ou empresas do setor privado com atuação em pesquisa. A parceria neste projeto é importante, principalmente do que diz respeito a oferecer como também receber material de pesquisa. Desta forma, é do nosso interesse a participação técnica dos Jardins Botânico e Zoológico de Brasília, Universidade de Brasília, bem como da EMBRAPA e do Departamento de Biologia e Botânica da UnB, que poderão colaborar cedendo apoio técnico e logístico necessários à plena realização dos objetivos traçados.

PSICOPATOLOGIA E SAÚDE MENTAL

Tania Inessa Martins de Resende
Faculdade de Ciências da Saúde – Curso de Psicologia
tania@hades.com.br

O projeto **Psicopatologia e Saúde Mental** faz parte do *Centro de Estudos de Psicopatologia e Processos de Subjetivação*, tendo por objetivo proporcionar aos alunos do Curso de Psicologia, a partir de atividades práticas clínicas, o desenvolvimento de um pensamento crítico-reflexivo sobre a Psicopatologia e Saúde Mental, visando contemplar a produção de novos sentidos nesta área de conhecimento, articulando a psicopatologia com os processos de subjetivação na contemporaneidade.

As atividades clínicas são realizadas em duas instituições públicas de saúde mental do Distrito Federal, o Instituto de Saúde Mental (ISM) e o Hospital São Vicente de Paula (HSVP), que atendem uma parcela sócio-econômica em situação desfavorável.

Nossos alunos têm como função primordial nas instituições iniciar e desenvolver um espaço de interlocução, com os usuários de saúde mental e com os profissionais, que permita construir um novo olhar sobre a loucura e o sofrimento psíquico grave. Este espaço de interlocução visa produzir momentos e processos de subjetivação de modo a trabalhar em direção à inclusão social dos usuários de saúde mental. Este espaço de escuta e transformação é articulado e desenvolvido de formas diferenciadas em cada instituição, considerando as peculiares de demandas e especificidade de clientela.

As atividades realizadas no ISM incluem desde o acompanhamento psicossocial dos usuários de saúde mental até a elaboração e implementação de projetos específicos voltados para os profissionais, os familiares e usuários. As atividades têm apresentado como resultado a adesão e participação dos usuários e familiares, através de um aumento significativo do número de participantes nas atividades, mas sobretudo um ganho qualitativo na participação, onde os usuários comparecem enquanto **sujeitos de suas histórias**. Com isso, acredita-se que seja possível a criação de um espaço diferenciado dentro da instituição psiquiátrica, que invista no potencial saudável do indivíduo, que tem a possibilidade de ressignificação de questões pessoais que ultrapassam os limites institucionais.

De maneira geral, os projetos contemplaram as demandas institucionais identificadas no semestre anterior, incluindo atividades que envolvam todos os atores sociais envolvidos na instituição: usuários de saúde mental, familiares e profissionais da instituição. A realização com êxito dos projetos permitiu estreitar os laços de cooperação entre as instituições, o que foi evidenciado pelo convite para apresentação dos projetos na programação da comemoração do aniversário da instituição e nas novas vagas disponibilizadas para estágio (1 e 2) para o UniCEUB.

As atividades realizadas no HSVP atendem os usuários de saúde mental que estejam internados na instituição e os familiares inscritos no projeto “Vida em Casa”. As atividades diversificadas, prioritariamente realizadas em grupo, visam acompanhar os usuários de saúde mental nas duas alas de internação e também na emergência. O objetivo é criar, desde o início da internação, um espaço de escuta, que se produz a partir da utilização de materiais e atividades diferenciadas que consideram a especificidade da comunicação dos indivíduos que apresentam um sofrimento psíquico grave, que permita a construção de novos sentidos, inclusive sobre o fato de estar internado em uma enfermaria psiquiátrica.

As atividades proporcionam aos pacientes do hospital do São Vicente de Paula um momento de reflexão e expressão dos seus conteúdos internos a partir de dinâmicas e técnicas em grupo. Além do vínculo estabelecido com os pacientes, destaca-se a possibilidade de expressão e significações pessoais que o trabalho em grupo permite aos internos do HSVP.

A participação dos alunos do UniCEUB no projeto “Vida em Casa”, realizado sob a coordenação do Serviço Social do HSVP, visa à reabilitação psicossocial dos pacientes para assistência, acompanhamento e integração social fora da unidade hospitalar, por meio de visitas clínicas domiciliares.

As visitas são realizadas, pelos alunos de psicologia, duas vezes na semana, sendo que algumas famílias visitadas foram selecionadas pela equipe para um acompanhamento mais pontual e freqüente. As outras visitas são feitas por todos os profissionais da equipe, e a escolha destas famílias varia de acordo com a necessidade medicamentosa e/ou social destas. Também está sendo realizada uma atividade individual com membros de algumas famílias, possibilitando com o auxílio da supervisão, uma escuta qualificada.

Nas famílias em que um acompanhamento mais próximo se faz necessário, o objetivo é fazer um trabalho de escuta e acolhimento de toda família, realizando algumas intervenções focais. Já nas visitas realizadas com a equipe multiprofissional, a conduta das alunas é de escuta dos membros da família, sem pretensão de intervenção ou trabalho mais específico. Nestes momentos de visita com a equipe multidisciplinar é possível construir um diálogo interdisciplinar, a partir da troca de informações e experiências dos profissionais após cada visita.

Os relatos dos usuários, familiares e profissionais das instituições, bem como nossa avaliação a partir do acompanhamento em supervisão dos trabalhos clínicos com grupos de usuários e atendimento e acompanhamento individual e familiar, evidenciam a possibilidade de ressignificação da ação em saúde mental, produzindo mudanças quantitativas e qualitativas na abordagem do usuário de saúde mental e seus familiares. Ressalta-se o impacto positivo, tanto para as instituições quanto para nossos alunos, produzido a partir da realização cooperativa e multiprofissional das diferentes atividades que compõem o projeto **Psicopatologia e Saúde Mental**.

Com este projeto está em construção a possibilidade de uma ação múltipla e não dogmática em saúde mental, ao oferecermos atividades e sub-projetos diversificados que passam a compor outras estratégias no projeto terapêutico dos usuários de saúde mental.

Palavras-chave: inclusão social, saúde mental, subjetivação

II ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – Uma Experiência Pedagógica

O Programa de Iniciação Científica - PIC/UniCEUB foi criado pela Portaria nº 003, de 03 de maio de 2002 com o objetivo de despertar nos alunos a vocação científica e está voltado para a iniciação científica de alunos de graduação para contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, estimular a produção científica e a prática de pesquisa.

Nesse Programa o aluno tem a oportunidade de desenvolver uma pesquisa orientada por um professor resultando em uma aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa com um caráter formativo. Este contexto, voltado para incentivar a formação do aluno, visa introduzi-lo no mundo da pesquisa científica, estimular professor a formar equipes e grupos de pesquisa e propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de pesquisa.

A concepção de pesquisa interligada à ação pedagógica pressupõe um compromisso do professor com a formação do aluno, com vistas ao desenvolvimento da consciência crítica e da visão multidisciplinar das áreas do conhecimento. Neste sentido, o professor orientador exerce duplamente a ação educativa: a de ensinar e a de pesquisar.

A gestão do programa é desenvolvida conjuntamente pela Diretoria Acadêmica e pela Assessoria de Pós-graduação e Pesquisa. O programa conta com a participação do Comitê Local/Comitê de Análise de Projetos, composto pelas Assessoras de Ensino de Pós-graduação e Pesquisa, de Extensão e Integração Comunitária e de Ensino de Graduação e por um representante de cada faculdade do UniCEUB com titulação e experiência em pesquisa. Esse Comitê elabora os instrumentos de avaliação dos projetos e de acompanhamento das pesquisas. No processo seletivo, após a avaliação do Comitê Local, os projetos são encaminhados ao Comitê Externo, formado por pesquisadores do CNPq, para a seleção final.

Para acompanhar e avaliar os projetos de pesquisa, a equipe gestora estabeleceu e aprimorou os critérios de apresentação de projetos, seleção e avaliação dos projetos de pesquisa, em estreita colaboração do Comitê de Análise de Projetos.

No período de 2002, 48 projetos de pesquisa foram inscritos no programa. Dos projetos apresentados, foram selecionados 20 com alunos bolsistas e cinco com alunos voluntários relativo a seis áreas do conhecimento.

Em março de 2003, foi lançado o 2º edital PIC/UniCEUB tendo sido apresentados 84 projetos nas diversas áreas do conhecimento. Destes, foram selecionados 30 projetos de alunos na condição de bolsista e 20 alunos como voluntários.

Em 2004, 126 projetos foram apresentados tendo sido selecionados 35 bolsistas e 10 voluntários.

O programa possui uma sistemática de acompanhamento e avaliação coordenada pela Assessoria de Pós-graduação e Pesquisa e constitui-se das seguintes etapas:

- Elaboração de relatórios e apresentação oral parciais
- Elaboração de relatórios finais

- Apresentação oral dos resultados finais da pesquisa no Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão, promovido anualmente pelo UniCEUB.

Desde agosto de 2004, o Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, em reconhecimento ao mérito técnico-científico dos Programas Institucionais de Pós-Graduação e de Pesquisa do UniCEUB, integrou-o ao seu Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, concedendo 10 bolsas para alunos do UniCEUB.

A análise do Programa ainda que de forma rápida, permite indicar:

- um crescimento quantitativo do projetos apresentados;
- a participação de novas áreas do conhecimento nos projetos apresentados;
- um crescimento qualitativo das propostas de pesquisa;

O Programa de Iniciação Científica representa um fortalecimento das condições e articulações do ensino, pesquisa e extensão no UniCEUB e conseqüentemente um diferencial na formação e no desenvolvimento científico do aluno.

A CIDADE E SEUS MÚLTIPLOS: AS ANTEVISÕES URBANAS DO CINEMA NO SÉC. XX

Aluno: Rodrigo Martins Fortes; Orientadora: Emilia Stenzel – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia - FAET

Arquitetura e Urbanismo

A pesquisa “Antevisões Urbanas do Cinema” investiga a influência recíproca que se estabeleceu entre cinema e arquitetura - urbanismo ao longo do Séc. XX. , para aí analisar (1) os pressupostos de desenvolvimento técnicos / sociais / culturais que constituíram as antevisões de cidade do futuro produzidas pelo cinema e (2) em que medida as antevisões de cidade produzidas pelo cinema influenciaram a elaboração de projetos arquitetônicos e em específico o projeto de Brasília.

Tomando por base a análise direta de filmes produzidos ao longo do século XX, a pesquisa distingue inicialmente três grandes momentos na abordagem da questão urbana – vanguardas cinematográficos da década de 20, cinema do pós-guerra e cinema da décda de 70 até o presente - para, nas utopias e distopias projetadas, identificar distintas projeções da idéia de sociedade, de tecnologia e de arquitetura.

A forma como a arquitetura se relacionou com o cinema é descrita no item *sonhos urbanos e realidade urbana no séc. XX*,que analisa nos textos de arquitetos dos períodos enfocados, as imagens de cidade do futuro projetadas.

Em seguida analisa a influência das imagens produzidas no cinema para os projetos apresentados no Concurso do Plano Piloto de Brasília, detendo-se particularmente na análise do plano vencedor, o projeto de Lúcio Costa.

Por fim a pesquisa faz uma avaliação do entrelaçamento do cinema do século XX com a arquitetura na produção da idéia de cidade.

A AUSÊNCIA DO PAI E MÃES QUE EXERCEM A FUNÇÃO PATERNA: TRANSGRESSÕES NA ADOLESCÊNCIA.

Aluno: Daniel Marlière Létti; Professora Orientadora: Sandra Maria Baccara Araújo - Faculdade de Ciências da Saúde - FACS
Psicologia

Este projeto tem como objetivo mostrar a necessidade crescente da presença paterna (ora exercida pelo pai, ora exercida por outro membro da família ou da sociedade) durante o período de estruturação de valores – infância e adolescência – de indivíduos da sociedade. Buscamos entender se a transgressão do adolescente é uma forma de chamar a atenção do pai. Temos visto que a ausência paterna, e principalmente a ausência do exercício da função paterna tem causado muitas dificuldades para os adolescentes. A dificuldade de estruturação de valores morais e sociais é uma delas. Se o pai deixa de representar para o jovem modelo de identificação, onde ele irá buscar este modelo? Durante a infância e adolescência as pessoas tendem a adotar comportamentos adquiridos em grupos sociais ou familiares e, durante parte de sua vida, agem seguindo regras propostas por esses mesmos grupos. Parte das vezes, tais regras vao de encontro às da sociedade como conhecemos, fazendo com que essas pessoas sejam tratadas como marginais, transgressores. Quando acontece com uma criança ou adolescente, os pais são os primeiros a serem responsabilizados pelo chamado “mal comportamento” e também são os primeiros a tentarem um tipo de correção; seja por meio da punição fisica, mental ou ambas. O pai surge na vida da criança como sendo o grande representante do mundo externo. É ele quem dá à criança a noção do limite. Mas, o que acontece quando esse pai está ausente? Acreditamos que a mãe exerce a função paterna e a materna com excelência. Nossa amostra foi constituida de 2 mães que possuem filhos que tiveram passagem na delegacia ou algum tipo de transgressão detectada por psicólogos clínicos ou educacionais. Utilizamos um questionário sócio-econômico-cultural para realizar uma entrevista semi-dirigida, de aproximadamente uma hora, feita individualmente que foi gravada e filmada. Conseguimos constatar que as mães tem um jeito peculiar de educar seus filhos e que estas se utilizam do modelo educacional recebidos durante sua infância

para tal fim. Existe, contudo, uma dúvida pertinente a imposição de limites realizados por essas mães. O discurso delas foi o mesmo: “Se pudesse voltar ao passado, tentaria impor mais limites para meus filhos, mesmo que seja difícil fazer algo para uma pessoa que você ama, sabendo que ele não vai gostar.” O sentimentalismo que é mais presente no sexo feminino pode ser responsável por essa dificuldade em impor certas coisas para os entes queridos, tornando os limites mais flexíveis.

A CIDADE E SEUS MÚLTIPLOS: ESPAÇOS VIRTUAIS E ESPAÇOS FENOMÊNICOS

Aluno: Milton Reis Junior; Orientadora: Prof. Emilia Stenzel – Faculdade de Ciências Exatas e de Teconologia

Arquitetura e Urbanismo

A Pesquisa “A Cidade e Seus Múltiplos: Espaços Virtuais e Espaços Fenomênicos investiga a influência recíproca que se estabelece entre estas duas categorias de espaços na constituição da cidade contemporânea, no sentido de determinar (1) quais os antecedentes históricos de entrelaçamento do mundo fenomênico aos mundos imaginários; (2) qual o impacto das tecnologias digitais na produção de mundos imaginários e (3) em que medida os espaços virtuais oferecem elementos que podem ser integrados em uma formulação contemporânea de cidade, tendo como estudo de caso a cidade de Brasília.

A pesquisa inicia com uma análise comparativa da relação entre espaços virtuais e espaços fenomênicos em diferentes momentos históricos. Tais momentos históricos são aqui considerados na perspectiva dos distintos patamares tecnológicos que lhes caracterizaram e dos programas arquitetônicos e/ou meios de comunicação que em cada período abrigaram o entrelaçamento destes mundos.

Em seguida analisa com mais profundidade o impacto da constituição das redes de comunicação informatizadas e dos ciberespaços, na constituição do modo especifico de entrelaçamento destes mundos nos contextos urbanos contemporâneos.

Por fim avalia as implicações destas mudanças no caso específico de Brasília, para, em conclusão, sugerir uma reavaliação dos espaços da cidade, no sentido da consideração do papel desempenhado contemporaneamente por estas esferas imaginárias na constituição do ambiente urbano.

A EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

Aluna: Valéria Moran Pereira; Professora orientadora: Suzana Schwerz Funghetto

O uso de medicamentos e drogas na adolescência é um assunto merecedor de especial atenção, assim como gerador de inúmeras polêmicas. Polêmicas essas que levam os jovens acharem que as drogas não fazem mal à saúde. Faz-se necessário no contexto educacional a desmistificação do uso de drogas já que essas substâncias podem causar dependência física e psicológica, atraso educacional, inclusive podendo levar a morte. Dados da UNESCO (2001) revelam que 2,8% dos adolescentes do Distrito Federal já presenciaram seus amigos utilizando medicamentos como ecstasy, calmantes, anfetaminas e anabolizantes.

Investigar por meio de uma abordagem qualitativa a educação para a saúde no ensino médio tendo como viés o uso de medicamentos na adolescência, é o objetivo deste trabalho.

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi uma entrevista semi-estruturada enfocando a adolescência, o uso de drogas, o uso de medicamentos, os programas de educação para saúde que podem ser realizados na escola. Os dados foram coletados em cinco escolas públicas e cinco escolas privadas do Distrito Federal. Os sujeitos dessa pesquisa foram sessenta alunos do ensino médio e vinte professores que atuavam com esses adolescentes. Em cada escola foram escolhidos dois alunos por série do Ensino Médio.

Os resultados desta investigação apontaram para duas categorias de análise, já que as respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa, enfocaram o uso de drogas na adolescência e a educação em saúde na formação do professor. Neste sentido, os hábitos dos adolescentes, suas percepções quanto às drogas, bem como, a falta de conhecimento se traduziu na definição do conceito de drogas, os tipos e principalmente quais as substâncias que causam dependência ao organismo. Em relação ao uso de medicamentos, podemos enfatizar que tanto os alunos quanto os professores não

consideraram estas substâncias como drogas. Os programas de educação em saúde desenvolvidos nas escolas pesquisadas mostraram-se descontextualizados da realidade e do cotidiano do adolescente.

Concluímos que o uso de drogas no cotidiano escolar precisa ser trabalhado de forma interdisciplinar, de acordo com a realidade dos alunos, sendo a prevenção o melhor caminho. No entanto, para que esta prevenção seja efetiva, é necessária a compreensão das motivações, dos valores envolvidos e do sentido de vida associado à opção pela droga ou sua rejeição.

A EFETIVIDADE DO TREINAMENTO SELETIVO NO CONTEXTO DE TELEMARKETING TERCEIRIZADO

Lilian de Freitas Alves

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a efetividade do treinamento seletivo no contexto de telemarketing terceirizado. A prestação de serviços na área de telemarketing vem crescendo a cada dia, e cada vez mais se constitui em uma porta de entrada para jovens no mercado e trabalho. Como via de acesso ao primeiro emprego, os treinamentos seletivos vêm sendo utilizados com freqüência para maximizar níveis iniciais de desempenho no trabalho, bem como oferecer ao jovem o desenvolvimento de habilidades. Assim, faz-se necessário avaliar sua eficiência nesse contexto e aprimorá-lo. Fizeram parte da pesquisa candidatos de dois processos seletivos, que participaram de um treinamento dessa modalidade, após o qual houve um teste situacional, denominado certificação. Ao analisarem-se os dados provenientes da avaliação dos dois treinamentos, segundo as dimensões referentes à programação, apoio ao curso, aplicabilidade e utilidade, resultados do treinamento e suporte organizacional, observou-se que no segundo treinamento seletivo obtiveram-se melhores resultados que no primeiro, no que concerne aos resultados do treinamento e suporte organizacional. Observou-se também que os candidatos que foram contratados adquiriram proficiência em relação à meta quantitativa da organização em 64 dias após a contratação. No que se refere à meta qualitativa, os resultados não apresentam diferença significativa entre o desempenho dos novatos e dos veteranos. As análises realizadas sobre a percepção dos treinandos em relação ao treinamento e instrutores, respondem, em parte, às questões de pesquisa levantadas. Os dados são discutidos em termos dos objetivos propostos para pesquisa.

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS COM DEFICIÊNCIA MENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ABORDAGEM QUALITATIVA

Gisele Rossi Grevinel; Profa. Suzana Schwerz Funghetto

A inclusão educacional é um processo essencial á vida humana ou a vida em sociedade. Todavia, para a conquista de uma educação escolar que não exclua qualquer educando, particularmente os portadores de necessidades educacionais especiais de várias naturezas, especialmente com deficiência mental, é preciso entender que a inclusão não se concretiza pela simples extinção ou retirada de serviços ou auxílios especiais de educação.

Objetivo: Esta pesquisa teve como objetivo investigar o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais com deficiência mental no ensino fundamental do Distrito Federal; enfocando no cotidiano escolar, a relação professor aluno e a formação docente para a escola inclusiva.

Metodologia: Este projeto foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa. Os instrumentos escolhidos para entender melhor o universo da pesquisa foram: a entrevista semi-estruturada e a observação. O processo de coleta de dados foi realizado em cinco escolas inclusivas, quatro públicas e uma particular; sendo treze os professores entrevistados. Todos eles possuem em sua sala de aula alunos com deficiência mental.

Resultado/ Discussão: Os sujeitos entrevistados atuam em escolas consideradas inclusivas no Distrito Federal. Têm a média de trinta anos de idade - doze são do sexo feminino e um do sexo masculino; possuem de três a vinte e três anos de profissão. Cinco professores lecionam na segunda série, seis na terceira série e dois na quarta série do ensino fundamental. No universo pesquisado há turmas de oito até trinta e três alunos com a variação de um a três alunos com deficiência mental em cada sala de aula. Todos os sujeitos da pesquisa foram entrevistados e observados. Por meio da observação foi possível realizar um paralelo entre as informações coletadas e o cotidiano escolar inclusivo. A análise dos dados apontou para três categorias: inclusão educacional, deficiência mental / necessidades educacionais especiais e formação do professor. Conclusões: Concluímos que o professor no cotidiano escolar precisa reconhecer e

responder as necessidades diversificadas de seus alunos, bem como, acomodar diferentes estilos e ritmos de aprendizagem assegurando com isso uma educação de qualidade. Mas só a formação do professor não é suficiente para uma prática inclusiva, pois além da sua sala de aula existem outros fatores que devem ser levados em consideração como currículos apropriados, flexibilizados, projeto pedagógico e políticas educacionais que não segreguem o sujeito com deficiência mental. Ou seja, uma escola aberta para todos precisa ter em seus espaços formativos um trabalho para a diversidade, a singularidade e a complexidade humana.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32/2001 NA REEDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA

Aluno: Rafael Nascimento Reis; Orientador: Profº Mestre Ruitemberg Nunes Pereira

RESUMO

O estudo das medidas provisórias ainda constitui um tema polêmico dentro do Direito Constitucional Brasileiro. O instituto é uma espécie normativa que deveria ser utilizada pelo Poder Executivo em situações extraordinárias, entretanto, não isso não ocorre. A emenda constitucional nº 32/2001 veio tentar freiar o excessivo número de edições de medidas provisórias, mas o que se verificou foi o "fim das reedições", porém, os Governos continuam a abusar do instituto com um grande número de edições. A pesquisa surgiu diante da falta de uma posição jurisprudencial acerca do assunto, após a emenda constitucional nº 32/2001, que tentou diminuir os abusos do excessivo número de edições e reedições de medidas provisórias. A princípio, o texto constitucional em seu artigo 62, parágrafo 10, vedou a reedição de medida provisória, vejamos: " É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido a sua eficácia por decurso de prazo." Entretanto, a Constituição deixou algumas "brechas" para a reedição, como por exemplo, a reedição em sessão legislativa posterior. Outras hipóteses foram encontradas durante a pesquisa, como a medida provisória reeditada em razão de motivos autônomos de necessidade e urgência e a medida provisória arquivada pelo Congresso Nacional e reeditada em seguida, tendo em vista, a urgência perdurante. Tem se acompanhado de perto, as 33 medidas provisórias em tramitação no Congresso Nacional, de um total de 121 editadas pelo atual Governo até o presente momento. A média mensal do Governo Luiz Inácio Lula da Silva é de 5,5 medidas provisórias, dos temas mais variados, como, por exemplo, envio de remédios a países vizinhos, criação de cargos, criação de programas de governo. O trabalho poderia ser concluído, confirmando a hipótese central da pesquisa, qual seja: A inconstitucionalidade da emenda constitucional nº 32/2001 na reedição de medida provisória, em razão das hipóteses acima descritas. Entretanto, para validar essa afirmativa, estaríamos realizando um a interpretação gramatical/literal do texto constitucional, difícil de se defender nos dias atuais. Segundo uma nova interpretação do texto constitucional, a interpretação literal da norma seria apenas uma das fases de uma interpretação mais ampla. A teoria da interpretação constitucional como atividade concretizadora,

tem o seu expoente em Friedrich Muller, no qual distingue a norma em duas partes: programa da norma e âmbito da norma. O intérprete, num primeiro momento, analisa o texto constitucional (formulação lingüística, filológica) e associa à análise do texto os métodos de interpretação (sistemático, histórico, teleológico-objetivo), a fim de determinar todo o programa da norma, isto é, todo o âmbito de possibilidades da interpretação, concretizando a norma interpretanda no plano jurídico (concretização formal). Em seguida, tendo em mãos o programa normativo, o roteiro de concretização material da norma, o intérprete analisa a realidade social ou fática em que essa concretização será efetivada, a fim de dar um cunho mais pragmático ao sentido estabelecido no programa. Desse modo, determina o hermeneuta a área, o setor, o domínio efetivo da norma (realização ou concretização material), a partir da análise dos próprios elementos do domínio normativo (elementos jurídicos, econômicos, sociais, psicológicos, sociológicos etc). Portanto, nos casos em que houve a possibilidade de reedição da medida provisória, defendida ao longo do texto, estar-se-ia à frente não de reedições, mas de novas edições do provimento. Pois, o âmbito normativo do provimento estaria constantemente diferente, seja pelos motivos autônomos de necessidade e urgência diversos, ou pela mudança fática do contexto de uma nova sessão legislativa; ou ainda, pela urgência perdurante da necessidade da medida provisória.Assim, não há que se falar em reedição de medida provisória no contexto atual da emenda constitucional nº 32/2001.

A MÍDIA NA GUERRA DO IRAQUE (2003)

Aluna: Fernanda Scalia Pereira; Profª orientadora: Raquel Boing Marinucci – Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais - FAJS
Relações Internacionais

1. Resumo

Projeto: **A mídia na guerra do Iraque (2003)**. Autoras: Fernanda Scalia Pereira [bolsista] e Raquel Boing Marinucci [orientadora]. UniCEUB. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – Relações Internacionais. **Introdução:** A pesquisa analisa a cobertura dada pelo *Jornal Nacional (Rede Globo)* à guerra do Iraque (2003). Além de fazer uma revisão bibliográfica sobre o papel da mídia na guerra, busca-se identificar as diferentes representações de tal realidade, destacando-se, em especial, o papel das agências internacionais de notícias neste processo. **Metodologia:** Análise qualitativa da produção/veiculação das notícias a partir das teorias do agendamento (agenda-setting) e enquadramento (frame analysis). Análise quantitativa com cronometragem do tempo das notícias. **Resultados:** Identificação de um enquadramento da cobertura anterior ao início das ofensivas como de inevitabilidade da guerra. Cobertura também apresentou um enquadramento estratégico, onde se enfatizou a questão tática e militar, ou seja, os aspectos "emocionantes" da guerra. Relatos das manifestações contra a guerra ao redor do mundo com abordagem de opinião pública descritiva. Verificação do uso da guerra de propaganda como uma ferramenta por parte dos dois lados envolvidos no conflito. As redes de TV *Al Jazeera* do Qatar, *Abu Dhabi* dos Emirados Árabes e *Al Arabiya* da Arábia Saudita contribuíram para divulgação de uma visão não-ocidental do conflito. A diversidade de redes de TV estrangeiras cooperou para uma cobertura mais ampla, uma vez que a visão da mídia norte-americana não foi o único referencial ocidental. As charges e comentários do *JN* trouxeram uma visão mais crítica por parte deste jornal, onde se condenou tanto Saddam Hussein quanto George W. Bush; destoante às outras reportagens do noticiário que tiveram aspecto acrítico. **Conclusões:** A presença de redes de TV árabes e estrangeiras fez com que a mídia americana não tivesse exclusividade,

possibilitando a análise de outras visões sobre um mesmo fato. As contradições explicitadas por empresas estrangeiras foram transmitidas ao público pelo *JN*, no entanto, ainda existiram contradições internas no próprio noticiário. Verificou-se a predominância do enquadramento estratégico e militar, o lado “fantástico” do conflito ofuscou a realidade mais dura da guerra. A cobertura de guerra dada pelo *JN* apresentou falta de coerência ideológica.

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E O ACORDO AGRÍCOLA NO CONTEXTO MUNDIAL

Amanda de Azevedo Silva; Professor Orientador, Dr.: Marcelo Dias Varella – Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais

Direito

A agricultura se transformou em um dos motores econômicos do Brasil, país com inúmeras qualidades que fomentam o desenvolvimento agrícola. A exportação de produtos agrícolas pode crescer ainda mais se o comércio internacional abrir mais portas.

Iniciando o tema com o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), procurei salientar que os temas envolvidos com agricultura não foram abordados neste acordo, entretanto, em suas Rodadas de Negociações, especificamente na Rodada Uruguai, surgiu a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a proposta do Acordo Agrícola.

A OMC constitui a base jurídica e institucional do sistema multilateral de comércio, com ela o comércio internacional ingressou em uma nova fase, com maiores direitos e deveres para praticamente todos os países, contribuindo consideravelmente para o desenvolvimento da economia mundial. A OMC possui acordos que regulam as várias vertentes do comércio internacional, e um desses acordos que ainda está em desenvolvimento é o Acordo Agrícola.

Este Acordo sobre a Agricultura foi desenvolvido para regular e normatizar o comércio desse setor da economia mundial, proporcionar maior acesso aos mercados agrícolas, diminuir os apoios domésticos às produções internas, estimular uma maior concorrência nas exportações através de redução dos subsídios à exportação. Visa, ainda, disciplinar essas práticas de favorecimento, buscando um equilíbrio no tratamento tarifário, eliminando barreiras tarifárias, criando condições para a livre circulação de produtos agropecuários, fomentando uma maior interação da comercialização de produtos agrícolas.

O Acordo Agrícola, em seu artigo 14, torna obrigatório a seus membros a aplicação do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, que foi criado pela necessidade de proteção à saúde e à vida das pessoas e dos animais, ou à proteção

vegetal, fazendo valer o princípio da precaução. Essas medidas não podem ser utilizadas para camuflar a realidade, de modo a constituírem restrições disfarçadas ao comércio internacional, versa o artigo 2º do acordo, elas não foram criadas para constituir obstáculos injustificados ao comércio, devendo-se se limitar aos âmbitos da saúde humana e animal, da segurança e do meio ambiente.

As contradições com as quais convive o comércio internacional, essencialmente no que tange o binômio liberalização/protecionismo, são verificáveis através de notícias veiculadas pelos jornais e noticiários, onde se observa que os maiores preconizadores do livre comércio – coincidentemente os de maior poderio econômico - são também os que mais protegem seu mercado doméstico.

O Acordo já constitui um dos maiores avanços, não só para o Brasil, mas para todos os países que possuem sua economia baseada em exportação de alimentos, uma característica dos países em desenvolvimento.

É importante que todos os países se beneficiem com a abertura do comércio. Os Estados demandam que os ganhos do livre comércio cheguem até suas populações de maneira mais eficiente.

ACORDO ANTIDUMPING DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Alice Rocha da Silva; Professor Orientador: Dr. Marcelo Dias Varella
Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais
Direito

A pesquisa proposta possui como objetivo o estudo do fenômeno dumping, que em linhas gerais pode ser compreendido como uma prática desleal de comércio. O dumping foi analisado primeiramente sob uma perspectiva teórica, sendo verificados pontos referentes a conceitos e modalidades de dumping, os quais serviram de base para a segunda etapa de cunho prático. Nesta, são apresentados os contextos político, jurídico e econômico que envolvem o tema, atrelados a aspectos de ordem crítica, buscando ao final tecer considerações interpretativas dos dados, acrescidas de opiniões de ordem prática visando solucionar algumas das falhas verificadas.

Como método de abordagem se utilizou o indutivo e como técnica de pesquisa optou-se pela revisão bibliográfica, confecção de fichas e acréscimos de informações documentais e funcionais. Estes instrumentos formaram a base para a elaboração do texto final.

Após doze meses de pesquisa, chegou-se a conclusão de que diante da análise das diversas vertentes que envolvem o dumping, verifica-se que no que concerne à sua legislação, existe a possibilidade de uma aplicação flexível de suas regras, dando um caráter um tanto subjetivo à decisão do julgador. Este é um ponto bastante polêmico e de difícil solução, sendo importante considerarmos que a legislação antidumping não pode ser aplicada como barreira ao crescimento e desenvolvimento do comércio internacional, sendo necessário a correta identificação de práticas protecionistas e errôneas de sua aplicação.

A melhor conclusão que podemos chegar é a de a legislação antidumping não pode ser desprezada nem substituída por outra. Isto acarretaria muitos problemas entre os países comerciantes, sendo melhor prosseguir com uma reformulação e modernização de alguns conceitos dentro da legislação. Só assim, ela seria capaz de combater o dumping

realmente nocivo, sem ser objeto do interesse de países protecionistas. Talvez o conceito mais importante para que se alcance o objetivo final da legislação que seria a proteção dos produtores e dos consumidores, seja o de interesse público. Todavia, para isso, uma ação coletiva se faz necessária na busca pela revisão e inserção de novos elementos na legislação hoje utilizada.

ANÁLISE DAS TENDENCIAS DOS ESTUDOS SOBRE FRUGIVORIA E DISPERSÃO DE SEMENTES NO BRASIL

Aluno: Vinícius Costa Ribeiro Pereira; professor orientador: Marcelo Ximenes Aguiar - Faculdade de Ciências da Saúde – FACS
Biologia

Animais silvestres com dieta baseada em frutos (frugívoros) transportam sementes para outras localidades, especialmente em florestas tropicais onde espécies arbóreas e herbáceas dependem desses animais para sua reprodução. Considerando a frugivoria e as principais formas de dispersão de sementes – zoocoria, anemocoria e hidrocoria – o presente trabalho objetivou avaliar as tendências das pesquisas sobre frugivoria e dispersão de semente no Brasil na última década (1990 a 2004).

O estudo se concentrou na análise de pesquisas publicadas em Anais e Livros de Resumos de Congressos de Zoologia, Botânica e Ecologia. Cada trabalho foi analisado quanto: aos animais envolvidos; às famílias de plantas estudadas; aos biomas e ecossistemas brasileiros e os seguintes temas de pesquisa: fenologia, germinação, comportamento de frugívoros, dieta, estabelecimento de plântulas, preferência alimentar, recuperação de áreas degradadas e interferência antrópica.

De um total de 11.272 trabalhos analisados em 9 Congressos (2 de Botânica, 4 de Ecologia e 3 de Zoologia) apenas 346 tratavam sobre frugivoria, dispersão e predação de sementes, germinação e estabelecimento de plântulas, o que correspondeu a apenas 3,06% de todos os trabalhos apresentados nos congressos. Nos trabalhos analisados foram identificados 78 famílias de plantas sendo as mais estudadas Leguminosae, Moraceae, Arecaeae, Solanaceae, entre outras. Foi observado que poucas famílias são relativamente bem estudadas, enquanto a maior parte apresenta poucos estudos. Em relação aos animais estudados 21,7% dos trabalhos envolviam artrópodes 20,3% aves, 15,2% morcegos, 36,2% outros mamíferos, 4,3% peixes e 2,2% répteis. Cerrado, Mata Atlântica e Floresta Amazônica são os Biomas mais estudados sob o aspecto das relações de frugivoria e dispersão de sementes. A maior parte das pesquisas realizadas no assunto, ocorrem em áreas antropizadas e em Cerrado *sensu stricto*. Os temas mais

considerados nos estudos ligados a Botânica são os de fenologia de frutificação e teste de germinação. Já os temas de dieta de frugívoros são mais freqüentes nos congressos de Zoologia. Os congressos de Ecologia tendem a apresentar trabalhos sobre interações entre plantas e animais.

AVALIAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DISTÚRBIOS POSTURAIS EM CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

Aluna Bolsista: Andreia Rodrigues Negreiros; Professora Orientadora: Michelline Ribeiro Rodriguez - Faculdade de Ciências da Saúde- Facs
Curso de Fisioterapia

Segundo Oliver e Middleditch (1998) os problemas posturais podem ter início em uma idade precoce, e um número crescente de crianças parece apresentar dores na região dorsal, sendo a principal causa indicada, a inadequação das carteiras escolares. O emprego de uma postura adequada na infância e/ou correção de desvios posturais nessa fase possibilitam bons padrões posturais na vida adulta sendo importante a avaliação postural, para que se possam mensurar os desequilíbrios e adequar a melhor postura a cada indivíduo. O presente estudo foi realizado com os alunos da 4ª série do ensino fundamental do Colégio CEUB, a partir de uma observação sistemática do comportamento postural desses alunos. Foi distribuída para os pais ou responsáveis uma ficha de autorização, assim como um questionário auto-explicativo o qual requeria informações acerca de sintomatologia dolorosa ou patologias, dados referentes à utilização de hábitos que levam a má postura e atividades esportivas do aluno avaliado. Para os dados referentes à avaliação postural foi realizada uma observação direta através de uma ficha de avaliação postural adaptada de Jean Mauro Bueno Lemos, a qual era composta de dados referentes aos segmentos corporais que seriam avaliados. A avaliação postural foi realizada em uma sala de aula cedida pelo Colégio Ceub, utilizando-se como instrumentos: simetrógrafo, fita métrica e caneta dermográfica. Com relação às alterações da coluna vertebral, todas as três curvaturas apresentavam mais de 50% de alterações e presença de gibosidade na população avaliada. Foi observado também, alteração no posicionamento da pelve, pé plano e valgismo de joelho e tornozelo. Com esses dados pôde-se verificar que 100% da população estudada apresentava alterações posturais, sendo estas mais freqüentes na coluna vertebral, pelve, joelho, tornozelo e pés. Diante desses resultados, percebemos a necessidade de uma avaliação postural precoce, visando identificar as alterações posturais para posteriormente interferirmos em suas causas.

AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE FRUTOS EM ÁREAS DE CERRADO *STRICTO SENSU*.

Bolsista: Rafael Nunes Zardo Orientador: Marcelo Ximenes A. Bizerril - Faculdade de Ciências da Saúde – FACS

Biologia.

A produção de frutos comestíveis, por uma grande parte das espécies de planta, tem como objetivo a atração de frugívoros dispersores de sementes (zoocoria). Em outro aspecto, estes frutos constituem um importante recurso alimentar para a manutenção dos ecossistemas. O objetivo deste trabalho foi avaliar a biomassa de frutos em 2 hectares de cerrado *stricto sensu* durante um ano (início em julho/03), na Estação Ecológica de Águas Emendadas, em Planaltina-DF. Em visitas de uma vez por mês, os indivíduos produzindo frutos foram identificados e seus frutos classificados em secos (dispersos pelo vento - anemocóricos) ou comestíveis (zoocóricos), sendo esses últimos contados e alguns deles foram coletados para pesar. Foram identificadas 72 espécies de frutos comestíveis e 30 famílias, a maioria delas com uma espécie. A biomassa de frutos maduros no ano todo foi de 145,56Kg/ha, sendo novembro e dezembro os meses de maior produção, e a espécie mais produtiva *Caryocar brasiliense* (pequi) com 108,7Kg no ano. Os resultados demonstram a grande diversidade de frutos comestíveis no cerrado e a biomassa relativamente alta demonstra que algumas espécies podem ser visadas em programas de manejo sustentável da vegetação. A maior biomassa nos meses de novembro e dezembro está relacionada com os meses de frutificação da maioria das espécies de frutos comestíveis, ou seja, no início das chuvas.

CONTROLE DE QUALIDADE DE LEITE HUMANO DISTRIBUÍDO EM UNIDADE VINCULADA AO BANCO DE LEITE HUMANO HUB/UNB

Autora: Daphne Renata Tavares Amaral; Orientadora: Professora Mirian Cândida da Costa – Faculdade de Ciências da Saúde - FACS

Biomedicina

Símbolo de pureza, amor e de alimento ideal para a criança, o leite materno comporta, contudo, determinados riscos à saúde do bebê. O leite humano ordenhado (LHO) obtido de doadoras sadias, submetido a rigoroso controle higiênico, é livre de microrganismos patogênicos. Entretanto, a introdução de embalagens e a manipulação causam aumento substancial nos contaminantes secundários como *Staphylococcus spp., Streptococcus spp*., fungos e *Enterobacteriaceae.* Além do mais, o tratamento térmico aplicado ao produto doado pode alterar ou causar danos irreversíveis aos fatores de proteção constituintes do leite humano facilitando o crescimento de microrganismos. Objetiva-se neste trabalho verificar a qualidade sanitária do leite humano pasteurizado antes e após a manipulação final do produto. As amostras obtidas no berçário do HUB/UnB foram submetidas à análise microbiológica através da pesquisa de coliformes totais e fecais pela técnica de Número Mais Provável. Foram analisadas 29 amostras antes e após a manipulação. Das amostras obtidas antes da manipulação, 2 (6,9%) apresentaram contaminação por coliformes totais sendo encontrado coliformes fecais em 1 amostra. A contaminação após a manipulação foi observada em 6 amostras (20,7%) sendo que 3 destas apresentaram coliformes fecais. Nota-se aumento significativo tanto no número de amostras contaminadas quanto na quantidade de bactérias encontradas. A manipulação do leite e o tempo de aquecimento podem levar à contaminação microbiológica. Os resultados obtidos neste trabalho evidenciaram que pode ter havido falha na observância dos princípios básicos de higiene. A presença de coliformes fecais indica provável contato com matéria fecal. Somando-se ao exposto, a grande quantidade de bactérias encontradas se traduz em risco elevado para os receptores.

Palavras-chaves: Leite Humano, contaminação microbiológica e condições higiênico-sanitárias.

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA FRENTE AOS DESAFIOS PROPOSTOS PELOS PCNEM'S

Aluna: Lílian Rodrigues Lima (Matemática); Orientadora: Silvana Maria Silva Iunes (Pedagogia) - Faculdade de Ciências Exatas e de Tecnologia – FAET

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio foram propostos em 1998, sugerindo várias mudanças e perspectivas, inclusive nos objetivos e nas metodologias do ensino de Matemática.

Neles a Matemática é apresentada com caráter formativo, instrumental e científico. Transcorridos 6 anos de sua implantação, como será que os professores estão reagindo a essa proposta? Estão a fazendo funcionar? O fracasso escolar tão evidente no ensino e na aprendizagem da Matemática tem melhorado a partir da implantação dos Parâmetros?

O objetivo desse projeto é observar e analisar as propostas e práticas pedagógicas de professores de Matemática do 1º ano do Ensino Médio, vendo se estão compatíveis com os PCNEM's.

No caso específico desse projeto de pesquisa, o método segue as seguintes etapas:

- Levantamento bibliográfico;
- Questionários destinados a professores do 1º ano do Ensino Médio;
- Análise dos exemplos, para maior compreensão do problema;

Os questionários citados foram aplicados em 16 professores (8 de escolas públicas e 8 de escolas particulares) e suas respostas serviram de base para as conclusões desse projeto.

Com essas respostas podemos observar que, mesmo considerando sua prática inovadora, a maioria dos professores mostra-se despreparada em relação à proposta dos PCNEM. Os profissionais sentem-se coagidos a afirmar que conhecem os Parâmetros, mas sua prática, muitas vezes, diverge do que eles propõem.

Como vimos, tanto a escola quanto os professores, em sua maioria, estão acomodados, esperando métodos e técnicas já desenvolvidos para apenas aplica-los. E essa expectativa os PCNEM's não respondem

Concluímos então que, desde 1998, quando os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio foram implantados, não houve mudanças bruscas na educação. Eles foram praticamente ignorados e suas propostas não foram colocadas em prática na proporção esperada.

Com isso, não houve grandes transformações no fracasso escolar tão habitual na aprendizagem de Matemática. Os PCNEM's não estão funcionando como deveriam.

EMBATES EM TORNO DA REDUÇÃO DA IDADE PARA IMPUTABILIDADE PENAL

Autor: Humberto Lins Correia; Orientadora: Rosana Ulhôa Botelho
Faculdade de Ciências da Educação - FACE
História

Este trabalho procurou focalizar os debates em torno da redução da idade para a imputabilidade penal e teve como eixos principais: a constituição dos direitos básicos da criança e do adolescente no cenário internacional, ocorrida durante o século XX; a inauguração de uma nova era de direitos no Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988; e as posições tomadas por juristas, pela sociedade e por ONGs, acerca da discussão da redução da maioridade penal. A pesquisa analisou as mudanças ocorridas a partir da década de 1990, seus reflexos no debate, as contribuições na construção da mentalidade sobre as práticas juvenis, assim como procurou contribuir para o esclarecimento de pontos obscuros de significativa importância para a sociedade brasileira. O trabalho constituiu-se na análise de fontes variadas, como reportagens veiculadas pela mídia, projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, além de manifestações públicas e de grupos que atuam em torno da discussão da legislação em vigor no Brasil. Apresentou alguns grupos que participam do debate e levantou seus principais argumentos, contrários ou favoráveis à redução da maioridade penal, que para alguns esbarra na impossibilidade de mudança do dispositivo constitucional que trata do assunto, e cuja alteração legal apenas resultaria no aumento do contingente da população carcerária brasileira. Para outros, apoiados no clamor da sociedade, que exige soluções imediatas para os altos índices de violência, a redução da maioridade penal diminuiria o número de delitos praticados por adolescentes entre 16 e 18 anos.

ERGODICIDADE FORTE DE CADEIAS DE MARKOV NÃO-HOMOGÊNEAS ASSOCIADAS AOS ALGORITMOS MCEM E STEM.

Aluna: Maiana Latalisa França; Orientador: Juan Alberto Rojas Cruz – Faculdade de Ciências Exatas e de Tecnologia
Matemática.

(INTRODUÇÃO) Cadeias de Markov são processos estocásticos caracterizados pela perda de memória. A predição do processo no tempo n denotado por (X_n) é determinada pelo conhecimento do processo no tempo n-1(X_{n-1}). Se as probabilidades de transições da cadeia permanecem constantes, a cadeia é denominada homogênea, caso contrário é chamada de cadeia não - homogênea. Uma questão central na teoria de cadeias de Markov não - homogêneas é o estudo de dois tipos de convergência: a ergodicidade fraca e a ergodicidade forte. A independência assintótica da cadeia da distribuição inicial, define a ergodicidade fraca, enquanto a ergodicidade fraca e a convergência em distribuição definem a ergodicidade forte. (OBJETIVO) O nosso objetivo neste trabalho é analisar a ergodicidade forte (e fraca) de Cadeias não - homogêneas (X_n) quando as variáveis (X_1, X_2, X_3....) adquirem valores em espaços de estados finitos e distintos (S_1, S_2, S_3...). (JUSTIFICATIVA) Estes tipos de cadeias aparecem associadas com certos tipos de algoritmos aleatórios (cifrados por MCEM e STEM) que determinam o máximo de uma função. (METODOLOGIA) As matrizes de transição, associadas a este tipo de cadeia, não são necessariamente quadradas (pois a cardinalidade dos espaços de estados podem ser diferentes), possuem entradas não negativas e a soma das linhas é igual a 1, matrizes que chamamos de G- estocásticas (estocásticas generalizadas). Estas matrizes determinam o comportamento assintótico da cadeia (ergodicidade fraca e forte). (RESULTADOS) Como resultados principais destacamos: (1) O coeficiente de Dobrushin (que controla a ergodicidade fraca), quando redefinido para matrizes G-estocásticas, continua a satisfazer a chamada desigualdade chave, $\alpha(A)\,\alpha(B) \geq \alpha(AB)$. (2) A ergodicidade fraca implica na ergodicidade forte se as distribuições estacionárias das matrizes G-estocásticas associadas com a cadeia, estão suficientemente próximas. (CONSIDERAÇÕES FINAIS) Os resultados (1) e (2) são versões exatas de resultados bem conhecidos para produtos de matrizes estocásticas. Foram apresentadas as versões destes resultados para matrizes G-estocásticas,

contudo parece claro que outras extensões podem ser estabelecidas no contexto de matrizes G-estocásticas sem grandes mudanças.

ESQUIZOFRENIA: POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES CULTURAIS NA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Aluna: Thalita Faria Machado do Carmo; Orientador: Tania Inessa Martins de Resende – Faculdade de Ciências da Saúce
Psicologia

Este trabalho se propõe a discutir a importância da cultura, mais especificamente de questões religiosas no processo diagnóstico, a partir do desenvolvimento do conceito de esquizofrenia. Para tanto além da visão psiquiátrica sobre a esquizofrenia e processo diagnóstico, discute-se também o tema a partir de outros referenciais teóricos em especial, a psicanálise e a etnopsiquiatria que contribuem para essa discussão, no sentido de marcar a importância de restituir ao paciente o lugar de sujeito que, na maioria das vezes, se perde durante o processo diagnóstico em psiquiatria. Para a realização da pesquisa utilizou-se da proposta metodológica qualitativa discutida por Gonzalez-Rey (2002)**.** Foram realizadas e analisadas dez entrevistas com psicólogos e psiquiatras que trabalham com pacientes psicóticos em instituições públicas e privadas do Distrito Federal. A amostra também contou com a participação de uma pessoa responsável pelo setor de triagem de um centro espírita do DF. As entrevistas foram analisadas individualmente e em conjunto, sendo identificadas zonas de sentido para cada categoria. As categorias identificadas foram: Primeiras impressões diagnósticas, O processo diagnóstico, Proximidade de manifestações religiosas e sintomáticas, A influência da religião no adoecimento, A influência da religião do profissional no diagnóstico, A influência da religião no tratamento e Subjetividade e diagnóstico. A análise dos dados surpreende pela forma como as questões culturais-religiosas são consideradas por parte dos profissionais, durante o processo diagnóstico.

ESTUDO ELETROMIOGRÁFICO DOS MÚSCULOS MASSÉTERES EM PACIENTES PORTADORES DE BRUXISMO DO SONO ANTES E APÓS UMA NOITE DE SONO

MALUHY, A. S.; FERREIRA, L. M. A.
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB/DF
Faculdade de Ciências da Saúde – Fisioterapia
Laboratório de Análises Eletromiográficas EMG System do Brasil

O Bruxismo do Sono (BS) é definido pela American Sleep Disorders Association (ASDA), como uma disfunção periódica e estereotipada da articulação temporomandibular (ATM), caracterizada pelo ranger ou cerrar dos dentes durante o sono (ICSD, 1990).

Arima, Svensson e Arendf – Nielsen (1999) afirmam que a sobrecarga ou uso excessivo dos músculos podem causar algias. Nos últimos anos, a EMG tem sido amplamente utilizada como método auxiliar no diagnóstico das disfunções temporomandibulares.

O objetivo deste estudo foi realizar uma análise eletromiográfica dos músculos masséteres em pacientes portadores de BS, após uma jornada de trabalho e após uma noite de sono, com o intuito de observar possíveis alterações do comportamento elétrico desse grupo muscular nestas situações distintas, visto que, a hiperatividade muscular, característica do BS, pode ter uma provável relação com o estresse exercido pelas atividades diárias ou por uma noite de atividade bruxista.

Foram avaliados como sujeitos da pesquisa 03 indivíduos do sexo feminino, com idade média de 26,5 ± 3 anos, todos portadores de BS diagnosticados clinicamente, exercendo atividade profissional por oito horas diárias em serviço administrativo.

O estudo eletromiográfico foi realizado no Laboratório de Análises Eletromiográficas da EMG System do Brasil Ltda, utilizando um sistema de registro de sinais eletromiográficos da marca EMG System do Brasil Ltda. A avaliação eletromiográfica ocorreu durante a situação de contração voluntária máxima (CVM), contra uma placa de goma de mascar da marca Trident® colocada entre os dentes bilateralmente.

A comparação entre os sinais de EMG das diferentes situações musculares foi feita por meio do Teste Mann Whitney ou Teste de Soma de Postos Wilcoxon sobre os valores do sinal retificado para amostras pareadas, e o nível de significância adotado foi de 0,05.

Nossos achados podem ser justificados segundo Rugh; Harlan, (1988), Lavigne et al. (2001), pois a freqüência do BS pode ser considerada altamente variável, sendo que os pacientes podem passar diversas noites ou até mesmo semanas sem episódios de atividades bruxistas, ou devido a uma alta significância relacionada à má distribuição de forças dos músculos mastigatórios da ATM, principal causa das assimetrias oclusais (BABA et al., 2000).

Sugerindo assim, que os fatores de estresse durante uma jornada de trabalho exercem uma influência no aumento da atividade elétrica dos músculos masséteres em pacientes portadores do BS. Porém, as desarmonias oclusais são também importantes fatores etiológicos, em contra partida, a presença ou ausência de atividade bruxista durante o sono interfere também diretamente nos níveis miolétricos.

FONTES DE POLUIÇÃO NA BACIA DO RIO DAS PEDRAS E SEUS EFEITOS NA QUALIDADE DAS ÁGUAS - CEILÂNDIA/ DF -

Autor: Fábio de Oliveira Bowen; Professor Orientador: *Luiz Carlos Buriti Pereira (Msc)* -
Faculdade de Ciências da Educação - FAET
Geografia

O rio das Pedras é um afluente do *lago-reservatório* do rio Descoberto, localizando na parte setentrional da cidade satélite Ceilândia-DF. O reservatório do rio Descoberto é responsável por cerca de 67% do abastecimento da água do Distrito Federal.

Esta pesquisa teve como objetivos principais identificar as principais fontes de poluição do rio das Pedras (despejo de lixo e entulho, despejo de agrotóxicos pelos agricultores, despejo de esgoto etc) e seus efeitos na qualidade da água do reservatório do rio Descoberto e analisar a qualidade da água em vários pontos ao longo do rio das Pedras e de seus afluentes, relacionando esses dados às possíveis (prováveis) fontes de poluição.

A coleta de dados sobre a situação do local foi feita *in loco,* por meio da utilização de GPS (Global Position System). Isto permitiu georeferenciar os pontos de poluição, como também identificar os pontos para a coleta da água no rio das Pedras. Esta coleta foi feita em 3 (três) pontos estratégicos para a verificação da qualidade da água ao longo deste rio. As análises foram efetuadas utilizando-se os equipamentos de análise de água disponíveis no Laboratório de Análises Ambientais (Convênio SEMARH/Uniceub), instalado no Bloco 6 do Campus do Uniceub. As fontes de poluição encontradas foram identificadas através de documentação fotográfica.

Nas amostras coletadas de água, foram analisados os seguintes parâmetros físico-químicos: pH, oxigênio dissolvido, turbidez, amônia, cloro, cloreto, fósforo e dureza.

Após os resultados obtidos, através das 6 (seis) coletas de água e da identificação de agentes poluidores nos períodos de chuva e seca, pode-se concluir que a micro bacia do rio das Pedras está em um processo de degradação. Todos os pontos de poluição identificados estão atingindo o rio das Pedras, conseqüentemente, comprometendo a

qualidade da água do lago-reservatório do Rio Descoberto. Verificou-se que o nível de quantidade de amônia apresentou-se muito elevado, principalmente nos pontos coletados a jusante do rio das Pedras, provavelmente refletindo fontes de poluição de esgoto, lixo e agrotóxicos que deverão ser objeto de investigação posterior.

IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA COLEÇÃO DE CULTURAS DO UniCEUB

Marcella Melo Vergne de Abreu; Valdi Lopes Tutunji - Faculdade de Ciências da Saúde – FACS

Biomedicina

Coleções de culturas são centros de conservação que tem a função de coletar organismos relevantes para estudos científicos e aplicações tecnológicas, tornando-os disponíveis para usuários interessados. Assim, a preservação e manutenção devem ser feitas de forma a garantir sobrevivência, estabilidade e pureza das culturas durante períodos prolongados de tempo, conservando características genéticas e propriedades morfológicas/fisiológicas. O isolamento, identificação, seleção, caracterização, conservação e uso de microrganismos é prática imprescindível para o desenvolvimento de processos e obtenção de produtos de interesse econômico. A implantação e manutenção de coleções de culturas proporcionam estoques de linhagens nativas, que podem ser utilizadas em diversos programas de interesse da sociedade. Avanços científicos têm levado a métodos que permitem manter viável, em baixas temperaturas, diferentes tipos celulares, como a criopreservação. Diversos fatores devem ser considerados quando se preparam células para o congelamento; dentre eles, o tipo de célula, sua viabilidade, condições de crescimento, estágio fisiológico, número de células e como elas são manuseadas, estabelecidos no Procedimento Operacional Padrão (POP). A formação da coleção de culturas do UniCEUB demonstra a busca da qualificação científica das pesquisas através da construção e institucionalização de seu patrimônio científico como meio eficaz para garantir uma real autonomia que viabilize a realização, consolidação e expansão das pesquisas na instituição.

INFLUÊNCIA DO ACORDO SOBRE MEDIDA DE SALVAGUARDAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Aluna: Lissane Pereira Holanda; Orientador: Marcelo Dias Varella
Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais - FAJS
Direito

Medidas de salvaguarda podem ser definidas como toda medida utilizada numa situação crítica, durante certo período de tempo, que leve à não aplicação das regras normais de um determinado sistema, desde que, no final de algum tempo, tais regras normais sejam novamente aplicáveis de modo integral. Essas medidas podem ser vistas tanto na elevação de tarifas ou no estabelecimento de quotas, desde que vise a proteção temporária contra importações crescentes que estiverem causando ou ameaçando causar grave prejuízo à ordem econômica de determinado país.

O Acordo Sobre Medidas de Salvaguarda surgiu com o objetivo de esclarecer e reforçar as disciplinas do GATT restabelecendo o controle dessas medidas e eliminar as pertencentes à área cinzenta e demais medidas discriminatórias, além de estimular um ajuste estrutural das indústrias nacionais afetadas. Trouxe, também, uma série de inovações em matéria de salvaguardas, a saber: definições sobre prejuízo grave, ameaça de prejuízo e indústria nacional; exigência de procedimentos prévios de investigação que possibilitem a ampla defesa para os investigados; delimitação das medidas por um período máximo de oito anos; tratamento mais favorável aos países em desenvolvimento; exigência de compensações pelas medidas aplicadas; e criação de um Comitê de Salvaguardas para harmonizar e uniformizar a aplicação do Acordo. Além de trazer regras detalhadas para notificação e consultas, e os Membros, visando transparência e publicidade, também deve comunicar o Comitê sobre suas leis, regulamentos e procedimentos administrativos referentes ao Acordo.

Quanto ao uso desse mecanismo, percebe-se que este ainda é pouco disseminado entres os membros da OMC. Várias razões podem ser apontadas: a investigação envolve governos e não empresas; o acordo exige compensações aos países afetados, já que estes não estão utilizando práticas desleais; a investigação exige a comprovação de grave

prejuízo, considerado muito mais forte que a de dano; e a proteção é aplicada a todas importações, sendo assim não seletiva. Apesar disso, nota-se um aumento após a criação do ASG, em especial entre os países em desenvolvimento. A Índia e os EUA são os maiores usuários do instrumento.

O método de abordagem utilizado na pesquisa foi o indutivo, com o procedimento monográfico, tendo sido realizada a catalogação e fichamento da bibliografia relacionada com o tema, utilizando-se de livros, *papers*¸ textos legislativos, além de outras produções acadêmicas, tais como monografias, projetos científicos, artigos, publicações e revistas acadêmicas, além do intercâmbio de informações com outros alunos, professores e interessados que fazer parte do Grupo de Pesquisa e do curso de Mestrado de Direito nas Relações Internacionais do UniCEUB.

INSTITUTO INTERNACIONAL DA HILÉIA AMAZÔNICA

Aluno: Robson Souza de Oliveira; Orientador: Delmo de Oliveira Arguelhes - Faculdade da Educação – FACE
História

O interesse científico e econômico da região amazônica, não vem de hoje, embora vez ou outra se cogita a idéia numa abertura maior daquela região para fins científicos por parte de algumas nações que não estão geograficamente em contato com esta, temos nos últimos anos uma sistematização desta questão levantada regularmente, não obstante em conferências de caráter ambiental, econômico e até mesmo de combate ao narcotráfico. Outrossim, ter uma compreensão sobre a região amazônica, significa conhecer melhor sua potencialidade; sua preservação seja na área ambiental ou de estratégia política e militar. Um conhecimento sobre propostas naquela área é de fundamental importância não por sermos brasileiros, mas devido seu caráter ímpar, sendo de interesse global.

O acesso ao assunto proposto pela pesquisa, não será inviabilizado por inacessibilidade aos documentos ou de espaço físico, ao passo que as fontes a serem pesquisadas encontram-se nos Arquivos do Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados) e Itamaraty sendo estes aberto a pesquisas para o usuário externo além das bibliografias citadas.

Na década de 1940, a cogitação de se implantar um Centro de pesquisa na Amazônia de caráter Global, era um ponto a ser alcançado pela Unesco. Essa idéia gerou discussões nos centros acadêmicos e em especial no Congresso Brasileiro (na sua maioria, manifestou-se contrário).

Esse centro de Pesquisa englobaria seus países fronteiriços além da Inglaterra e França devido suas possessões coloniais, junto com EUA e Itália que *a priori* participaria com a ajuda financeira e tecnológica. Fundariam assim, o INSTITUTO INTERNACIONAL DA HILÉIA AMAZÔNICA o IIHA. Devido à manifestação contrária brasileira, por estar a Amazônia em 80% em território nacional, o projeto não vingou.

Assim se faz necessária, a busca de uma compreensão das particularidades do momento em que houve uma discussão maior em torno deste em âmbito nacional e

externo; benefícios para os diretamente envolvidos e sua repercussão positiva e negativa no Congresso Nacional.

Embora o IIHA não tenha se consolidado devido à manobra do Parlamento Brasileiro, o Projeto Tramitou no Congresso Nacional por volta de 40 anos. Nesse aspecto, é oportuna uma análise cabal do projeto e posicionamentos favoráveis e contrários que este sofreu por parte de nossos parlamentares além de tentarmos compreender o contexto histórico em que este ainda tramitava.

Metodologia

Será de importância como modelos teóricos para analisar a proposta de pesquisa, o método que Duroselle utiliza em seu trabalho – Todo Império Perecerá, como um apoio teórico em relação à sociedade brasileira e outras envolvidas diretamente. Ademais, obras como a de Foucault e Pulcinelli, serão de relevância importância para avaliarmos essência dos discursos parlamentares, pois sendo os discursos parlamentares a exposição de motivos de um problema, teremos uma base cientifica para nos apoiar.

Além das bibliografias propostas para estudos, é de fundamental importância minuciosas análises em documentos oriundos do Congresso Nacional e Itamaraty, sejam eles de tipos: Discursos, Requerimentos, Projetos, Mensagens, Cartas entre outros de competência governamental, junto com publicações sobre o assunto proposto, como: Periódicos e Jornais.

Conclusões Finais

Os resultados obtidos com a pesquisa mostram o papel do Estado, na criação de mecanismo ideológico para construção de um Estado forte. O Congresso Nacional levado pelo ímpeto de nacionalismo e antiimperialismo discursaram contra a possibilidade de implantação do instituto internacional na Amazônia.

Acreditavam que com isso, a Floresta Amazônica estariam à mercê de nações estrangeiras que buscavam explorar riquezas da floresta de forma ilícita. Ao passo que o caráter de instituto de pesquisa internacional seria um manto de respeitabilidade que

abrigaria profissional estrangeiro com imunidade política. Desta forma o projeto não vinga, sendo arquivado definitivamente no ano de 1984, na Câmara dos Deputados.

Muitos parlamentares incentivaram a difusão da idéia do roubo da Amazônia, informações essas que eram propagadas através dos jornais chamando a atenção da opinião e também das instituições de defesa (Exército, Aeronáutica e Marinha).

Na década de 50 é implantado o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, no governo de Getúlio Vargas. O governo populista de Getúlio buscava nos ideais nacionalistas para seu projeto, no caso da Amazônia não foi diferente. Com o INPA a Amazônia poderia ficar livre de cogitações sobre o instituto da hiléia.

NASCENTE OLHOS D´ÁGUA – CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

Aluna: Claudia Laport Borges; Orientador: Francisco Chagas Barradas - Faculdade de Ciências da Educação
Geografia

INTRODUÇÃO:

O Parque Olhos D´Água encontra-se na Região Administrativa de Brasília – RA I, na área das quadras SQN 413/414 e SCLN 414/415. Foi criado pela lei nº 556, de 07/10/93 e pelo decreto de criação nº 15.900, de 12/09/1994. Apesar de ser um Parque Ecológico bem estruturado, a nascente do córrego Olhos D´Água, cuja cabeceira encontra-se na SQN 212/213, e que corta o Parque de oeste para leste, ficou fora da poligonal traçada no seu ato de criação. Apesar de a sobrevivência do Parque estar atrelada à preservação das nascentes e do córrego a área não conta com nenhum respaldo da legislação local.

METODOLOGIA:

O trabalho foi feito basicamente em quatro etapas: coleta informações sobre a área; ida ao campo para identificação dos problemas, documentação fotográfica e coleta de amostras de água; organização das informações, e; elaboração do relatório, propondo soluções técnicas para a recuperação da área.

RESULTADOS:

Várias irregularidades foram encontradas no local, apesar deste ser uma Área de Preservação Permanente (APP), como: presença de aterros, instalados a menos de 5 metros da nascente, sem informações sobre o material utilizado e sem nenhuma compactação. Não há vegetação incipiente, havendo carreamento de sedimentos para a

nascente. O que agrava ainda mais a situação é o despejo direto das águas provenientes do sistema de águas pluviais sem nenhum tratamento, que na época das chuvas, devido ao grande volume de água, erode e assoreia o leito do córrego.

Além disso, há a presença de vegetação exótica e ruderal (indicativa de perturbação), presença de lixo e entulho provenientes das construções adjacentes e futura construção de prédios residenciais sobre a área das nascentes.

CONCLUSÕES:

A reivindicação da população em incluir a entrequadra SQN 212/213 na poligonal do Parque é legítima e diminuiriam consideravelmente os riscos de maiores degradações na área. A área pode ser recuperada a partir de soluções simples, de baixo custo e tecnicamente viáveis. Basta somente o comprometimento do Governo do Distrito Federal em resolver junto às Construtoras e donos dos terrenos a permuta de novas áreas para suas construções, acabando com o impasse que já dura vários anos.

O conceito de democracia na ética do discurso

Aluno bolsista: Thiago Pereira de Freitas
Professor orientador: Ruitemberg Nunes Pereira
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, FCJS, Curso de Direito

Introdução

A presente pesquisa buscou desenvolver, sob uma visão filosófica, o conceito de democracia elaborado por Jürgen Habermas a partir de sua teoria da ação comunicativa. A teoria de Habermas busca resolver um grande problema que vem se arrastando nos últimos tempos, o da tensão entre facticidade e validade dentro das teorias da democracia. A teoria do direito e a da política já não podem mais dar respostas satisfatórias à problemática atual da democracia, pois a primeira estriba-se exacerbadamente em princípios normativos, que correm o risco de perder contato com a realidade social, enquanto que a segunda não considera nenhum aspecto normativo, sendo exageradamente objetiva. Para solucionar essa situação Habermas desenvolve uma teoria

da democracia que tenta conciliar ambas as orientações partindo de posições metodológicas e orientações teóricas que, em certa medida, tentam resolver o problema de forma dialética, assimilando melhor a tensão existente entre a facticidade e a validade das normas que estruturam as sociedades.

Metodologia

Como a pesquisa foi desenvolvida sob uma perspectiva filosófica pode-se enquadra-la metodologicamente, no que tange aos aspectos extrínsecos, como uma pesquisa teórica, já que não foi necessária uma intervenção direita na realidade e o objetivo almejado era atacar problemas abstratos. Do ponto de vista intrínseco usou-se, no bojo da pesquisa, a estrutura de argumentação desenvolvida por Toulim em sua obra chamada os Usos do argumento.

Resultados

A pesquisa objetivou e conseguiu responder, basicamente, a estas quatro perguntas: 1) Qual a relação entre a racionalidade intersubjetiva defendida por Habermas e a razão prática? ; 2) Quais são os fundamentos da teoria da ação comunicativa? ; 3) O que é a pragmática da linguagem? ; 4) Como a pragmática da linguagem se liga ao conceito de democracia, dentro da teoria habermasiana?

Conclusões

A teoria da democracia pregada por Habermas é um projeto sem término histórico definido –é uma situação que devemos buscar constantemente—uma teoria reconstrutiva (crítica) da sociedade. Ela não oferece conteúdos/orientações para o agir, só mostra os meios que se deve usar para legitimar as normas que nortearam nossas vidas. Detectou-se algumas insuficiências/problemas no que concerne à implementação dos direitos humanos dentro da teoria de Habermas, todavia, seu projeto ainda pode ser muito útil na construção de sociedades que se emancipam pela reflexão (crítica).

O ACESSO À JUSTIÇA O JUS PUNIENDI E A APLICAÇÃO HUMANISTA DA PENA

Orientadora: Sandra Nascimento; Aluna: Camila de Souza Marques Silva
Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais – FAJS
Direito

O acesso à Justiça , tema geralmente debatido na esfera civil, tem grande importância na esfera penal e para que de fato possa ser implementado deve ter a seguinte perspectiva: o acesso a ampla defesa que implica em um advogado que desempenhe corretamente e de forma esforçada suas funções; um julgamento justo, uma acusação que se preocupe com o bem-estar das partes e da sociedade como um todo e em caso de condenação o cumprimento da pena de forma a não negligenciar os direitos da pessoa condenada e com acompanhamento do Estado.

O sistema prisional desde o seu surgimento enquanto pena durante a idade média até os dias atuais manifesta ser um sistema falido, não permite a ressocialização justamente por afastar a pessoa presa do convívio social, a pesquisa, no entanto destinava-se a estudar os problemas do presídio para investigar qual seria a melhor forma de aproximar a realidade das penitenciarias à uma vida digna para as pessoas que estão presas de forma a garantir a aplicação humanista.

A mulher que cumpre pena sofre ainda mais as conseqüências de um sistema que não contempla princípios basilares da aplicação humanista como por exemplo , o fato de que a própria legislação em alguns pontos faz distinção desnecessária entre homens e mulheres e a realidade do presídio confronta a dignidade com o fato de que as mulheres sequer recebem artigos de higiene como absorvente do Estado.

Portanto o sistema prisional que possui falhas no que se refere a dignade humana desde a sua concepção ideológica e na prática na conse

Palavras chave: Acesso à Justiça, Sistema Prisional, Aplicação humanista da pena no presídio feminino.

O CONCEITO DE DEMOCRACIA NA ÉTICA DO DISCURSO

Aluno: Thiago Pereira de Freitas; Orientador: Ruitemberg Nunes Pereira
Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais
Direito

Introdução

A presente pesquisa buscou desenvolver, sob uma visão filosófica, o conceito de democracia elaborado por Jürgen Habermas a partir de sua teoria da ação comunicativa. A teoria de Habermas busca resolver um grande problema que vem se arrastando nos últimos tempos, o da tensão entre facticidade e validade dentro das teorias da democracia. A teoria do direito e a da política já não podem mais dar respostas satisfatórias à problemática atual da democracia, pois a primeira estriba-se exacerbadamente em princípios normativos, que correm o risco de perder contato com a realidade social, enquanto que a segunda não considera nenhum aspecto normativo, sendo exageradamente objetiva. Para solucionar essa situação Habermas desenvolve uma teoria da democracia que tenta conciliar ambas as orientações partindo de posições metodológicas e orientações teóricas que, em certa medida, tentam resolver o problema de forma dialética, assimilando melhor a tensão existente entre a facticidade e a validade das normas que estruturam as sociedades.

Metodologia

Como a pesquisa foi desenvolvida sob uma perspectiva filosófica pode-se enquadra-la metodologicamente, no que tange aos aspectos extrínsecos, como uma pesquisa teórica, já que não foi necessária uma intervenção direita na realidade e o objetivo almejado era atacar problemas abstratos. Do ponto de vista intrínseco usou-se, no bojo da pesquisa, a estrutura de argumentação desenvolvida por Toulim em sua obra chamada os Usos do argumento.

Resultados

A pesquisa objetivou e conseguiu responder, basicamente, a estas quatro perguntas: 1) Qual a relação entre a racionalidade intersubjetiva defendida por Habermas e a razão prática? ; 2) Quais são os fundamentos da teoria da ação comunicativa? ; 3) O que é a pragmática da linguagem? ; 4) Como a pragmática da linguagem se liga ao conceito de democracia, dentro da teoria habermasiana?

Conclusões

A teoria da democracia pregada por Habermas é um projeto sem término histórico definido – é uma situação que devemos buscar constantemente—uma teoria reconstrutiva (crítica) da sociedade. Ela não oferece conteúdos/orientações para o agir, só mostra os meios que se deve usar para legitimar as normas que nortearam nossas vidas. Detectou-se algumas insuficiências/problemas no que concerne à implementação dos direitos humanos dentro da teoria de Habermas, todavia, seu projeto ainda pode ser muito útil na construção de sociedades que se emancipam pela reflexão (crítica).

O EFÊMERO COTIDIANO CURSO: ARQUITETURA E URBANISMO

Aluna: Andréa Bagniewski; Orientadora: Prof. Beatriz de Abreu e Lima – Faculdade de Ciências Exatas e de Tecnologia – FAET

Arquitetura e Urbanismo

"Interstícios Urbanos" dedica-se a traçar os contornos de uma organização que denominamos cidade latente e que, conforme sugerimos, acontece em sobreposição ao traçado original do Plano Piloto de Brasília. Por cidade latente compreende-se uma cidade emergente, de eventos e "arquiteturas" transitórias, constituída por relações dinâmicas que reconfiguram o espaço urbano segundo suas próprias necessidades.

Em nosso entendimento, esta organização urbana paralela revela-se nos espaços de transição, nos vazios, nas áreas livres e não-ocupadas, entre os *objetos;* nos chamados espaços intersticiais. No caso do Plano Piloto, estes espaços são responsáveis pela originalidade e a identidade do projeto de Lúcio Costa, que se utilizou de grandes áreas não-edificadas como elementos de composição. Estas "áreas vagas oficiais" são normalmente submetidas a enormes pressões para serem preenchidas (ainda que temporária ou precariamente), a exemplo do canteiro central da Esplanada dos Ministérios e das bordas das superquadras; constituindo-se em territórios de negociação constante entre os diversos personagens/atores que configuram a cidade.

Para conhecer a organização da chamada cidade latente, partimos da reunião e análise de dados referentes às ocupações arquitetônicas não-fixas na área do Plano Piloto. O objetivo era estudá-las e mapeá-las com o auxílio de *softwares* gráficos e de animação, capazes de registrar estas ocupações em termos de sua duração e concomitância, fatores estes, fundamentais para o reconhecimento da existência da cidade latente. A opção dos recursos utilizados para a representação do efêmero tornou-se uma questão fundamental, tendo em vista que as disciplinas de arquitetura e urbanismo tradicionalmente não se ocupam do que é transitório, fugidio.

No que diz respeito à fase de coleta de dados, buscamos: traçar a evolução do uso das áreas públicas – ou espaços intersticiais do Plano Piloto – por meio de consultas ao acervo fotográfico do Arquivo Público (período de 1960 a 1994) e registrar o uso atual destas áreas; abordar a polêmica da ocupação das áreas públicas do Plano Piloto; estudar leis e normas a respeito das ocupações temporárias e informais; realizar, junto aos órgãos da Administração de Brasília, o levantamento e catalogação dos eventos ocorridos entre 2002 e 2003 (período eleito para a pesquisa) nas áreas em questão, visando à produção de diagramas que representem o caráter dinâmico inerente à ocupação destas áreas.

Durante este processo foi possível constatar, por exemplo, que, a partir da década de 80, a dessacralização do espaço da Esplanada se acelerou, devido à intensificação da ocupação de suas áreas livres não só por atividades cívico-políticas como também por atividades culturais, esportivas, religiosas com todos os seus componentes de suporte; enquanto que na escala cotidiana da cidade, as arquiteturas informais que se pretendem transitórias, se mostraram, na realidade, permanentes.

As investigações também apontaram para o fato de que os eventos efêmeros seriam os responsáveis por uma certa “subversão” das escalas – monumental, residencial, gregária e bucólica – descritas por Lúcio Costa no documento Brasília Revisitada (1987). A chamada cidade latente que se configura a partir destes eventos é capaz de criar, por exemplo, enclaves cotidianos nas áreas ditas de escala monumental. Assim, a imagem aparentemente estática, engessada, da cidade real, dos objetos, mostra-se, na verdade, dinâmica.

A relevância desta pesquisa se confirma ao observarmos que, apesar das atividades efêmeras terem uma presença cada vez mais evidente e constante na paisagem da cidade, seu papel dentro de uma reestruturação urbana “real” – quase diária – é bastante subestimado. Uma vez admitida a cidade latente, coloca-se a questão: como geri-la?

Ao contrário do que vem sendo realizado em termos de estratégias públicas – a exemplo das iniciativas de “regularizar” aquilo que é informal por meio de estruturas fixas – a pesquisa aponta para a possibilidade do efêmero constituir-se em um inusitado critério para abordar a gerência do espaço público em geral.

Este resumo sintetiza a linha de pesquisa "Interstícios Urbanos" e suas duas vertentes - "O Efêmero Monumental e o Efêmero Cotidiano". Foi produzido para a Assessoria de Imprensa do UniCEUB, com fins de publicação na coluna do UniCEUB no Correio Braziliense.

Observação: o texto teve co-autoria do aluno Igor Lacroix.

O EFEMERO MONUMENTAL: UMA ANALISE SOBRE O ESPAÇO DA ESPLANDA DOS MINISTERIOS E SUAS OCUPAÇÕES PROGRAMATICAS

Aluno: Igor Lacroix ; Orientadora: Profª Beatriz de Abreu e Lima - – Faculdade de Ciências Exatas e de Tecnologia – FAET

Arquitetura e Urbanismo

Este resumo sintetiza a linha de pesquisa “Interstícios Urbanos” e suas duas vertentes – “O Efêmero Monumental” e o “Efêmero Cotidiano”. Foi produzido para a Assessoria de Imprensa do UniCEUB, com fins de publicação na coluna do UniCEUB no Correio Braziliense. Esse texto teve co-autoria da aluna e pesquisa Andréa Bagniewski.

“Interstícios Urbanos” dedica-se a traçar os contornos de uma organização que denominamos cidade latente e que, conforme sugerimos, acontece em sobreposição ao traçado original do Plano Piloto de Brasília. Por cidade latente compreende-se uma cidade emergente, de eventos e “arquiteturas” transitórias, constituída por relações dinâmicas que reconfiguram o espaço urbano segundo suas próprias necessidades.

Em nosso entendimento, esta organização urbana paralela revela-se nos espaços de transição, nos vazios, nas áreas livres e não-ocupadas, entre os *objetos;* nos chamados espaços intersticiais. No caso do Plano Piloto, estes espaços são responsáveis pela originalidade e a identidade do projeto de Lúcio Costa, que se utilizou de grandes áreas não-edificadas como elementos de composição. Estas “áreas vagas oficiais” são normalmente submetidas a enormes pressões para serem preenchidas (ainda que temporária ou precariamente), a exemplo do canteiro central da Esplanada dos Ministérios e das bordas das superquadras; constituindo-se em territórios de negociação constante entre os diversos personagens/atores que configuram a cidade.

Para conhecer a organização da chamada cidade latente, partimos da reunião e análise de dados referentes às ocupações arquitetônicas não-fixas na área do Plano Piloto. O objetivo era estudá-las e mapeá-las com o auxílio de *softwares* gráficos e de animação, capazes de registrar estas ocupações em termos de sua duração e concomitância, fatores estes, fundamentais para o reconhecimento da existência da cidade latente. A opção dos recursos utilizados para a representação do efêmero tornou-

se uma questão fundamental, tendo em vista que as disciplinas de arquitetura e urbanismo tradicionalmente não se ocupam do que é transitório, fugidio.

No que diz respeito à fase de coleta de dados, buscamos: traçar a evolução do uso das áreas públicas – ou espaços intersticiais do Plano Piloto – por meio de consultas ao acervo fotográfico do Arquivo Público (período de 1960 a 1994) e registrar o uso atual destas áreas; abordar a polêmica da ocupação das áreas públicas do Plano Piloto; estudar leis e normas a respeito das ocupações temporárias e informais; realizar, junto aos órgãos da Administração de Brasília, o levantamento e catalogação dos eventos ocorridos entre 2002 e 2003 (período eleito para a pesquisa) nas áreas em questão, visando à produção de diagramas que representem o caráter dinâmico inerente à ocupação destas áreas.

Durante este processo foi possível constatar, por exemplo, que, a partir da década de 80, a dessacralização do espaço da Esplanada se acelerou, devido à intensificação da ocupação de suas áreas livres não só por atividades cívico-políticas como também por atividades culturais, esportivas, religiosas com todos os seus componentes de suporte; enquanto que na escala cotidiana da cidade, as arquiteturas informais que se pretendem transitórias, se mostraram, na realidade, permanentes.

As investigações também apontaram para o fato de que os eventos efêmeros seriam os responsáveis por uma certa “subversão” das escalas – monumental, residencial, gregária e bucólica – descritas por Lúcio Costa no documento Brasília Revisitada (1987). A chamada cidade latente que se configura a partir destes eventos é capaz de criar, por exemplo, enclaves cotidianos nas áreas ditas de escala monumental. Assim, a imagem aparentemente estática, engessada, da cidade real, dos objetos, mostra-se, na verdade, dinâmica.

A relevância desta pesquisa se confirma ao observarmos que, apesar das atividades efêmeras terem uma presença cada vez mais evidente e constante na paisagem da cidade, seu papel dentro de uma reestruturação urbana “real” – quase diária – é bastante subestimado. Uma vez admitida a cidade latente, coloca-se a questão: como geri-la?

Ao contrário do que vem sendo realizado em termos de estratégias públicas – a exemplo das iniciativas de “regularizar” aquilo que é informal por meio de estruturas fixas –

a pesquisa aponta para a possibilidade do efêmero constituir-se em um inusitado critério para abordar a gerência do espaço público em geral.

O TRABALHO INFANTIL NO INICIO E NO FIM DO SÉCULO XX

Aluna: Maria Angélica da Silva; Orientadora: Rosana Ulhôa Botelho

A trajetória do trabalho infantil no Brasil sempre esteve relacionada a pobreza e a miséria, porém existe em nossa cultura um fator mais preocupante que legitimou esta vergonha durante o século XX, que é a idéia de que o trabalho é uma maneira de livrar crianças e adolescentes da marginalização.

No início do século XX, médicos, juristas, operários, empresários e homens públicos das décadas de 1910 e 1920 perceberam que era necessária a regulamentação desta forma de trabalho. Os anarquistas, que eram uma ramificação da classe operária, não se limitavam a defender a regulamentação trabalho infantil mas sim a sua total erradicação pregando que a criança deve ter acesso à educação em seu sentido mais amplo.

Os pequenos operários do início do século XX despertavam nestes segmentos sociais da época dois tipos de sentimentos: O de pena e o de medo, pois as crianças começavam a trabalhar muito cedo, mas se não trabalhassem fatalmente se tornariam delinqüentes.

Desta forma em 1927 entrou em vigor o Código de Menores que regulamentou o trabalho infantil e amenizou provisoriamente os movimentos sociais sobre o tema.

No decorrer das décadas do século XX novos atores foram surgindo e deram um novo tom a discussão não apenas no Brasil mas no mundo entre eles podemos destacar a OIT , o UNICEF e as ONGs.

A década de 1980 foi marcada, dentre outras coisas, por uma inquietação social diante dos direitos da criança e do adolescente. O ano de 1988 foi considerado uma grande vitória para as crianças e adolescentes brasileiros. Foi o ano de conclusão do processo constituinte sendo incorporado no artigo 277 o conteúdo da Convenção sobre os direitos da Criança, que viria a ser aprovado pela ONU em 1989.

Diante desta vitória os defensores de uma nova legislação infanto-juvenil sabiam que a lei para a regulamentação do artigo 277 viria em pouco tempo. Em outubro de 1990 entra em vigor a lei 8069 ou ECA. que revolucionou o direito de crianças e adolescentes e

revogou o antigo Código de Menores que priorizava apenas a questão criminal . As mudanças na legislação brasileira foram influenciadas pela luta do UNICEF, ONGs e OIT que ate hoje lutam pela erradicação do trabalho infantil.

O governo vem buscando soluções para o problema e conta com o apoio da OIT, UNiCEF e ONGs e atualmente desenvolve programas juntamente com estes órgãos.

OCORRÊNCIA *DE SALMONELLA SP.* NO LAGO PARANOÁ – DF

Aluno: Suiellen Carvalho Reis; Orientador: Professor Valdi Lopes Tutunji - Faculdade de Ciências da Saúde – FACS

Biomedicina

Entre os vários patógenos bacterianos veiculados pela água, destaca-se *Salmonella* como um verdadeiro parâmetro para avaliação sanitária da água, principalmente, por sua capacidade de sobrevivência ou resistência nos diversos sistemas aquáticos. Verifica-se na literatura que esta bactéria está presente quando ocorrem altas concentrações de organismos indicadores de poluição fecal em águas naturais. A ausência de microrganismos indicadores, não garante necessariamente sua qualidade. O objetivo do presente trabalho é verificar a ocorrência do gênero *Salmonella* no Lago Paranoá/DF correlacionando este microrganismo com fermentadores de lactose e avaliando a importância da sua presença para o controle de qualidade da água. Foram coletadas 20 amostras de água em pontos aleatórios do Lago Paranoá. Cada amostra foi semeada em caldos seletivos e o isolamento se fez em ágar SS, ágar sulfito de bismuto e meio MacConkey, incubados a 37° C por um período de 18-24 horas. A identificação do gênero *Salmonella* deu-se, inicialmente, pelas características das colônias em cada meio semeado. Em seguida, foram realizadas as provas bioquímicas comprobatórias do gênero. Das 20 amostras trabalhadas, notou-se presença de 616 colônias típicas de *Salmonella* nos meios de cultura específicos após enriquecimento em caldos. As provas bioquímicas mostraram-se satisfatórias para identificação do gênero confirmando, dentre os diversos microrganismos isolados, que 25,32% são possíveis de ser *Salmonella*. Conclui-se que há ocorrência deste microrganismo por toda a extensão do Lago Paranoá - DF. Foi possível avaliar a presença de fermentadores de lactose, verificando que em alta concentração destes há presença de *Salmonella*. Entretanto esta relação depende principalmente da fonte da descarga fecal, da capacidade de sobrevivência do microrganismo em ambientes aquáticos e da metodologia aplicada. Microrganismos patogênicos como *Salmonella* podem sobreviver por muitos dias em água, o que torna sua ocorrência importante para o controle de qualidade, porém seu potencial risco à saúde está intimamente relacionado com a concentração, a dose mínima infectante e o grau de resistência do hospedeiro.

OS RISCOS DE CONTAMINAÇÃO DO LODO DE ESGOTO COMO FERTILIZANTE AGRÍCOLA

Aluna: Maria Vilani Ferreira; Orientador: Júlio Ferreira da Costa Neto
vilani@unb.br, juliofcneto@uol.com.br.

A técnica de utilização do lodo de esgoto como fertilizante agrícola vem sendo aplicada nos EUA, no Canadá e na Europa desde a década de 50. No Brasil, está em utilização está a menos de 10 anos. O lodo de esgoto refere-se ao resíduo do tratamento de esgoto líquido de uma comunidade e quando devidamente higienizado, estabilizado e seco, recebe o nome de biossólido. O produto apresenta cor escura, odor desagradável, tem aparência pastosa e contém elevada quantidade de água, variando de 90% a 95% após a última etapa de tratamento. A sua composição pode variar em função do local de origem, ou seja, de uma área tipicamente residencial ou tipicamente industrial, da época do ano e do processo utilizado na ETE (Estação de Tratamento de Esgoto). O lodo de esgoto apresenta teor razoável de nutrientes, principalmente nitrogênio e fósforo e elevado conteúdo de matéria orgânica, além da presença de metais pesados e de organismos patogênicos. Quanto à sua disposição final, as Estações de Tratamentos de Esgoto procuram a melhor forma de utilizar esse resíduo, e uma das melhores alternativas encontradas é a sua disposição na agricultura.

Atualmente se constata que a maioria dos pequenos agricultores desconhece os riscos de contaminação. Sendo assim, devem ser tomados cuidados especiais quanto às possibilidades de riscos de contaminações do solo, das culturas e do ser humano, devido à presença de agentes patogênicos e metais pesados. O incentivo do uso do lodo de esgoto como fertilizante agrícola são desprovidas de informações quanto aos riscos de contaminação gerados principalmente pelos patógenos e metais pesados existentes no lodo, levando apenas ao conhecimento dos produtores rurais os “efeitos benéficos” com custos de aplicação e de retorno às culturas.

PREVALENCIA DE ENTEROPARASITOSES EM CRIANÇAS DE CRECHE FILANTROPICA DO DISTRITO FEDERAL

Aluno: Jofran da Cruz Barroso; Orientador: Professora Tatiana Karla Borges

As enteroparasitoses são patologias de grande preocupação de saúde pública, pois além de se distribuírem amplamente no mundo, comprometem o equilíbrio orgânico de seu hospedeiro, consumindo-lhes tecidos, humores e conteúdo intestinal. Desta forma, faz-se necessário estudar melhor essas enfermidade, principalmente em instituições onde a relação interpessoal é muito intensa. Este trabalho verifica a prevalência de enteroparasitas em crianças de creche filantrópica, correlacionando com as condições sócio-econômicas e hábitos de higiene. As metodologias foram: Hoffmann, Hoffmann modificado, Willis, Harada Mori, F.A.E. e coloração de Kinyoun modificado. As análises foram divididas em duas etapas e os resultados analisados separadamente. Na primeira fase 49,53% das amostras estavam positivas para *Giardia lamblia*, seguido por *Endolimax nana* (31,77%), *Entamoeba coli* (25,23%), *Ascaris lumbricoides* (7,47%), *Iodamoeba butschilii* (2,80%), *Hymenolepis nana* (2,80%), *Enterobius vermiculares* (1,86%) e *Entamoeba histolítica* (0,93%). Na Segunda fase, a maior prevalência parasitária continuou sendo de *Giardia lamblia* (46,96%). Os parâmetros sócio-econômicos como moradia, saneamento básico, hábitos alimentares, hábitos de higiene, nível de escolaridade e renda familiar influenciaram de maneira conclusiva nos resultados, já que alguns dos destes, são primordiais na transmissão de enteroparasitoses. Conclui-se que para reduzir estes índices coproparasitológicos, faz-se necessário a implementação de diversas medidas, de caráter curativo, preventivo e profilático nesta comunidade, para melhorar as condições de saúde.

PREVALÊNCIA DE SOROTIPOS DE SALMONELLA SP. NO LAGO PARANOÁ - DF

Autora: Graziela Silveira Araújo; Orientador: Professor Valdi Lopes Tutunji - Faculdade de Ciências da Saúde – FACS

Biomedicina

A *Salmonella* é reconhecida como um significante patógeno humano; assim a sorotipagem deste microorganismo é uma etapa de grande importância no rastreamento da fonte de infecção, impedindo a disseminação deste microrganismo no ciclo de circulação homem-animal-meio ambiente. A prevalência elevada dos sorotipos encontrados geralmente em casos clínicos constitui uma ameaça potencial à saúde humana devido ao uso crescente das águas de superfície para finalidades recreacionais e para fontes de irrigação. O objetivo do presente trabalho é verificar a prevalência dos sorotipos de *Salmonella* sp. presentes no Lago Paranoá – DF, uma vez que, por sofrer constantes contaminações de natureza variada, pode carrear uma grande diversidade de microrganismos patogênicos passíveis de transmissão hídrica. As 20 amostras de água foram coletadas em pontos aleatórios do Lago Paranoá – DF. Com o isolamento, segui-se para as provas sorológicas através da técnica de aglutinação rápida em lâmina com anti-soro somático e flagelar polivalente e com anti-soro específico para antígeno Vi da marca PROBAC. O sorotipo de maior prevalência identificado foi *S. cholorae-suis* com 21,15%. *S. typhi* apresentou um número maior que o esperado, 14,55%, sendo este o sorotipo causador da febre tifóide. O sorotipo *S. typhimurium* comumente apresenta ocorrência esporádica em ambientes aquáticos, representando 12,85%. Embora haja poucos relatos da existência de *S. paratyphi B* e *C* em água, estes sorotipos foram identificados em um número pouco significante de 4,49% e 4,53%, respectivamente. Dos 45% das salmonellas não identificadas, a maioria provavelmente pertence ao sorotipo enteritidis, por este ser o mais comum em cursos de água. Conclui-se que há diversos sorotipos de *Salmonella* de interesse clínico nas águas do Lago Paranoá. Porém, vale ressaltar, que diversos fatores devem estar relacionados para o desencadeamento da infecção, tais como a quantidade

de água ingerida e o grau de suscetibilidade do hospedeiro. A identificação de sorotipos de *Salmonella* em cursos de águas ajuda a direcionar medidas epidemiológicas, oferecendo subsídios para o controle e a vigilância das salmoneloses, doença de âmbito mundial, cujas conseqüências refletem negativamente na economia do país.

PROCESSO LEGISLATIVO NO DISTRITO FEDERAL: UMA ABORDAGEM NÃO DOGMÁTICA

Aluno: Bruno Furtado Vieira; Orientador: Dr. Luiz Eduardo de Lacerda Abreu

Um estudo sobre o Dever-Ser e o Ser do processo legislativo.

Processo Legislativo na Câmara Legislativa do Distrito Federal: uma abordagem não dogmática. Bolsista: Bruno Furtado Vieira Orientador: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu. Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, FAJS, curso de Direito. Este trabalho é um estudo sobre o Dever-Ser (teoria) e o Ser (prática) do processo legislativo no Distrito Federal. O objetivo do trabalho como um todo, é juntar a abordagem jurídica com a sensibilidade sociológica, relacionando por um lado, as regras formais do processo legislativo e, por outro, a prática política que, efetivamente, faz com que uma proposição siga o curso regimental. Para esse entendimento metajurídico do processo legislativo dividimos o projeto em três (3) capítulos: O Dever-ser, O Ser e as Considerações Finais. O capítulo do Dever-ser descreve o aparato teórico do trabalho, dedicando especial atenção à doutrina que defende a necessidade de um rigor do rito legislativo, a aplicação da Teoria do Discurso no contexto da elaboração normativa, e um controle judicial do processo legislativo maior do é que feito hoje. O capítulo do Ser trata da efetiva prática do processo legislativo, subsidiado por dados empíricos, que nos permitiram por fim, nas Considerações Finais, confrontar os dados do Dever-Ser com os do Ser. A confrontação nos permitiu chegar a algumas conclusões: a) a questão do controle jurisdicional do processo legislativo não se mostrou viável, pois se baseia em argumentos contra-factuais. b) dificilmente, a lógica parlamentar se reduziria integralmente à lógica judicial, pois a política tem uma natureza muito particular. c) há uma distancia considerável entre o que prega a teoria e o que de fato acontece, na prática do processo legislativo, especialmente, o que concerne o fiel cumprimento dos regimentos internos das Casas Legislativas d) nosso objeto de pesquisa se tornou ainda mais complexo e demanda estudos mais aprofundados.

SÉRIES DE FOURIER E SUA APLICAÇÃO A TELE-PROCESSAMENTO DE DADOS

Orientador: Luís Cláudio Lopes de Araújo; Aluna: Roberta Neder de Araújo – Faculdade de Ciências Exatas e de Teconologia – FAET
Engenharia da Computação

Neste trabalho nos propomos a mostrar uma das diversas aplicabilidades da Teoria de Fourier. O assunto é bastante amplo e mesmo que quiséssemos jamais poderia esgotá-lo. Embora a proposta tenha sido estudar teleprocessamento a idéia usada é bem ampla e pode ser generalizada. Mas o que podemos entender por teleprocessamento?

De forma bem simples, podemos definir como sendo uma modalidade de tratamento de informações por um sistema de processamento de dados que utiliza telecomunicações, ou seja, um meio de comunicação onde não haja ligação física entre pontos de transmissão e de recepção. Esta informação será transmitida usando um sinal que conterá as informações a serem transmitidas e este sinal é, do ponto de vista matemático, uma função (de uma ou mais variáveis).

Assim podemos definir sinal com sendo uma função de uma ou mais variáveis independentes que contém informações sobre o comportamento ou as características de um determinado fenômeno físico. Um outro conceito importante é o de sistema que, segundo Isabel Lourtie, são modelos matemáticos, ou abstrações, sobre a realidade que produzem respostas a partir de dados fornecidos pro uma ou mais variáveis.

Isto funciona da seguinte forma: em se desejando estudar algum fenômeno natural, tentamos criar um modelo matemático que o represente com a maior fidelidade possível. A seguir, transformamos o problema de estudar o problema físico em um problema matemático. Sendo o modelo consistente o que esperamos é obter respostas para a situação real a partir da resposta matemática.

TEORIA E PRÁTICA DA HERMENÊUTICA NA COMPREENSÃO DOS FENÔMENOS JURÍDICOS

Aluno: André Nunes Chaib; Orientadora: Dra. Dirce Mendes da Fonseca – Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Socais - FAJS
Direito

O trabalho realizado teve como principal objetivo identificar a importância e a forma como a hermenêutica é tratada e absorvida no mundo do direito. Foram, para tanto, realizadas pesquisas bibliográficas, nas quais se procurou sempre estudar autores que estivessem tanto relacionados à hermenêutica, propriamente dita, quanto ao direito.

Os principais autores estudados foram Wilhelm Dilthey, Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer. Estes dois últimos, já constam como focos centrais de estudo no projeto apresentado. Entretanto, no decorrer da pesquisa percebeu-se que seria inevitável e fundamental falar de Dilthey.

O que se propôs, foi analisar a hermenêutica enquanto método da ciências humanas, mais especificamente como método da Ciência Jurídica.

O trabalho se realizou a partir do estudo da filosofia e teoria dos autores mencionados e a forma como elas se relaciona com a concepção de hermenêutica que os juristas possuem. Ao se fazer isso, verificou-se a magnitude e a importância que este tema possui. Portanto, de forma alguma seria irrelevante, apesar de já ter sido tratado inúmeras vezes, realizar uma pesquisa sobre este assunto.

Em Dilthey, pode-se observar, pela primeira vez, uma distinção metodológica clara, com relação às Ciências Humanas e às Ciências Naturais. Segundo ele, estas possuiriam como base metodológica, a *explicação*, já as primeiras possuiriam a *Compreensão*. A partir desta distinção muito se pode dizer a respeito das Ciências Humanas. Dilthey irá traçar um paralelo demasiado importante entre a historicidade e a compreensão e, desta forma, encerrará a concepção de que a interpretação ou compreensão de algo seja um fenômeno a-histórico. A *Compreensão* passou a ser tema muito discutido e questionado. Algumas indagações a seu respeito são: qual seria sua verdadeira função, ou o que seria, propriamente, a compreensão.

Martin Heidegger enxergara a compreensão como uma estrutura existencial do *ser-no-mundo*. Todo aquele que é, compreende, e portanto deve, também, ser compreendido. Heidegger fizera a distinção entre *interpretação e compreensão*, o que é fundamental para que se possa entender a hermenêutica com mais precisão. Pois, ao contrário do que muitos dizem, hermenêutica não é tão somente a arte de interpretar, mas sim a arte e a capacidade de *compreender*. Heidegger fora, também, o filósofo que começou a trabalhar com a idéia de *pré-conceito*, ideia esta que seria absorvida por um de seu alunos e seria crucial para o desenvolvimento da teoria deste.

Logo após o desenvolvimento da hermenêutica ontológica de Heidegger, um de seus alunos, Hans-Georg Gadamer, desenvolveu uma “Hermenêutica Filosófica”. A essência de sua filosofia se encontra em sua obra-prima, *Verdade e Método*. É aí que Gadamer trabalha sua hermenêutica. Utilizando-se de idéias já desenvolvidas pela fenomenologia de Heidegger, Gadamer aprimora a idéia dos *pré-conceitos* e a partir daí constrói todo um sistema hermenêutico, o qual defende ser o mais coerente. Em

Gadamer, diversas concepções parecem ruir. A idéia da relação *sujeito-objeto*, como relação fundamental no processo de conhecimento fragiliza-se, e por conseguinte, o ideal de neutralidade dos métodos científicos também. Estas são algumas das idéias fundamentais de Gadamer, apresentadas em sua obra.

A partir do estudo destes três autores, observa-se a importância da Hermenêutica tanto para o Direito, quanto para todas as áreas das ciências humanas. É indiscutível o quanto as idéias e concepções dos pensadores estudados contribuiu e ainda contribui para o desenvolvimento da ciência moderna.

Como conclusão da pesquisa realizada, pode-se perceber que apesar da intensa discussão a respeito da questão de ser, o Direito, uma ciência ou não, acredita-se que a hermenêutica oferece fundamentos e princípios para legitimá-lo como tal.

TESTE EMOCIONAL EM IDOSOS RESIDENTES EM ASILOS DO DISTRITO FEDERAL

Aluna: Tatiane Kanzler Barbosa Nunes; Orientador: Danilo Assis Pereira - Faculdade de Ciências da Saúde
Psicologia
tatianekb@yahoo.com.br

Alguns estudos sobre as relações entre emoção e memória, propõem que algumas características particulares da informação podem desencadear uma resposta emocional que varia segundo seu valor, positiva ou negativa, e segundo a propriedade “alertante” do estímulo, de neutro a excitatório. (Lang, 1995). A propriedade da ativação emocional poderia produzir, em alguns casos, incremento da retenção mnemônica e em outros casos uma diminuição de tal retenção

Diferentes instrumentos e estímulos têm sido usados em estudos de memória emocional, por exemplo, fotos “alertantes” (impactantes) e “neutras” (Cahill, 1999; Taylor e cols., 1998), expressões faciais emocionais (Adolphs e cols., 1999; Dolan, Fletcher, Morris, Kapur, Deakins & Frith, 1996; Morris e col., 1998), slides com conteúdos emocionais opostos (Cahill e cols, 1996; Lane, Reiman, Ahern, Schwartz & Davidson, 1998) e estórias visuais narradas (Cahill & McGaugh, 1995; Lezak, 1995). Boa parte dos estudos obtidos com os protocolos dos trabalhos anteriores se reproduz qualitativamente quanto à potencialização mnemônica induzida pelos conteúdos emocionais alertantes.

O objetivo desta pesquisa é verificar a viabilidade da aplicação do Teste de Memória Emocional (Frank & Tomaz, 2000) de forma coletiva, para fins de validação psicométrica na população jovem (grupo controle) e na população da terceira idade (grupo experimental). A pergunta feita é se pessoas da terceira idade, especialmente aquelas residentes em asilos, sofrem de algum tipo de prejuízo na memória de forma distinta para eventos neutros e emocionais.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira parte da pesquisa contou com uma amostra de 69 participantes voluntários saudáveis (grupo controle), com média de idade de 24,3 anos. Porém, este número foi reduzido para 63 participantes na segunda etapa,

sendo a média de idade 23,2 anos. Os participantes foram classificados em dois grupos: o grupo E (emocional) e o grupo N (neutro), de acordo com o conteúdo do filme a que foram expostos. Na primeira etapa foi apresentado um dos filmes a cada grupo, composto de uma seqüência de slides acompanhada pela fala de um narrador através de um alto-falante. Após assistirem o filme, os participantes pontuaram numa escala emocional (variando de 0 a 10, onde 0 corresponderia a "*nada ou nenhum pouco emocional*" e 10 a "*totalmente ou completamente emocional*") como consideravam aquele filme. Na segunda etapa, realizada sete dias depois, os alunos responderam um questionário (Teste de Reconhecimento) com 65 itens que avaliasse a memória dos participantes em relação ao filme visto. O Teste de Reconhecimento era diferente para os dois grupos. Em nenhum momento foi dito que se tratava de uma pesquisa sobre memória. (ver *CD-ROM Memória Emocional*, Tomaz, 2002).

De acordo com o resultados, a pontuação média obtida, na primeira etapa da pesquisa, foi de 6,41 (EPM +/- 0,40) para o filme emocional (E) e de 1,97 (EPM +/- 0,31) para o filme neutro (N). Foi calculado o teste *t* de amostras independentes, utilizando o pacote SPSS 11.5, obtendo significância (t = 8,411; P < 0,001). Através desta análise estatística pode-se afirmar que os dois filmes de fato diferem entre si. Os dados foram significativos ao critério de 95%.

Na segunda etapa da pesquisa, os dados foram analisados através do teste *t* para amostras independentes, verificando se haveria diferenças significativas entre os slides recordados no grupo emocional e no grupo neutro. Não foram encontradas diferenças significativas, com exceção do item 8, slide onde mostra os pés do garoto já costurados (versão E) ou maquiados imitando ferimentos (versão N). Neste slide, a média da porcentagem de acerto foi de 0,67 para a versão E; e 0,49 para a versão N (t = 2,43 e P < 0,02). Numa segunda análise, os slides foram separados em três fases: Fase 1, que correspondem aos slides 1 ao 4; Fase 2, que correspondem aos slides de 5 a 8; e Fase 3, que correspondem aos slides 9 a 11. As Fases 1 e 3 não diferem entre as versões, ficando esta diferença concentrada na Fase 2. Nenhuma das três Fases teve diferença significativa na porcentagem de acertos na versão emocional e na versão neutra.

Os dados obtidos nas duas etapas deste experimento foram consistentes com os obtidos por Frank e Tomaz (2000). A diferença na forma de aplicação do teste, onde nesta

pesquisa foi utilizada uma versão eletrônica, apresentada em *datashow*, e de coleta coletiva, mostrou ser completamente viável. A validação do experimento (escala emocional e teste de reconhecimento) em sua versão brasileira poderá ser realizada através de aplicação coletiva bem controlada. Para validação, será necessária a aplicação na comunidade, ampliando a variabilidade da idade, sexo, pessoas destras e canhotas, classe social e níveis de educação. Ainda, para a validação clínica em portadores de lesões ou deficiências no lobo temporal (mais especificamente a amígdala), os testes deveriam ser aplicados também neste grupo. Pode ser perfeitamente possível dar indícios de danos ou prejuízos em áreas da amígdala (mais especificamente da amígdala direita, conforme observado por Cahill e cols., 1996) observando o desempenho atingido ao responder o teste.

Os resultados da segunda fase desta pesquisa foram muito semelhantes aos encontrados por Frank e Tomaz (2000), onde o slide 8 teve uma diferença significativa. Porém, não conseguimos mostrar diferença para a Fase 2 da pesquisa, que incluiria os slides de 5 a 8, obtida no Teste de Recuperação Livre de Frank e Tomaz (2000). O Teste de Reconhecimento necessita de ajustes para que possa descrever melhor os slides apresentados.

A pesquisa realizada demonstrou ser viável a utilização coletiva do Teste de Memória Emocional traduzido e adaptado por Frank & Tomaz (2000). Apesar de serem sugeridas algumas alterações no Teste de Reconhecimento, considera-se que o mesmo tem uma estrutura bastante consistente. Sugere-se, para futuras pesquisas, verificar a memória emocional em idosos saudáveis e compará-los com idosos residentes em asilos do Distrito Federal, o que poderia possibilitar um maior conhecimento do desenvolvimento da memória emocional humana.

Palavras-chave: memória emocional, processamento emocional, teste de reconhecimento.

XANTHOMONAS CAMPESTRIS (PAMMEL 1895) DOWSON 1939: PERFIL OXIDATIVO E FERMENTATIVO

Patrícia Fernanda Batista dos Santos, Valdi Lopes Tutunji – Faculdade de Ciências da Saúde - FACS

Biologia

A maioria das culturas destinadas à produção de alimentos está sujeita ao ataque de agentes patogênicos. O controle destas doenças aumenta os custos de produção e reduzem a viabilidade econômica das culturas, podendo limitar tanto o comércio regional como internacional. *Xanthomonas campestris*, um importante fitopatógeno, que apresenta diferentes patovares, infecta numerosas culturas de grande importância econômica. Trata-se de um bacilo Gram negativo não fermentador, oxidase positiva, produtor de pigmentos carotenóides. Suas colônias apresentam aspecto mucóide com crescimento ótimo ao redor de 28ºC. Pode utilizar carboidratos tanto por via fermentativa quanto oxidativa. Em qualquer circunstância há formação de ácidos orgânicos com conseqüente abaixamento do pH. O método descrito por Hugh e Leifson, permite verificar a via metabólica (oxidativa ou fermentativa) pela qual o microrganismo utiliza um carboidrato, através da detecção da produção de ácidos, pelo azul de bromotimol, que funciona como um indicador de pH. Neste contexto, o procedimento clássico para a identificação de um microrganismo é seu isolamento em meio seletivo apropriado e a realização de inúmeras provas bioquímicas para o seu reconhecimento**.** A capacidade de utilização dos substratos, por via oxidativa ou fermentativa demonstrou inequivocamente a existência de diferentes vias metabólicas entre os patovares. As diferenças fenotípicas bioquímicas encontradas comprovam variações significativas entre os isolados testados. Assim, a taxonomia de *Xanthomonas* que tem seguido a tendência de uma única característica, especificidade pelo hospedeiro, determinando a classificação do gênero, deve ser revista.